

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ - UFPI
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO - PRPPG CENTRO DE
CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS - CCHL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA - PPGAnt

VIVENDO E SENTINDO: O SONHO DA CASA PRÓPRIA PARA AS
MULHERES MORADORAS DO RESIDENCIAL COCAIS II

TÂMARA CAROLINE DA SILVA RAMOS COIMBRA

TERESINA 2018

TÂMARA CAROLINE DA SILVA RAMOS COIMBRA

**VIVENDO E SENTINDO: O SONHO DA CASA PRÓPRIA PARA AS
MULHERES MORADORAS DO RESIDENCIAL COCAIS II**

Dissertação apresentada como requisito necessário à obtenção do título de mestre em Antropologia do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal do Piauí, sob a orientação da Profa. Dr^a. Mônica da Silva Araujo.

Linha de Pesquisa: Marcadores Identitários.

TERESINA 2018

FICHA CATALOGRÁFICA
Universidade Federal do Piauí
Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas e Letras
Serviço de Processamento Técnico

C679v Coimbra, Tâmara Caroline da Silva Ramos.
Vivendo e sentindo: o sonho da casa própria para as mulheres
moradoras do Residencial Cocais II/ Tâmara Caroline da Silva
Ramos Coimbra. – 2018.
138f. : il.

Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade
Federal do Piauí, 2018.

Orientação: Profa. Dr^a. Mônica da Silva Araújo.

1. Políticas Habitacionais - Mulheres – Emoções. 2. Políticas
Habitacionais - Mulheres – Trajetórias. 3. Programa Minha Casa
Minha Vida. I. Título.

CDD 332.722

TÂMARA CAROLINE DA SILVA RAMOS COIMBRA

**VIVENDO E SENTINDO: O SONHO DA CASA PRÓPRIA PARA AS
MULHERES MORADORAS DO RESIDENCIAL COCAIS II**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação - em Antropologia (PPGant) da Universidade Federal do Piauí (UFPI), como requisito necessário à obtenção do título de mestre em Antropologia.

Orientadora: Prof.^a. Dr.^a Mônica da Silva Araujo
Linha de Pesquisa: Marcadores Identitários

Teresina, 29 de junho de 2018

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a. Dr.^a Mônica da Silva Araujo
Orientadora (UFPI/PPGAnt)

Prof.^a. Dr.^a. Maria Lidia Medeiros de Noronha Pessoa
Examinadora Interna (UFPI/PPGAnt)

Prof.^a. Dr.^a. Mary Alves Mendes
Examinadora Externa (UFPI/PPGSOL)

Prof. Dr. Celso de Brito
Examinador Suplente (UFPI/PPGAnt)

Casa:

1. Conjunto de paredes dispostas em forma de coração;
 2. Lugar de onde se sai, mas não se deixa;
 3. o outro nome de família;
 4. almofada macia usada pelos guerreiros após grandes batalhas;
 5. trampolim para a felicidade;
 6. objeto de desejo dos recém-unidos;
 7. segundo a ciência moderna, o centro dos sistemas solares;
 8. local onde se está melhor protegido das tempestades;
 9. sobrenome da paz;
 10. caixa segredo com lacre inviolável;
 11. coletivo de cumplicidade;
 12. habitat natural do bicho comumente chamado de “amigo”;
 13. objeto que, quando em cima dos outros, chama-se de edifício”;
 14. baía de águas calmas;
 15. apêndice dos quintais;
 16. nome popular de doce chamado lar;
 17. tataraneta das cavernas;
 18. na geografia, o lugar do mundo onde o dia amanhece com cheiro de café;
 19. agrupamento de tijolos unidos pelo cimento da marca Confiança;
 20. motivo da existência das passagens de ida e volta.
- (Ex: “Minha casa, meu amor, não tem paredes, nem janelas, nem telhado. Minha casa tem olhos, cabelos, arrepio e o maior de todos os sorrisos. Minha casa é você.”)

(André Gonçalves, Minidicionário das Pequenas Grandes Coisas)

AGRADECIMENTOS

À Ana, pela inspiração para iniciar a presente pesquisa.

Às mulheres entrevistadas, em especial Maria, Violeta, Cléo, Tatiana, Joana, Luísa, Ritinha e Dona Rosa por compartilharem suas histórias comigo, dando “corpo e alma” ao presente trabalho e mais que isso, às relações construídas nesta trajetória.

Às mulheres da minha vida, minha avó (in memoriam), por me ensinar que o amor de vó é único. À minha mãe por ser um amor incondicional, e que podendo estar longe sempre escolhe estar perto e a minha tia Kátia pela presença constante em minha vida.

Ao trio de amigas maravilhosas Luciana, Kelly e Nayra, por fazerem esta caminhada do mestrado ser mais fácil e cheia de emoções, companheirismo e saraus.

Aos professores do PPGAnt e à turma 2014/2017, pelas horas compartilhadas juntas, muitas aulas e textos lidos e nesta caminhada além do conhecimento acadêmico, amizades foram construídas e regadas com doses de saraus na casa da Kelly para selar esta amizade.

A minha orientadora, Mônica da Silva Araujo, que ao nos encontrarmos neste momento nos papéis de orientadora e orientanda, tornou este momento produtivo e cativante, me fazendo ampliar minha visão sobre a própria pesquisa, onde nossos encontros, me deixou sempre mais leve e onde além de orientadora, foi uma amiga.

As professoras Maria Lídia e Mary Alves, que acompanham minha trajetória acadêmica desde a graduação, pelo incentivo, dicas de bibliografias, por acreditarem em mim e nesta etapa por aceitarem o convite para participarem da banca examinadora.

A Pâmela e Nayra (mais uma vez), pelo apoio incondicional desde a seleção do mestrado, estudando e comemorando juntas cada etapa; Nayra ainda leu pacientemente a versão preliminar antes do depósito. Eu só tenho a agradecer a vocês, meu muito obrigada.

A Aline Paola Nuenberg, uma amiga que Salvador me deu e que é para toda à vida, que há muitos anos me ouve falar deste mestrado.

A minha amiga Leonildes, pela amizade, pelo apoio e ajuda na revisão da versão final deste trabalho.

Aos amigos, Pedro, Léia, Terezinha, Glenda e Márcia, por estarem presente durante este processo, apesar das muitas recusas de convites, cada encontro possível com vocês é maravilhoso e revigorante.

A equipe da WR Consultoria e Planejamento, José Wilson, Sandra, Patrícia, Valda, Marilene e Beth pelo apoio e torcida para a finalização deste trabalho.

A Faculdade Maranhense São José dos Cocais, pela compreensão das minhas ausências e valorização da minha presença e pelo apoio para finalização do mestrado, em especial a Carminha, Daniele, Silvia e Carla.

À Spake, Jhonny, Nina, Kate, Mel e Bella, pelo amor incondicional todos os dias.

À Deus, por que o dom da vida é maravilhoso e por me ensinar a cada dia que nunca estamos sós.

Por fim, ao CNPQ que viabilizou a bolsa de estudos em um período da pesquisa, o que foi fundamental para a realização da mesma.

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo compreender o significado da casa própria para um grupo de oito mulheres, com idades entre 25 e 63 anos, pertencentes a famílias de baixa renda e que conseguiram realizar o sonho da casa própria ao ir morar no Residencial Cocais II, na cidade de Timon, no Maranhão através do Programa Minha Casa Minha Vida faixa 1, programa do Governo Federal, que objetiva facilitar o acesso à casa própria para famílias com renda de até R\$1.600,00 (Um mil e seiscentos reais); Utilizando uma proposta metodológica de cunho etnográfico, centrado nas trajetórias de vidas narradas no momento de um encontro etnográfico (KOFES,2001), foi privilegiado a compreensão do significado da casa própria em três momentos específicos, durante o evento de entrega das chaves, no processo de mudança e a efetiva moradia na casa própria. Ao narrarem suas trajetórias, as interlocutoras rememoram suas lembranças, suas relações familiares, os valores morais, as emoções sentidas e suas compreensões sobre o programa MCMV. A contribuição do referido trabalho é a busca por ampliar a compreensão acerca do morar em uma casa própria, não enquanto espaço físico e sim enquanto espaço simbólico, baseado em repertório sociocultural e onde o acesso a esta moradia está diretamente ligado a um projeto de melhoria de vida. Nas narrativas das interlocutoras é evidenciado também que as políticas habitacionais voltadas para estas famílias, ao tentar inserir estas mulheres também as exclui ao evidenciar as suas especificidades de famílias pobres. Não passam despercebidas por elas algumas falhas no programa, como as construtivas, a demora e a burocracia no processo de seleção das famílias, a localização do residencial em um bairro periférico da cidade e onde não há um fácil acesso de mobilidade urbana. Como um programa direcionado para famílias de baixa renda inseridas em um novo projeto de Política Nacional de Habitação que visa oportunizar que todos os cidadãos brasileiros tenham direito a uma moradia de qualidade. Estes pontos nos fazem pensar como o MCMV ver as necessidades destas famílias? Segundo Joana ela avalia que é “muito difícil, demorado, divagaríssimo, a seleção e tudo, tanto processo do sorteio, quanto o processo da entrega até hoje, muito demorado, mas... (pausa) gratificante no final”.

Palavras-Chave: Mulheres, Políticas Habitacionais, Trajetórias, Emoções.

ABSTRACT

The presented work has the main objective to comprehend the meaning of “own house” for the group of eight women, aged between 25 and 63 years old, who belongs to low-income families and who managed to realize the dream of their own house, when going to live in the Residential “Cocais II”, in the municipality of Timon, in Maranhão, Brazil, through “Minha casa minha vida” (My house my life) range one, a Federal Government program, which aims to ease the access to homes for families which income is up to R\$1.600 (one thousand and six hundred reais, about U\$392¹); Using an ethnographic methodological proposal, centered on the trajectories of lives narrated at the time of an ethnographic meetings (KOFES, 2001), it was a privilege the understanding of the meaning of own house in three specific moments: during the event of the delivering the house keys, in the process of moving and the effective own home address. Narrating the trajectories, the interlocutors remember their memories, their familiar relationships, their moral values, their emotions felt and their comprehension about the MCMV program (My House My life program). The contribution of this work is the seek to expand the understanding about living in a house of its own, not as physical space but as symbolic space, based on sociocultural repertoire and where access to dwelling is directly linked to a project for improvement of life. In the narrative of the interlocutors it is also evidenced that the housing policies oriented to these families, when trying to insert these women, also exclude them when evincing their specificities of low-income families. Some shortcomings in the program are not overlooked by them, such as the constructions ones, the delay and bureaucracy in the selecting families process, the residential location in suburbs where there is no easy access to urban mobility. As a program directed to low-income families inserted in a new project of National Housing Policy that aims to make possible to all Brazilian citizens to have a right to quality housing. These issues make us think “how does the MCMV program see the needs of these families?”. According to Joana, she evaluates the program as a “difficult, time consuming, very slow, the selection and everything, both processes of the lottery and the delivering until today, but ... (pause) incredibly rewarding in the end.”

Keywords: Women, Housing Policies, Trajectories, Emotions.

¹ The currency is based on exchange valor from August 28, 2018

LISTAGEM DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 1 - Vista panorâmica do Residencial Cocais I e II	25
Imagem 2 - Registro de uma das quadras do Residencial	25
Imagem 3 – Caminhão de mudança	58
Imagem 4 - Solenidade de entrega das chaves – Residencial Cocais 1 e 2.....	62
Imagem 5 - Fila de entrega das chaves.....	64
Imagem 6 – Uma tarde no residencial	92

LISTAGEM DE QUADROS

Quadro 1 - Especificações mínimas MCMV, modalidade casas térreas.....	37
Quadro 2: Etapas do processo de seleção de demanda à entrega das chaves.....	45
Quadro 3 – Emoções vivenciadas em alguns momentos pelas mulheres.....	119

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1 - COMO TUDO COMEÇOU?	26
1.1 As Políticas Habitacionais no Brasil	30
1.2 O Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV	35
1.3 Acertos e erros do PMCMV- Alguns pontos sobre a questão	39
1.4 Conhecendo a realidade do Residencial Cocais II	44
1.4.1 Da inscrição ao sorteio	47
1.4.2 O sorteio	48
1.5 É possível pensar uma política pública de gênero?.....	53
CAPÍTULO 2 – POR ONDE ANDEI?	59
2.1 Conhecendo as mulheres da pesquisa	72
2.2 Narrativas sobre o contexto familiar vivido.....	79
2.2.1 Lembranças: Infância – Sair de casa - Separação.....	80
2.2.1.1. Violeta	80
2.2.2.2 Maria.....	86
CAPÍTULO 3: UM LUGAR PARA CHAMAR DE MEU	93
3.1 O sentimento de morar na casa dos outros	94
3.2 Um novo projeto de vida - Morar na casa própria e deixar a casa dos outros	95
3.3 Narrativas: Dona Rosa -Tatiana - Violeta -Maria -Joana - Cléo.....	97
Dona Rosa	97
Violeta	101
Maria	103
Joana	105
Luíza	107

Tatiana.....	108
Cléo	108
3.4 Descobrimo que o sonho não é perfeito	109
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	115
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	121
ANEXOS	126

“Os discursos, o do antropólogo e sobretudo o do nativo, não são forçosamente textos: são quaisquer práticas de sentido.”

(Eduardo Viveiro de Castro).

1. INTRODUÇÃO

Chegamos ao ponto de partida onde eu fico na dúvida de como você leitor/a vai ler esta dissertação e, ao pensar nisso, eu reflito sobre seu processo de construção, que foi um período longo, iniciado no ano de dois mil e quinze, com muitos encontros e descobertas, mas também dúvidas e escolhas. No entanto, faço um convite antes que você prossiga a leitura feche os olhos por alguns minutos, respire fundo e volte às suas memórias. Lembre-se das casas em que você já morou. Qual foi a casa da sua infância? Quais os momentos mais marcantes? Você morou em quantas casas? O que estas casas significam? E, ao lembrar dessa sua trajetória, quais são as emoções que você sente? Esse foi o “exercício” que eu tentei fazer ao entrevistar as oito mulheres moradoras do residencial Cocais II, na cidade de Timon no estado do Maranhão, cujas trajetórias de vida “narradas” por elas é que dão corpo e sentido a este trabalho. Imagino que não tenha sido fácil para elas compartilharem suas histórias com uma então desconhecida, embora depois de algum tempo os laços de amizade e afeto tenham sido construídos.

O objetivo da pesquisa é compreender os significados da casa própria para estas mulheres, sob a perspectiva antropológica, considerando que esta casa não é apenas uma construção física (tijolo, areia e cimento), mas possui também um valor simbólico e afetivo, construído dentro das “teias de significados” nos termos de Clifford Geertz (2017), moldadas a partir de um contexto cultural específico, compreendendo assim o universo vivido e compartilhado por elas, através de suas subjetividades e visão de mundo.

De certa forma, as mulheres entrevistadas refletem a realidade de um grupo social específico que evidencia sua posição na estratificação social, ou seja, são pessoas pertencentes a famílias de baixa renda, moradoras de bairros populares no município de Timon, que vivenciam uma realidade muito semelhante e que, segundo Durham (1986), a análise destas semelhanças nos remete a um universo cultural específico, que por sua vez só faz sentido se compreendido em sua relação ou ausência dela com os outros grupos sociais, “em situação de superioridade, igualdade, inferioridade, subordinação, em diversos níveis e domínios da vida

social- econômico, político, cultural, ideológico etc.” (VELHO, 2013, pág.103). Por este caminho, é possível compreender como estas mulheres “ordenam e sistematizam o seu mundo social” (VELHO, 2013, pág.103) em relação ao significado de ir morar na sua casa própria. Essa experiência não pode ser compreendida em si mesma, mas a partir de toda uma trajetória de vida, na qual a casa própria torna-se um símbolo de prestígio social atrelado a um projeto de melhoria de vida. Este projeto, por sua vez, não é individual e sim coletivo, visto que a melhoria de qualidade de vida remete a toda família (SARTI, 1996), e cuja realização só é possível através de uma política habitacional específica.

As mulheres pesquisadas são moradoras de Timon, com idades entre 25 e 63 anos, pertencentes a famílias com renda de até mil e seiscentos reais e que não possuíam casa própria no período da pesquisa, tendo vivido sempre na “casa dos outros”, de aluguel, em casas cedidas ou emprestadas. Além disso, todas estavam prestes a realizar o sonho da casa própria através do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV). Tal Programa insere-se em uma nova política habitacional brasileira iniciada no ano de 2003, com a criação do Ministério das Cidades, cujo objetivo seria o de facilitar o acesso à moradia para famílias de baixa renda, preconizando, ainda, a diminuição das desigualdades sociais e de gênero no âmbito habitacional, uma vez que prioriza o nome da mulher na titularidade residencial feminina (Cartilha MCMV, 2003).

No período de fevereiro a novembro de 2016 foi realizado o trabalho de campo, onde as entrevistas realizadas foram norteadas por perguntas abertas² organizadas em quatro blocos temáticos (apresentação inicial e dados socioeconômicos – juventude e vida adulta – o programa MCMV – receber as chaves e mudar para casa própria) como detalhado no anexo I. As entrevistas foram realizadas em três momentos específicos vividos por elas: na entrega das chaves da casa, antes da mudança para o residencial e, por fim, com as interlocutoras já morando na casa própria. Embora não tenha sido possível realizar entrevistas nos três momentos distintos com todas as oito mulheres, todas lembraram e falaram destes momentos durante as entrevistas, sendo estes os norteadores da escrita e da estrutura da dissertação, mas não a “engessam”; Dessa forma, uma narrativa complementa a outra e, embora cada uma seja situada no seu contexto biográfico, o que as “costuram” é a experiência comum da aquisição da casa própria. Na escrita há também a inserção das minhas percepções, observações, indagações e

² Entrevistas que utilizam perguntas abertas priorizam “resposta livre, não-limitada por alternativas apresentadas, o pesquisado fala ou escreve livremente sobre que lhe é proposto.” GOLDENBERG (1986,pág.86).

emoções, mostrando assim como fui afetada nos termos que se aproximam da reflexão promovida por Favret-Saada (2005).

Partindo do ponto de que o realmente vivido e sentido no percurso de suas trajetórias de vida e de moradias é algo que pertence à elas, o que encontraremos aqui é como estas trajetórias foram narradas por elas a uma pesquisadora no momento de um encontro etnográfico como diz Hartmann (2009), sendo este situado no tempo e no espaço, onde as narrativas pessoais das entrevistadas se encontram com as narrativas da pesquisadora, havendo trocas mútuas provocadas por este momento, surgindo então um narrativa que é própria deste encontro.

Para Viveiros de Castro (2002, pág.113):

O “antropólogo” é alguém que discorre sobre o discurso de um “nativo”; o discurso do antropólogo e sobretudo o do nativo, não são forçadamente textos: são quaisquer práticas de sentido. O essencial é que o discurso do antropólogo (“o observador”) estabeleça uma certa relação com o discurso do nativo (“o observado”). E essa relação é uma relação de sentido.

Nos termos do autor é esta “meta relação” - que não seria de identidade e sim de sentido, pois o sentido do discurso do antropólogo e do nativo é diferente - que seria o ponto central da sua proposta de análise, que é reafirmada na seguinte passagem (2002, pág.125):

A Experiência proposta aqui, (...), começa por afirmar a equivalência de direito entre o discurso do antropólogo e do nativo. Bem como a condição mutuamente constituinte desses discursos, que só acedem como tais à existência ao entrarem em relação ao conhecimento. Os conceitos antropológicos atualizam tal relação, e são por isso completamente relacionais, tanto em sua expressão como em seu conteúdo. Eles não são, nem reflexos verídicos da cultura do nativo (o sonho positivista) nem projeções ilusórias da cultura do antropólogo (o pesadelo construcionista).

Dito isso, é preciso situar algumas questões. A primeira é que para além do uso da técnica de entrevista, o momento vivido entre a “pesquisadora” e as interlocutoras aqui é compreendido como um encontro etnográfico como já explicitado acima, inserido no contexto de uma pesquisa antropológica onde a etnografia é compreendida não apenas como um método possível, mas como uma “teoria vivida” de acordo com Mariza Peirano. Desta forma, a autora não define apenas o que seja uma etnografia, mas fala de um (boa) etnografia quando diz (2008, pág.3-6):

A (boa) etnografia de inspiração antropológica não é apenas uma metodologia e/ou prática de pesquisa, mas a própria teoria vivida. Uma referência teórica não apenas informa a pesquisa, mas é o par inseparável da etnografia. É o diálogo íntimo entre ambas, teoria e etnografia, que cria condições indispensável para a renovação e sofisticação da disciplina [...] A etnografia

seria a própria teoria em ação, não é apenas um método, mas uma forma de ver e ouvir, uma maneira de interpretar, uma perspectiva analítica, [...].

Ainda sobre o que seja uma boa etnografia, a autora pontua três condições centrais, que devem orientar esta prática: “considerar a comunicação no contexto da situação; transformar de maneira feliz para a linguagem escrita o que foi vivo e intenso na pesquisa de campo, transformando esta experiência em texto e, por fim, na possibilidade de detectar, de forma analítica, a eficácia social das ações das pessoas”. PEIRANO (1995). A autora ainda chama a atenção para o fato de que só é possível seguirmos estas três condições se ultrapassar a compreensão do senso comum sobre os usos do papel da linguagem, “já que a etnografia e a teoria se combinam por meio dela, o trabalho de campo se faz pelo diálogo vivo e, depois, a escrita etnográfica pretende comunicar ao leitor (e convencê-lo) de sua experiência e interpretação (desnaturalização da linguagem)”. Idem (2008, pág.5).

Para José Guilherme Cantor Magnani a etnografia é o método próprio de trabalho da antropologia em sentido amplo, não restrito, apenas como uma técnica ou excludente, como uma determinada postura em campo, onde Magnani diz (2008, pág.136):

Entendido como método em sentido amplo, engloba as estratégias de contato e inserção no campo, condições tanto para a prática continuada como para a experiência etnográfica e que levam à escrita final. Condição necessária para seu exercício pleno e a vinculação a escolhas teóricas, o que implica não poder ser destacada como conjunto de técnicas (observação participante, ampliação de entrevistas, etc.) empregadas independentemente de um discurso conceitual.

Para Roberto DaMatta (1978) uma pesquisa é composta por três fases sendo a primeira teórico – intelectual, a segunda de natureza prática (véspera de viagem de campo) e a terceira globalizadora e integradora. Esta última é pessoal, é a experiência que nos leva a sintetizar a biografia com a teoria, e a prática do mundo com a do ofício. Ainda de acordo com o autor, em detrimento da visão romântica do papel antropológico, devemos adotar um *anthropological blues*, para se cobrir e descobrir de um modo mais sistemático os aspectos interpretativos do ofício do etnólogo (DAMATTA, 1978, pág.4). O autor ainda nos convida “a vestir a capa de etnólogo e realizar uma dupla tarefa de transformar o exótico em familiar e o familiar no exótico”. Aqui também, como diz Gilberto Velho (2013), o trabalho do antropólogo é “relativizar os conceitos de proximidade *versus* distância, de familiar *versus* não familiar; problematizar estas questões a partir do olhar dos indivíduos da sociedade investigada, como

estes constroem e definem a sua realidade”. Assim, o problema antropológico seria ir além da percepção das diferenças e conflitos para captar a lógica que define a especificidade da experiência de um sistema cultural dado. “Somente após identificar como este sistema cultural particular se organiza, é que se deve questionar sobre qual o tipo de trabalho será possível, suas condições e qual a confiabilidade do trabalho” (VELHO, 2013).

Ainda segundo o autor, uma saída possível para um empreendimento intelectual bem-sucedido depende da peculiaridade das próprias trajetórias dos pesquisadores, que saberão identificar até que ponto se aproximar ou se afastar mais do seu objeto de estudo, tendo um estranhamento crítico deste próximo, “não há receitas e fórmulas, apenas tentativas de armar estratégias e planos de investigação que evitem esquematização empobrecedora. Assim, cada pesquisador deve buscar suas trilhas próprias a partir de repertórios de mapas possíveis”. (VELHO, 2003, pág.18).

Concordando com Peirano e Magnani, a etnografia aqui é uma teoria vivida, no contexto da situação vivida entre eu e as entrevistadas, onde se mostrou fundamental a compreensão das suas falas, das suas narrativas situadas no contexto de suas trajetórias de vidas, conduzidas pelas protagonistas destas histórias; narrativas orais, norteadas através do percurso de suas moradias até o momento em que elas chegam à casa própria. A dissertação está baseada neste esforço intelectual de tentar passar para a linguagem escrita as narrativas construídas durante este encontro, ou seja, através do processo de uma “descrição densa” de acordo com Geertz (2017).

Uma segunda questão é esclarecer que utilizo o termo “trajetória de vida” para identificar o percurso feito e vivenciado pelas entrevistadas até o momento em que começam a morar no residencial. Para Suely Kofes (2001 pág. 27) “trajetória é o processo de configuração de uma experiência social singular” então, ao falarem das suas trajetórias, dizem mais do que palavras, “narram” suas histórias de vida, acionadas através de suas memórias e lembranças. Esta trajetória de vida está dentro de um contexto maior, ou seja, dentro das suas biografias, como diz Kofes (2001) e, adaptando o modelo utilizado pela autora na sua pesquisa sobre Consuelo Caiado, seria a experiência de uma pesquisa etnográfica com intenção biográfica.

Sendo estas mulheres “protagonistas” de suas trajetórias aqui narradas, é importante destacar que quando se trabalha com narrativas “não é possível escapar de uma das regras da narração, ou seja, da seleção que os agentes fazem do que é ou não contado – o narrador dirige (através da memória)” (KOFES, 2001, pág.126). Assim, é importante considerar que a memória não segue necessariamente uma ordem cronológica e linear dos fatos, pois o tempo da memória

é direcionado por outra lógica.

Uma compressão possível, de acordo com Maurice Halbwachs (1990), é que esta lógica seria “direcionada” pelas lembranças que, por sua vez, seriam movidas por uma memória coletiva, e não individual, pois para o autor mesmo uma memória dita individual é norteada pelos valores do grupo social na qual se insere, refletindo suas referências socioculturais, sendo, portanto, coletiva. Nas palavras de Halbwachs (1990, pág.51),

No mais, se a memória coletiva tira sua força e sua duração do fato de ter por suporte um conjunto de homens, não obstante eles são indivíduos que se lembram, enquanto membros do grupo. Dessa massa de lembranças comuns, e que se apoiam uma sobre a outra, não são as mesmas que aparecerão com mais intensidade para cada um deles. Diríamos voluntariamente que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda conforme o lugar que ali eu ocupo, e que este lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com outros meios. Não é de admirar que, do instrumento comum, nem todos aproveitam do mesmo modo. Todavia quando tentamos explicar essa diversidade, voltamos sempre a uma combinação de influências que são, todas, de natureza social.

A terceira questão é esclarecer que o viés analítico privilegiado para compreender as trajetórias “narradas” pelas entrevistadas e o significado da casa própria será o de uma antropologia que considera que não é possível perceber a totalidade das relações sociais se não problematizarmos também as emoções inseridas nestas relações. Nesse sentido, parto do princípio de que as experiências emocionais singulares, sentidas e vividas por um ator social específico, são produtos relacionados aos indivíduos, à cultura e à sociedade. (KOURY, 2009)

Segundo Rezende e Coelho (2010), fazer uma antropologia das emoções, é justamente colocar em xeque estas questões, entendendo que estas são representações situadas dentro de uma cultura específica. Dessa forma, amor, medo, raiva, angústia, lágrimas, choro, soluços, dor, são manifestações de emoções, formadas por um conjunto de aparatos psíquico, biológico e social do ser humano e representadas através de manifestações corporais. Porém a percepção de cada pessoa, a forma de manifestá-las e senti-las é muito variada, de sociedade em sociedade, e determinada através da cultura e do contexto histórico social que as define, sendo a linguagem o elemento cultural que funciona como um mediador dentre estas diversas possibilidades. Rezende e Coelho (2010). O percurso das emoções como objeto das ciências sociais não é novo, remonta aos esforços iniciais de delimitação deste campo de saber científico. Contudo, ainda que o tema das emoções apareça em obras de muitos antropólogos e outros cientistas sociais, a

presença dos afetos foi sempre notada como parte da dinâmica da vida social, sem que a eles se dedicasse atenção como objeto autônomo de investigação. As emoções detinham um caráter dúbio de interpretação e, embora se tornassem elementos da interação social, estavam ligadas a algo “natural”, ou a universalidades e realidades psicobiológicas que eram dadas *a priori* e modificadas até certo ponto por uma socialização de uma cultura específica. (REZENDE e COELHO 2010,pág.12).

Dentre os estudiosos das emoções nas áreas de antropologia e sociologia são reconhecidas as contribuições de clássicos, como George Simmel, Émile Durkheim, Marcell Mauss, Alfred Radcliffe-Brown e Ruth Benedict. De qualquer maneira, e em consonância com autores que se detiveram na análise da questão (KOURY, 2009; REZENDE e COELHO,2010 e 2011; MERLEAU-PONTY,1980), a abordagem realizada por aqueles autores se deteve mais nas regras e formas coletivas de expressão dos sentimentos, ora explorando seu papel ou função social, ora comparando e compreendendo as emoções de maneira subordinada ao debate em torno de distintas padronizações culturais. Por essa via, as emoções eram vistas em grande medida de forma ambígua, às vezes considerada como estado interno, subjetivo e não social, em outros momentos como resultante de situações sociais, com exceção da obra de Marcel Mauss, que amplia sua análise ao apresentar a noção de fato social total.

Na área da antropologia, desde a década de 70 vemos a ampliação dos estudos sobre as emoções, principalmente nos Estados Unidos, notadamente a partir da influência da abordagem interpretativa proposta por Clifford Geertz, caracterizada, dentre outras coisas, por uma reflexão crítica acerca da noção de cultura, vista antes como padrões de comportamentos habituais e tradicionais, mas que na perspectiva geertziana passam a ser redefinidas pelos termos de “teias de significados” transmitidas por símbolos e interpretadas de maneiras específicas de sociedade para sociedade. Nesse processo, passa a ser enfatizada nos trabalhos realizados a articulação entre emoção e concepção de pessoa com as esferas da moralidade, da estrutura social e das relações de poder. (REZENDE e COELHO,2010).

As emoções antes vistas como algo ligado ao “natural” e ao biológico, mas também como experiências humanas tidas como uniformes e, conseqüentemente, desinteressantes e inacessíveis ao método de análise cultural, ao ultrapassar o quadro de análise original e incluir preocupações com os aspectos relacionais, comunicativos e culturais da emoção, tornando-se uma verdadeira teoria da emoção, assume uma nova importância para a própria teoria antropológica (LUTZ; WHITE,1986).

Catherine Lutz (1990; 2012), ao fazer uma análise sobre o conceito de emoção como uma categoria mestre da cultura ocidental, afirma que a etnopsicologia ocidental³, com base no exemplo da etnopsicologia americana que de acordo com sua análise é centrada em duas posições, emoção versus pensamento e a emoção versus distanciamento, onde o gênero feminino estaria associado ao pensamento e o masculino ao distanciamento (2012); é neste contexto que ela afirma que a etnopsicologia ocidental é baseada em um conjunto de ideias que existe dentro de uma relação de poder e que reafirma as ideologias ocidentais de gênero, ligando a emoção ao irracional, ao subjetivo e ao natural, questões estas que de acordo com a autora precisam ser problematizadas para se conseguir desnaturalizar sua análise.

É neste sentido que as antropólogas Lila, Abu-Lughod e Catherine Lutz, fizeram um mapeamento das principais abordagens teóricas da emoção como objeto de pesquisa, o essencialismo⁴, o historicismo⁵, o relativismo⁶ e elegeram a abordagem contextualista, que é baseado na noção foucaltiana do discurso para propor uma análise micropolítica das emoções, onde as emoções estão inseridas em um contexto moral. (LUTZ, 2012).

No Brasil, o foco de estudos das emoções nas ciências sociais, enquanto campo próprio de investigação, vem avançando consideravelmente desde a década de 1990, tanto na área de institucionalização deste campo, quanto à diversidade de temáticas estudadas. Para Mauro Koury (2009), a proposta teórico-metodológica de uma antropologia das emoções constitui um caminho pautado na observação da ação social individual, do self e das emoções que perfazem a interação entre os atores sociais de uma dada sociabilidade.

Os autores Catherine Lutz e Geoffrey M. White (1986, pág.23) consideram que “incorporar a emoção na etnografia implicará uma visão mais ampla do que está em jogo para as pessoas na vida cotidiana”. Por fim, é preciso explicar o que me levou a este encontro/pesquisa? É preciso situar também a minha trajetória, voltando há alguns anos atrás, quando ainda era estudante de ciências sociais da Universidade Federal do Piauí, no ano de 2006 a 2008 quando comecei a estagiar na Caixa Econômica Federal, na Gerência de Desenvolvimento Urbano (GIDUR), na cidade de Teresina, no Piauí. Neste setor, todos os

³ Entendida pela autora como sendo um conjunto de ideias compartilhadas por um grupo acerca das emoções. In: Revista MANA; nº 18,2012.

⁴ A emoção teria um substrato universal e natural;

⁵ Historicismo das emoções situadas no tempo e no espaço;

⁶ “construção cultural das emoções, se valeria da comparação cultural contemporânea entre si. Para uma análise aprofundada destas abordagens, ver o texto *The Anthropology of Emotion*, LUTZ, Catherine e WHITE, M. Geoffrey (1986).

projetos habitacionais, fossem eles estaduais ou municipais, eram divididos em dois subprojetos, o projeto construtivo (de engenharia e arquitetura) e o projeto social. Este último visava a integração das famílias beneficiadas com o projeto construtivo. Assim, as técnicas sociais⁷ da CAIXA deviam orientar e avaliar as técnicas sociais das prefeituras e contratadas a seguirem os normativos estabelecidos pelo Governo Federal, trabalhando com as famílias beneficiárias destes projetos, repassando a estas orientações referentes à Educação socioambiental; Geração de Emprego e renda e Educação Patrimonial baseado nos Cadernos de Orientações Técnicas da CAIXA- COTS.

Após concluir minha graduação e já atuando profissionalmente no setor no qual estagiava anteriormente, começo a trabalhar em empresas credenciadas à CAIXA na área de assessoria técnica social para projetos habitacionais, trabalhando com projetos do Programa de Arrendamento Habitacional e no Programa Minha Casa Minha Vida. Até aqui meu contato com as famílias foi realizado sempre de forma institucional, enquanto representante da CAIXA e participando de forma pontual em algumas atividades com as famílias beneficiadas dos projetos.

Em 2009 eu me mudo para a cidade de Salvador na Bahia, onde passo a trabalhar na área social de projetos de esgotamento sanitário no âmbito do Programa de Aceleração Crescimento até o ano 2012. Viver em Salvador neste período me proporcionou conhecer o grupo de estudos sobre sociologia das emoções da Universidade Federal da Bahia⁸, a partir do qual pude ter contato com a produção teórico-metodológica sobre as emoções como objeto de estudo, no âmbito de uma pesquisa socioantropológica, ampliando assim minha compreensão sobre a categoria analítica em questão. No ano de 2013, passei a trabalhar junto à Secretaria de Habitação do Município de Timon – MA. Diferentemente dos trabalhos anteriores, neste o contato com os beneficiários dos projetos habitacionais se dava de forma direta, de maneira que eu passava a conhecer as pessoas diretamente, assim como tinha a oportunidade de acessar – ao menos em parte - a realidade das famílias atendidas. Em um destes atendimentos presenciei um acontecimento em particular durante o intervalo de três meses, que corresponde ao período de inscrição e sorteio em projeto habitacional do município que me chamou a atenção, eis a

⁷ Técnicas Sociais refere-se a equipe técnica que realiza a avaliação e execução dos projetos sociais junto à CAIXA, obrigatoriamente de acordo com as normas do Cadernos de Orientações Técnicas – COTS do banco, estes profissionais devem ter graduação em serviço social, sociologia, psicologia e pedagogia e experiência em projetos sociais.

⁸ Sociologia das Emoções é um grupo de estudos em Sociologia, coordenado pela Dra. Marieze Rosa Torres, interessado na discussão teórica-conceitual e no debate das interfaces entre as emoções, os comportamentos, e as práticas dos sujeitos nas suas interações sociais cotidianas.

situação:

Ana,⁹ uma mulher negra, com estatura mediana, magra, cabelos curtos e crespos, com aproximadamente 30 anos, com vestimenta simples, roupas sujas e meio rasgadas, que a caracterizam como se a mesma estivesse em situação de rua, com uma fisionomia que aparenta um pouco de desequilíbrio mental, como se ela sempre estivesse com pressa ou fugindo de alguma situação; Porém no primeiro contato, o que mais me chamou a atenção é seu odor forte, como se esta não tomasse um bom banho há bastante tempo. Nesta situação, todos os dias, “religiosamente” Ana vai a minha sala, com os documentos pessoais na mão pedindo para assinar os papéis, pois ela queria ganhar uma casa. ¹⁰Então, eu e outras técnicas que trabalhavam na mesma sala, repassávamos a mesma resposta, explicando como funcionavam as etapas para que Ana pudesse ser contemplada com uma casa e, assim, esta situação e estes encontros com Ana duraram algum tempo. Eis que em uma manhã, recebo a documentação das pessoas que foram contempladas para um novo conjunto residencial que seria entregue neste município, e Ana aparece na minha frente, repetindo a velha cena (me entregando os documentos para assinar os papéis), mas agora tudo é diferente. Ana mudou, suas feições estão alegres, posso ver um leve sorriso no seu rosto, os cabelos estão penteados e presos, as roupas limpas e o odor não existe mais. Porém, envolvida nesta situação (na qual não pude evitar de fazer uma avaliação sobre o novo aspecto de Ana), eu já estava repassando a velha resposta quando uma amiga do trabalho me interrompe e diz: “Pode receber os documentos”. A Ana havia sido contemplada no último sorteio. Então, fiz todo o procedimento para a montagem dos dossiês dos beneficiários do Programa. Confesso que fiquei emocionada com o caso particular de Ana, fiquei muito feliz por sua mudança, por esta nova Ana que se apresentava a mim. No final desde dia fiquei sabendo, através de conversas informais no corredor desta Secretaria, o motivo desta mudança. Ana morava com mais duas pessoas que eram dependentes químicos. Por não aceitar esta situação ela estava morando nas ruas e na condição de pedinte. Porém, após ser contemplada no sorteio da casa, alguns amigos de Ana pediram ajuda aos vereadores locais, que passaram a pagar o aluguel de uma casa provisória até o momento em que ela já possa receber as chaves da sua nova moradia (informação verbal)

Apesar de ter me estendido um pouco, acho importante situar o/a leitor/a que esta pesquisa está ligada a uma experiência pessoal, através do contato com Ana, eu não sabia, mais já tinha sido afetada, nos termos de FAVRET-SAADA (2005). Ana me fez “olhar” para o processo do programa MCMV de outra forma, aqui não mais enquanto agente do município que trabalha com políticas públicas habitacionais, me fez querer compreender este processo pelo olhar de quem participa e recebe estas casas e mais, como esta casa pode estar associada à

⁹ Este relato é descrito com base em uma experiência que vivenciei quando trabalhei na Secretaria de Habitação de Timon, foi através deste acontecimento com Ana que despertou meu interesse em pesquisar sobre esta questão, e foi justamente com base neste acontecimento, que fiz o projeto de seleção para o mestrado. Ana é um nome fictício.

¹⁰ Essa casa refere-se às Unidades Habitacionais do Programa Minha Casa Minha Vida –MCMV, e cujas etapas e critérios de seleção são definidos no âmbito do Ministério das Cidades – Governo Federal.

um projeto de melhoria de vida, como interpretei que seria este o caso de Ana. Então por mais experiência técnica e entendimento dos normativos legais, eu tinha perdido a minha sensibilidade para “olhar” além da política pública e além do discurso oficial. Pouco tempo depois desta experiência, sai do trabalho da secretaria, não tive mais contato com Ana e nem notícias suas. Mais foi através do que ela me fez sentir naquele dia, que fiquei intrigada com esta questão, aqui juntando outras questões como meu interesse em voltar aos estudos na área de ciências sociais e a minha vontade de me aproximar e me aprofundar no estudo da antropologia das emoções, é que voltei ao universo acadêmico através da seleção de mestrado em antropologia da UFPI.

Assim o fio condutor da pesquisa foi buscar compreender as narrativas das mulheres sobre o significado da casa própria, inserido em um projeto de melhoria de vida, situado em narrativas biográficas a partir de um contexto familiar específico, onde a casa própria representa a “realização de um sonho” que embora pareça ser uma conquista individual, é coletiva, de toda a família.

Para além de um trabalho científico, eu espero que este seja também uma experiência nova, como foi para mim, onde o leitor/a possa evocar suas emoções e memórias em relação às casas em que já morou, e que essa experiência seja um dos caminhos possíveis para chegarmos mais perto de sentir e vivenciar o que a casa própria significa para o grupo de mulheres moradoras do Residencial Cocais 2, que foram as interlocutoras deste processo.

A presente dissertação está dividida em três capítulos que abordam analiticamente o campo de pesquisa a partir do escopo teórico-metodológico proposto, além de uma introdução e de considerações finais. O primeiro capítulo, intitulado Como tudo começou? Tem por objetivo apresentar o processo vivido pelas mulheres, de como elas conheceram o programa, e suas etapas da inscrição à seleção no Programa Minha Casa Minha Vida. Nesta parte, ofereço um breve histórico das políticas habitacionais no Brasil e os diferenciais propostos pelo MCMV, situado no contexto de uma política pública que visa ampliar a igualdade de gênero e diminuir as desigualdades sociais, através do incentivo à titularidade feminina nas casas do programa. É problematizado, também, como a ideia de igualdade de gênero é definida pelo MCMV e percebida pelas interlocutoras.

O segundo capítulo *Por onde andei?* consiste em um esforço etnográfico de apresentar o evento da entrega das chaves, pois a partir dele foi possível iniciar a pesquisa de campo e conhecer as mulheres e suas trajetórias de vidas, norteadas pelas suas lembranças. É apresentado o contexto familiar e de moradias e como as beneficiadas narram e significaram estas trajetórias.

Além disso, procuro compreender o que é o “morar na casa dos outros”, ou seja, em casas de aluguel ou de parentes, ao mesmo tempo em que analiso o conjunto de emoções envolvidas nesse contexto e nas narrativas.

O terceiro capítulo intitulado *O sonho da Casa Própria: Um lugar para chamar de meu* busca compreender o significado da casa própria inserido em projeto de melhoria de vida. Neste ponto, procuro compreender o significado dessa conquista dentro de certo universo moral, assim como as emoções vivenciadas. Ao narrarem este momento elas afirmam: “Agora não serei mais humilhada!”. Nessa parte também será analisada algumas problemáticas e limitações em torno do Projeto MCMV e de como esses elementos acabam interferindo na maneira como as minhas interlocutoras chegam à compreensão de que “O sonho não é perfeito”.

Nas considerações finais, com base na etnografia apresentada é evidenciada algumas respostas de acordo com as narrativas apresentadas sobre o significado da casa própria para este grupo de mulheres, pertencentes a famílias de baixa renda e que nesta condição passaram a vida morando em casas que não eram suas, quase sempre casas em áreas periféricas da cidade e com estruturas físicas precárias. Ser sorteada no MCMV é um “divisor de águas” em suas vidas, é a realização de um sonho que antes não era possível.

Acima de tudo é um momento de muita alegria, e o motivo de tanta felicidade ao realizar este sonho é que isto significa sair do aluguel, e isto significa e não ser mais humilhada por não ter o dinheiro no dia do vencimento do aluguel e, será o fim também de passar pelo constrangimento que de repente o proprietário pede o imóvel; A casa própria é a possibilidade de ter um lugar que é só seu, seu canto no mundo nas palavras de Bachelard. Neste contexto o programa habitacional é visto com algo muito bom ao permitir que as famílias tenham acesso a casa própria, mais o sonho não é perfeito, o processo da inscrição a seleção é percebido como muito demorado e a casa recebida muitas vezes não atende as expectativas, seja por que o residencial é localizado em um bairro distante, ou porque as casas não possuem a qualidade construtiva esperada por elas. O que evidencia também que as políticas públicas habitacionais do MCMV, por mais que sejam percebidas enquanto uma conquista, traz ao debate que os agentes institucionais envolvidos precisam compreender como é a realidade das famílias beneficiadas, e de que “casa” estamos falando, isto só é possível quando se permite “ouvir” as pessoas beneficiárias e suas realidades, somente assim esta casa para além da função de um direito, de um abrigo, um “teto físico” conseguirá atender as “reais” expectativas destas famílias, estruturadas em um repertório sociocultural e ligada diretamente a um projeto de melhoria de vida.

Imagem 01: Vista panorâmica do Residencial Cocais I e II



Fonte: Disponível em <https://www.45graus.com.br/>; acesso em 20/10/2016.

Imagem 02: Registro de uma das quadras do Residencial



Fonte: (03.02.16) Acervo da pesquisa.

“Que a importância de uma coisa há que ser medida pelo encantamento que a coisa produza em nós.”

(Manoel de Barros).

CAPÍTULO 1 - COMO TUDO COMEÇOU?

Uma das questões que me inquietou durante o primeiro ano de mestrado, enquanto eu ainda cursava as disciplinas obrigatórias, foi o constante adiamento da entrega das casas do Residencial Cocais II, pois eu estava projetando o início da pesquisa de campo somente após a efetivação desta entrega. Isso se deve a algumas questões. Mesmo com as fases de inscrição e sorteio já tendo acontecido no ano de 2014, seria possível acompanhar as famílias em outras etapas do programa e efetivamente durante o período que eu teria para fazer o trabalho de campo. Essas outras etapas seriam a entrega das chaves, mudança para o residencial e a residência propriamente dita. Como o universo de beneficiários era muito grande, quinhentas pessoas e duas mil famílias, primeiro foi feito o recorte de gênero, tanto porque as diretrizes gerais do MCMV priorizam a titularidade feminina e também porque de acordo com os dados do perfil socioeconômico destas famílias que me foi fornecido pela Secretaria de Habitação 80% dos beneficiários eram mulheres, além disso, desde a experiência que vivenciei com Ana, meu interesse seria estudar de que formas outras mulheres vivenciariam este processo.

Outra questão que me preocupou foi definir como me aproximar destas mulheres antes da entrega das chaves do residencial, já que elas moravam em vários bairros e localidades do município. Apesar das fichas do perfil socioeconômico fornecidos conterem seu endereço e telefone, eu não poderia utilizá-los, já que os dados me foram passados de forma indireta, atendendo uma solicitação que fiz, onde solicitei via ofício estes dados a secretaria do município. Na tentativa de conhecer algumas destas mulheres, fui pensando em algumas estratégias, e uma das possibilidades no momento inicial da pesquisa seria o contato com elas através das atividades realizadas pela própria Secretaria, como as reuniões informativas realizadas por esta com os beneficiários/as do projeto. Dessa forma, eu poderia me apresentar e falar da pesquisa e conseguir alguns contatos iniciais, já que no primeiro momento eu não conhecia as famílias sorteadas e nem conhecia pessoas que pudessem ir me inserindo naquele terreno que eu desejava conhecer e pesquisar.

Em abril de 2015 entrei em contato com a Secretaria de Habitação, apresentei ao Secretário a minha proposta de pesquisa e solicitei o cronograma de atividades que seriam realizadas com as famílias beneficiadas, pois como eu já sabia, existe um escopo de atividades obrigatórias exigidas pelo MCMV. Ele acabou me informando que naquele mesmo mês, nos dias 20 e 21, iriam acontecer as reuniões sobre o projeto com as famílias. Perguntei se poderia participar destas reuniões e ele me autorizou, repassando-me o horário e o local. Foi a partir deste contato que tive a oportunidade de participar de uma destas reuniões, voltadas para as famílias do Cocais 2 e que aconteceram em uma escola municipal durante toda manhã e tarde dos dias 20 e 21. Cada uma das salas da escola era destinada ao atendimento dos beneficiários de cada quadra do residencial e a dinâmica se dava da seguinte maneira: a cada uma hora era iniciada uma nova reunião com aproximadamente 50 pessoas. Eu cheguei na escola antes da primeira reunião da manhã que iniciaria as 08 horas. Tinha muita gente e fazia muito calor no local. Sentei um pouco distante e observei o movimento. As filas iam sendo organizadas e para isso as pessoas traziam na mão o seu comprovante de beneficiário, o seu comprovante de endereço e eram informadas pela equipe da prefeitura em qual horário e sala seria sua reunião. Antes de entrar na sala, cada um deles assinava seu nome numa lista de frequência.

Quando o espaço ficou mais vazio, pois as pessoas já tinham sido encaminhadas para as suas salas, procurei uma das funcionárias da Secretaria, que me conhecia da época em que trabalhei lá, para pedir uns minutos de fala após a reunião, com o intuito de me apresentar e divulgar a pesquisa, mas ela me disse que eu deveria pedir autorização ao secretário. Assim, falei com o Hélio Lopes e obtive a autorização necessária e acabei participando da reunião no horário das 10 às 11 horas da manhã. A reunião começou com as colocações institucionais do Secretário que cumprimentou os presentes, tratou um pouco das atribuições da Secretaria e deixou os telefones de contato da mesma. Em seguida, uma assistente social da prefeitura se apresentou, explicou o projeto, com relação às normas do MCMV, e aqui ficou claro que o objetivo da reunião era tirar as dúvidas que as famílias pudessem ter antes de assinar o contrato. Eu não me lembro de ter visto nenhum homem, somente mulheres na sala, algumas com crianças de colo.

Eu estava sentada no final da sala, no canto direito do lado da parede, assim eu podia ter uma visão do todo. A sala era climatizada e isso ajudou muito para amenizar o calor. A dúvida principal que apareceu nas perguntas das beneficiárias foi quanto ao valor das parcelas que seriam pagas e os documentos que deveriam ser apresentados. As contribuições da assistente social reforçam a questão de que as casas não poderiam ser vendidas, sendo isso motivo de

quebra de contrato, podendo, a CAIXA, neste caso, tomar posse da casa. Isso levantou muitas questões e gerou muitos questionamentos, pois nos argumentos dos representantes da Secretaria ficou claro o caráter punitivo em relação as famílias que quebrassem as regras do programa, que por sua vez reflete uma cobrança da CAIXA, uma vez que desde do início do programa é comum a venda dos imóveis, adaptação dos mesmos em pequenos comércios e atraso no pagamento das parcelas do contrato.

No intervalo entre uma intervenção e outra, havia algumas conversas paralelas e em um destes momentos uma mulher que estava ao meu lado perguntou onde eu tinha sido sorteada e qual era minha quadra. Eu respondi que não tinha sido sorteada e que não era beneficiária. Então ela me perguntou se eu era da CAIXA. Eu disse que não, que era estudante e que estava ali porque estava fazendo uma pesquisa, mas que no final ela ia entender melhor pois eu iria explicar. Ela ficou interessada. Ao final da reunião, como combinado, a assistente social me concedeu a palavra. Então, de onde eu me encontrava na sala, me levantei e me apresentei a todas, disse que era estudante da UFPI e que estava fazendo uma pesquisa com as mulheres que foram sorteadas para o Residencial Cocais 2, e que seria muito importante se alguma delas pudessem conversar comigo. Expliquei que o objetivo da pesquisa era compreender o que significava para elas ter ganho esta casa; foi uma fala bem breve. Depois algumas mulheres vieram falar comigo, perguntar um pouco mais sobre a pesquisa, umas quatro mulheres. Peguei o endereço de algumas, e como eram de bairros de Timon que eu não conhecia acabei pegando também algumas referências. Outras duas mulheres me passaram seus telefones de recado. Nenhuma delas tinha celular e combinei que durante a semana eu iria procura-las para conversarmos. No final dessa reunião foi agendada uma data para possível vistoria das casas que seriam em maio do mesmo ano, porém depois a prefeitura informou através das rádios locais que esta data seria adiada.

Não tive sucesso com os contatos que fiz na reunião informativa, liguei para os dois telefones de recados e deixei meu número, mas não consegui retorno e com os endereços não localizei. Devido constantes mudanças de datas do calendário da prefeitura não consegui acompanhar as vistorias e nem a assinatura do contrato. Na semana prevista para acontecer estas etapas que foram adiadas novamente, quando elas aconteceram, eu não pude estar presente. Somente após o evento da entrega das chaves é que o trabalho de campo voltou a ser contínuo, em primeiro lugar nos meses de fevereiro e abril, quando eu ia todos os sábados e domingos para o Residencial além de alguns dias na semana, no horário da manhã ou tarde. Nestes dois meses, eu fui ao residencial a noite apenas uma única vez. Em segundo lugar, no período que

vai de maio a novembro de 2016, fica caracterizado pelas visitas esporádicas ao residencial.

Uma questão que se mostrou bastante desafiadora para eu me encontrar, enquanto pesquisadora, uma vez que também era uma profissional técnica que trabalhava na área social do MCMV. Aliás, o meu interesse em pesquisar as famílias do MCMV estava estreitamente relacionado com essa minha atuação.

Confesso que foi importante ter informações prévias sobre o programa, sobre os trâmites legais, sobre a burocracia tanto na CAIXA quanto na prefeitura, sobre o trabalho que era realizado diretamente com as famílias. Além disso, eu também tinha um conhecimento prévio sobre o discurso oficial da prefeitura, assim como sobre as conquistas e limitações do programa. Ainda nesta fase inicial, acredito que em função de eu já ter trabalhado na Secretaria e conhecer a equipe de profissionais e o próprio secretário, a minha admissão no campo da pesquisa tenha sido facilitado, a exemplo da permissão para acessar os perfis socioeconômicos e participar das reuniões informativas, mesmo não sendo beneficiária. De qualquer maneira, ao longo do desenvolvimento da pesquisa, eu procurei não utilizar desta situação para obter informações, pois eu sabia que isso poderia implicar uma troca de favores da qual eu não estava disposta a participar. O meu receio também era o de que as pessoas associassem à Prefeitura, com a função de avaliar o desempenho dos próprios funcionários. Na cidade de Timon é comum a prática de ter “olheiros” do prefeito nos mais diversos setores com o intuito de verificar “focos” de descontentamento e filiações de funcionários a partidos adversários. Por essas razões, priorizei o acesso às informações do projeto MCMV através dos sites e rádios locais.

Num dia, conversando com um casal de amigos da minha mãe que frequentavam a mesma igreja que ela, soube que eles eram beneficiários do residencial; assim, trocamos telefone e ela ia me informando das datas em que aconteceriam as próximas etapas do projeto. Ainda no ano de 2015 pedi para ela me conceder uma entrevista. Por ser muito tímida ela ficou com receio, mas eu expliquei como funcionaria e pedi autorização para gravar pelo celular. Assim, em uma manhã de sábado, eu fui a sua casa e a entrevista aconteceu. Casada, mãe de 3 filhos, casou com ele aos 16 anos de idade, é natural de Caxias, e sempre morou de aluguel. Mudou-se para Timon após seu casamento e estava muito ansiosa para receber sua casa, pois queria ter algo seu. Essa entrevista foi realizada após a fase de vistoria do residencial e descobri que o contrato dela seria assinado por ela e pelo marido e que a pontuação do seu sorteio foi através do marido, que era idoso, 75 anos. Naquele caso, o beneficiário direto do contrato seria ele e não ela. Ao saber destas informações fiquei um pouco frustrada, pois eu imaginava que ela seria minha primeira “informante” do residencial. Embora esse primeiro contato não tenha

sido como eu imaginei, ela foi muito importante para mim em outro momento da pesquisa, no dia da entrega das chaves do Residencial.

Nosso contato sempre acontecia na igreja que minha mãe frequenta às vezes vou à igreja com ela aos domingos e era justamente nestas ocasiões, mais especificamente no retorno para casa, que conversávamos um pouco sobre o residencial. Através destas conversas informais com ela e geralmente na companhia do seu marido e filhos, eu ia me atualizando sobre as datas e os adiamentos do projeto, sobre os informes da prefeitura e, acima de tudo, sobre o que eles estavam sentindo. Ela sempre falava com muita alegria da sua vontade de ir morar na casa nova, mas também da decepção pelo fato da casa nunca ser entregue. Geralmente as conversas eram curtas porque se limitavam ao percurso da carona que eu dava para a família na saída da igreja.

Em uma destas conversas no ano de 2016, quando já sabíamos que a entrega das chaves estava prevista para o dia 3 de fevereiro, eu perguntei a este casal se eles iriam para o evento no residencial. Eles me confirmaram e, devido à grande distância da residência deles para o local do evento, ofereci mais uma vez carona. Aquela seria uma grande oportunidade para todos nós. Por meio deles, eu teria a chance de adentrar mais uma vez no campo da pesquisa; este evento é melhor será mais detalhado no capítulo 2.

Nas próximas páginas o que será lido é o desfecho da pesquisa proposta, onde foram feitas algumas escolhas que deram suporte teórico e metodológico ao trabalho e nesse sentido foi necessário compreender como está estruturado o programa MCMV faixa 1. Situando-o no contexto histórico das políticas habitacionais brasileiras, e a criação do Ministério das Cidades, que conseqüentemente deu origem ao PMCMV no ano de 2003.

O PMCMV evidencia algumas mudanças e avanços no “cenário” das políticas habitacionais, estas mudanças não podem ser compreendidas dissociadas das bandeiras de lutas levantadas pela sociedade civil, em especial após o fim do regime militar no Brasil. Neste contexto é crescente a busca por igualdade, dentre elas a de gênero em todas as esferas da vida social, inclusive nas políticas públicas.

1.1. As Políticas Habitacionais no Brasil

De acordo com (MATIAS-PEREIRA,2010) a política pública é um instrumento importante na execução de programas políticos de intervenção estatal na sociedade, tendo como objetivo central a igualdade de oportunidades aos cidadãos com o intuito de assegurar-lhes as

condições materiais mínimas para uma existência digna. É importante ressaltar que, além dos segmentos governamentais, se envolvem na formulação de políticas públicas grupos de interesse e movimentos sociais, cuja articulação política irá refletir em menor ou maior grau nas diretrizes das políticas que integram o governo.

Para compreendermos a dinâmica da política habitacional do Brasil é preciso situá-la no contexto histórico do país, em um projeto político de governo que reflete diretamente a forma como este concebe **a cidade, a urbanização, a economia, a construção civil e a própria moradia**, compreendido como um sistema que pode ser integrado ou não há. Nesse sentido, são identificados distintos modelos de administração no âmbito da política habitacional brasileira.

Para Santos (1999) o marco central das políticas de habitação no Brasil se inicia no ano de 1964, quando foi criado o Sistema Financeiro de Habitação (SFH), ¹¹cujo objetivo principal era “a dinamização da política de captação de recursos para financiar habitações por meio das cadernetas de poupança e recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) através do Banco Nacional de Habitação (BNH).” (SANTOS, 1999, pág.10). Foi no período de existência do BNH (1964-1986) que os recursos angariados pelo banco eram provenientes do FGTS, e da poupança compulsória de todos os assalariados brasileiros, no período de existência do BNH (1964-1986) os recursos angariados pelo banco eram originários do FGTS, alimentado pela poupança compulsória de todos os assalariados brasileiros, mas também provinha dos recursos da poupança involuntária. Esse ordenamento deu origem ao Sistema de Poupança e Empréstimo (SBPE) de acordo com (BONDUKI,2008).

O SFH foi o regulador e definidor das políticas habitacionais que seriam implementadas no país. De acordo com Holz e Monteiro (2008) o funcionamento do sistema se divide em duas frentes, de acordo com as fontes de recursos, como fica claro na seguinte passagem (2008, pág.27):

O SFH foi dividido em dois ramos: um, direcionado às classes média e alta, gerido por agentes privados ligados à construção civil, e o outro, voltado para a classe de baixa renda, que era operado por agências estatais, por meio de Companhias Estaduais e Municipais de Habitação. Porém, igual para os dois sistemas foi o autofinanciamento, sendo necessário, portanto, que o adquirente provasse sua capacidade de pagamento. Esta forma de financiamento acabou por prejudicar as populações com baixa renda [...]

¹¹ Instituído pela lei 4.380/64. Santos (1999).

Para Ermínia Maricato (2003), nesse período foi priorizada e intensificada pelo BNH a aquisição e compra dos imóveis financiados com total responsabilidade dos então compradores, ou seja, privilegiava-se diretamente a classe média devido aos valores dos imóveis, dificultando o acesso de pessoas da classe mais desfavorecida economicamente à aquisição desses imóveis. Da segunda metade dos anos 60 até a primeira metade dos anos 80, o BNH propiciou a construção de milhares de unidades habitacionais. No entanto, a política habitacional vigente não primava pela qualidade, tampouco pela localização dos imóveis integrada a um pensamento urbanístico que favorecesse o crescimento da cidade de forma planejada, ocasionando a periferização desses empreendimentos (FORAGI, 2012).

Com o fim do regime militar, o BNH foi extinto pelo governo da época, no ano de 1986, de maneira que “(...) o setor habitacional passou por uma desarticulação e fragmentação institucional, com a consequente perda da capacidade decisória e a redução dos recursos disponíveis para investimento” (BRASIL, 2009). Neste período de fundação do BNH até uma política específica, a política habitacional brasileira esteve subordinada a sete ministérios e estruturas administrativas diferentes, o que não permitiu uma estratégia continuada para tratar do problema de habitação no Brasil. (BONDUKI, 2008). Em outro trabalho temos o detalhamento desse processo, segundo Santos (1999, pág.19):

Em um período de apenas quatro anos, o Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (MDU), criado em 1985, transformou-se em Ministério da Habitação, Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (MHU), em Ministério da Habitação e Bem-Estar Social (MBES) e, finalmente, foi extinto em 1989, quando a questão urbana voltou a ser atribuição do Ministério do Interior (ao qual o BNH era formalmente ligado). As atribuições na área habitacional do governo, antes praticamente concentradas no BNH, foram pulverizadas por vários órgãos federais, como o Banco Central (que passou a ser o órgão normativo e fiscalizador do SBPE), a Caixa Econômica Federal (gestora do FGTS e agente financeiro do SFH), o ministério urbano do momento (formalmente responsável pela política habitacional) e a então chamada Secretaria Especial de Ação Comunitária, a responsável pela gestão dos programas habitacionais alternativos.

Apesar do desempenho do SFH ser considerado bastante significativo, o autor avalia que ele foi incapaz de atender às populações de baixa renda, compreendendo o modelo habitacional do período como insatisfatório, o que se constatou durante os governos Sarney (1985-1990) e Collor (1990-1992).

No período pós-BNH, a partir de um novo impulso em termos nacional pela

reestruturação das políticas habitacionais, surgem novas estratégias de governo frente a essa problemática, caracterizada pela busca por novas fontes de recursos e parcerias com a sociedade organizada. Assim, municípios e estados, além da própria União, lançam programas habitacionais financiados com fontes alternativas, ocorrendo assim transferências de atribuições para os estados e municípios, tendo como marco a Constituição de 1988 que tornou a habitação uma atribuição concorrente dos três níveis de governo (federal, estadual e municipal).

Nesse contexto, a Caixa Econômica Federal (CAIXA) passa a ser o agente financeiro do SFH e a regulamentação de crédito habitacional passou para o Conselho Monetário de Habitação, tornando-se um instrumento de política monetária. Começa então um processo de redemocratização do país e das políticas habitacionais, emergindo programas alternativos como a urbanização das favelas e assentamentos (BONDUKI, 2008;2009).

Como aponta SANTOS,1999), somente no ano de 1998 é que possível falarmos de um amadurecimento da política nacional de habitação, pois é durante o primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso que foram priorizadas ações políticas macroeconômicas que reduziram o espaço de interferência dos ajustes fiscais e do setor público na execução das políticas habitacionais, havendo uma redução no déficit habitacional, propiciando assim o início da urbanização de áreas precárias, sendo realizadas somente pelo setor público (BONDUKI, 2008; 2009).

Paralelamente, nesse mesmo período (1990 – 2002), foi elaborado o projeto Moradia, formulado pelo Instituto Cidadania ¹², organização não governamental dirigida pelo ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva. O projeto ouviu diferentes segmentos da sociedade relacionados à moradia (movimentos populares, entidades empresariais e profissionais) e sintetizou um grande número de propostas. A partir desse acúmulo foi elaborada uma estratégia para que no prazo de quinze anos se equacionasse a questão da moradia no país. Por meio desse projeto foi identificada a necessidade de se recuperar o espaço de institucionalização da política urbana (MARICATO 2005; BONDUKI 2009), o que poderia ser realizado por meio de um

¹² O Instituto Cidadania mobilizou profissionais da área, representantes dos movimentos sociais e setores empresariais para discutir como realizar essa transformação. Organizado em parceria com a Fundação Djalma Guimarães, o Projeto Moradia foi concluído em maio de 2000 e apresentou soluções concretas para o problema do déficit habitacional no Brasil, a partir do conceito inovador de "moradia digna". O projeto inspirou a criação do Ministério das Cidades e do Conselho Nacional das Cidades. A coordenação geral do projeto foi da arquiteta e ex-deputada estadual Clara Ant. Junto a ela, participaram da coordenação do projeto André Luiz de Souza, Ermínia Maricato, Evaniza Rodrigues, Iara Bernardi, Lúcio Kowarick, Nabil Bonduki e Pedro Paulo Martoni Branco. *In*: <http://www.institutolula.org/projeto-moradia/> acessado em: 06.10.2017.

ministério, que trataria dos três maiores problemas sociais urbanos identificados pelo projeto Moradia: habitação, saneamento ambiental e transporte. Assim, no ano de 2003 é criado o Ministério das Cidades, com o objetivo de atender esta demanda (BONDUKI, 2009).

No entanto, no ano de 2001 e antes da criação do Ministério das Cidades, o Governo Federal regulamentou artigos da Constituição Federal e publicou a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, mais conhecida como o Estatuto das Cidades¹³. A criação do estatuto favorece diretamente a criação do ministério e uma nova forma de problematizar a política urbana brasileira. No guia do estatuto, é detalhada a importância desse momento para a história das políticas urbanas do País (2001, pág.9, grifo meu):

[...] constitui, sem dúvidas, um dos maiores avanços legislativos concretizados nos últimos anos. Após um difícil e vagaroso processo de tramitação que durou mais de dez anos, o Congresso Nacional enfim presenteou o País com a regulamentação do capítulo de política urbana da Constituição Federal, A aprovação do Estatuto da Cidade, todavia é apenas um primeiro passo para que os brasileiros tenham assegurado o seu direito a cidades sustentáveis, entendido pelo próprio texto da lei como envolvendo o direito **à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho, e ao lazer**, para as presentes e futuras gerações. [...] poucas leis na história brasileira foram construídas com tanto esforço coletivo e legitimidade social. A aprovação do estatuto do Estatuto da Cidade, é uma conquista dos movimentos populares, que se mobilizaram por mais de uma década na luta por sua aprovação. Esta luta foi conduzida a partir da ativa participação de entidades civis e de movimentos sociais em defesa do direito à cidade e à habitação e de lutas cotidianas por melhores serviços públicos e oportunidade de uma vida digna.

Com a Lei do estatuto das cidades é estabelecida as diretrizes gerais da política urbana no país, buscando o desenvolvimento das funções sociais da cidade e a garantia ao direito a cidades sustentáveis (BRASIL, 2001), institucionalizando um novo “olhar” sobre a cidade e como esta deve ser pensada de forma articulada, uma cidade sustentável, que garanta cidadania a todos os seus moradores. Tanto o estatuto quanto o ministério das cidades, são considerados também, como uma resposta a antigas reivindicações dos movimentos sociais de luta pela reforma urbana. (BRASIL, 2009).

¹³ “Estatuto da Cidade” é a denominação oficial da Lei 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta o capítulo "Política Urbana" da Constituição Federal, detalhando e desenvolvendo os artigos 182 e 183. Seu objetivo é garantir o direito à cidade como um dos direitos fundamentais da pessoa humana, para que todos tenham acesso às oportunidades que a vida urbana oferece. Site do Senado Federal, disponível em: <http://www.senado.gov.br/senado/programas/estatutodacidade/oquee.htm> ; acessado em 10 de agosto de 2017.

Posteriormente, alinhada com o Estatuto das Cidades, em 2004, foi divulgada a Política Nacional de Habitação (PNH) aprovada em 2004 pelo Conselho das Cidades¹⁴. Na PNH, a moradia é entendida como um direito individual e coletivo, através do acesso à universalização deste direito, unidades com padrão digno, onde a habitabilidade seja garantida em áreas com infraestrutura, saneamento ambiental, mobilidade, transporte coletivo, equipamentos, serviços urbanos e sociais. (BRASIL, 2009). O principal objetivo do Planhab é (2009, pág. 09):

formular uma estratégia de longo prazo para equacionar as necessidades habitacionais do país, direcionando da melhor maneira possível, os recursos existentes e a serem mobilizados, e apresentando uma estratégia nos quatro eixos estruturadores da política habitacional: modelo de financiamento e subsídio; política urbana e fiduciária; arranjos institucionais e cadeia produtiva da construção civil, onde se busca alcançar o principal objetivo do plano: universalizar o acesso à moradia digna para todo cidadão brasileiro, principalmente os de menor renda.

É no contexto da implementação destas novas medidas que institucionalizam a política de desenvolvimento nacional, junto com algumas mudanças no cenário econômico brasileiro que buscavam diminuir os efeitos da crise financeira internacional na economia doméstica, que foi ampliado o volume de crédito e dos investimentos no setor habitacional pelo Governo Federal, é neste “cenário” que há espaços e instrumentais técnicos propícios para garantir o sucesso de uma política habitacional de longo prazo, especialmente voltada para a população de baixa renda. (BRASIL, 2009).

Assim, em 2007 é criado o Programa de Aceleração do Crescimento - PAC e em 2009 o Programa Minha Casa Minha Vida; ambos desenhados a partir de premissas e metas apontadas pelo Planhab, dentro de uma perspectiva de planejamento em longo prazo, objetivando a continuidade e sustentabilidade no setor habitacional brasileiro (BRASIL, 2009).

1.2. O Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV

O Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV foi criado pelo Governo Federal em março de 2009, com o objetivo de produzir um milhão de unidades habitacionais, e, em março de 2010, foi lançado o PMCMV 2 com a proposta de construção de mais dois milhões de habitações até o ano de 2014 (Cartilha MCMV, 2009). O Programa está inserido na PNH e suas

¹⁴ Con-Cidades é um órgão colegiado de natureza deliberativa e consultiva do Ministério das Cidades. (BRASIL, 2009, pág.11)

diretrizes básicas são: redução do déficit habitacional; distribuição de renda e inclusão social; dinamização do setor de construção civil e geração de trabalho e renda (BRASIL, 2011). Ele tem por finalidade criar mecanismos de incentivo à produção e aquisição de novas unidades habitacionais para famílias com renda de até 10 salários mínimos (BRASIL, 2009) compreendendo assim três subprogramas: Programa Nacional de Habitação Urbana (PNHU), o Programa Habitação Popular – Entidades e o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR). O programa utiliza recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR) e do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS), sendo gerido pelo Ministério das Cidades e operacionalizado CAIXA.

De acordo com o site da CAIXA¹⁵ (2003), o Minha Casa Minha Vida é definido como:

Uma iniciativa do Governo Federal que oferece condições atrativas para o financiamento de moradias nas áreas urbanas para famílias de baixa renda. Em parceria com estados, municípios, empresas e entidades sem fins lucrativos, o programa vem mudando a vida de milhares de famílias brasileiras. É oportunidade para quem precisa e mais desenvolvimento para o Brasil.

O PMCMV financia a produção de unidades habitacionais em três modalidades de rendas, para famílias com a renda até 3 salários mínimos, para aquelas de 3 a 6 e de até 10 salários mínimos, sendo que para cada grupo de família, em função da renda, foi definido um subsídio financeiro, como forma de diminuir o custo e facilitar o acesso à moradia. Em função do subsídio financeiro, o PMCMV não permite que a mesma família seja atendida pelo programa mais de uma vez. Para controlar quem é atendido, os dados pessoais do beneficiário e da sua família são inseridos no Cadastro Único - CADÚNICO¹⁶. Para a construção das unidades habitacionais a CAIXA contrata uma empresa que fica responsável pela entrega dos imóveis devidamente concluídos e legalizados.

No caso do PMCMV faixa 1, que é para as famílias com renda de até 3 salários mínimos, como é o caso das famílias do residencial Cocais 2, cabe às prefeituras municipais ou governo estadual a indicação dos beneficiários, que serão avaliados pela CAIXA para definição do valor do subsídio e apresentação da documentação com vistas ao financiamento do imóvel. (ver quadro demonstrativo no anexo 2).

De acordo com a cartilha informativa do MCMV (2012), as especificações dos

¹⁵ Site oficial, <http://www.caixa.gov.br/> acessado em 05 de agosto de 2017.

¹⁶ O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, permitindo que o governo conheça melhor a realidade socioeconômica dessa população. Desde de 2003, o Cadastro Único se tornou o principal instrumento do Estado brasileiro para a seleção e a inclusão de famílias de baixa renda em programas federais, sendo usado obrigatoriamente para a concessão dos benefícios de vários programas sociais dentre eles o MCM. In: <http://mds.gov.br/>; acessado em 07.10.2017.

empreendimentos do PMCMV incluem as modalidades de casas térreas ou prédios. Para as casas o limite construtivo é de até 500 unidades por módulo, e para condomínios segmentados até 250 unidades. No projeto não incidem custos de comercialização e incorporação, o que barateia o valor do imóvel para as famílias. Abaixo segue detalhamento das especificações mínimas do Programa.

Quadro 01: Especificações mínimas MCMV, modalidade casas térreas

- Compartimentos: sala, cozinha, banheiro, 2 dormitórios, área externa com tanque
- Área da unidade: 35 m². (metragem mínima exigida pelo PMCMV).
 - Área interna: 32 m². (Metragem mínima exigida pelo PMCMV).
 - Piso: cerâmico na cozinha e banheiro, cimentado no restante.¹⁷
 - Revestimento de alvenarias: azulejo 1,50m nas paredes hidráulicas e box.
 - Reboco interno e externo com pintura PVA no restante.
 - Forro: laje de concreto ou forro de madeira ou pvc.
 - Cobertura: telha cerâmica.
 - Esquadrias: janelas de ferro ou alumínio e portas de madeira.
 - Dimensões dos compartimentos: compatível com mobiliário mínimo.
 - Pé-direito: 2,20m na cozinha e banheiro, 2,50m no restante.
 - Instalações hidráulicas: número de pontos definido, medição independente.
 - Instalações elétricas: número de pontos definido, especificação mínima de materiais.
 - Aquecimento solar/térmico: instalação de kit completo.
 - Passeio: 0,50m no perímetro da construção.

Fonte: Cartilha MCMV (2012, pág.06)

Na pesquisa realizada considerei relevante saber como as informações sobre o Programa MCMV chegaram até às minhas interlocutoras. Quando indagadas sobre isso, esta questão não ficou clara, onde elas falaram mais sobre as informações que sabiam do programa e não como tiveram acesso a estas informações.

¹⁷ Com a publicação da Portaria nº 168, de 12 de abril de 2013, (d.o.u. de 15.04.2013) o piso cerâmico passou a ser obrigatório em toda a área coberta da casa.

Mermã, eu acho que ajudou muita gente que não tem condição de pagar uma casa, que hoje em dia o povo diz que é fácil ter uma casa, mas não é não, eu já fui na CAIXA, mas não pude tirar por causa da minha renda que é muito baixa, e eu trabalho é na casa dos outros, de vez em quando, ajeito unha, mas assim eu vou conseguindo viver a rotina pra poder criar meus filhos. (informação verbal, **Ritinha¹⁸, 26 anos, dona de casa, 03.03. 2016**).

Assim, eu creio pelo menos por mim, ele me atendeu e eu precisava muito mesmo, e eu nunca tinha conseguindo, porque minha renda é baixa, é eu e meu filho e eu pra sustentar ele, já fui abençoada pelo partido (se referindo ao PT), ela (a presidenta Dilma) já me beneficiou duas vezes, eu faço meu curso pelo PRONATEC tou terminando, ou seja eu tenho uma especialização e agora ganhei minha casa e tou ai em busca de cada dia ganhar mais. (Risos)
(informação verbal, **Tatiana 5, 25 anos, técnica em enfermagem, 20.02 2016**).

Eu só sei que ele (o programa) tem obrado muito milagre pra um bocado de pessoas, tem pessoas que não merecem ganhar, porque já tem, é só pra vender, que num utiliza né! Mais que tem feito muita benção na vida de certas famílias sim, porque tem muita gente que necessita mesmo, que chega a fazer pena. Merece ganhar, eu achei uma maravilha esse projeto que o governo botou para as pessoas, porque com o tempo é da gente, tudo direitinho, tudo com calma. (informação verbal, **Dona Rosa, 63 anos, aposentada, 26.02.2016**).

Ritinha e Tatiana em suas falas evidenciam que o programa tem ajudado muita gente, facilitando o acesso, pois ambas não teriam condições de ter a casa própria se não fosse através do programa, porque não têm como comprovar renda fixa, trabalhando com alguns *bicos* e dependendo da ajuda de seus familiares, assim demonstram que conhecem o fator principal para definir quem pode e quem não pode participar do programa na modalidade faixa 1, é sua renda, e foi justamente isto o que as impossibilitou de tentar um financiamento direto com o banco, no caso a CAIXA, pois o primeiro critério analisado quando se busca um financiamento direto com o banco é a análise de crédito, comprovando se a pessoa terá condições de pagar o financiamento e isto é garantido através de sua renda. Foi justamente a falta de renda o problema da renda que inviabilizou este acesso direto a Tatiana e Ritinha, as colocando em outra categoria, ou seja, como não podem financiar diretamente com o banco, precisam ser atendidas por uma política habitacional onde este contato direto é facilitado e onde as parcelas caibam no seu orçamento. De acordo com o normativo do MCMV no ano de 2014, o valor da parcela do imóvel custa apenas 5% do valor da renda que as famílias comprovaram durante a inscrição no programa, assim a parcela de Ritinha e Tatiana ficaram no valor de vinte e cinco

¹⁸ Os nomes aqui são todos fictícios.

reais.

Tatiana em sua fala nos chama a atenção para a intersetorialidade dos projetos sociais, onde ela está sendo contemplada pelo PRONATEC e pelo MCMV. Dona Rosa, nos chama a atenção que o programa “*tem obrado muitos milagres, para as pessoas que merecem ganhar*”, identificando que existe um valor moral ou seja, nem todas as famílias que estão ali no residencial merecem “ganhar” a casa, pois ganham para vender e não para morar. A venda destas casas antes da quitação da mesma é uma realidade comum aos empreendimentos do MCMV o que é caracterizado como ilegal pela CAIXA, sendo motivo de quebra de contrato e podendo incidir medidas judiciais.

1.3.Acertos e erros do PMCMV – Alguns pontos sobre a questão

A arquiteta e urbanista Raquel Rolnik (2008), avalia a reforma urbana no Brasil e identifica alguns problemas que impossibilitam que ela aconteça de forma plena no País, onde afirma que o nosso sistema federativo é subdesenvolvido e está atrelado à alguns pontos específicos que são o “nó” da questão, o primeiro seria a própria concepção do se considera o que seja município (é igualmente considerado os pequenos e grandes municípios e isso em sua análise dá um peso desigual nos serviços e recursos direcionados a estes), o segundo é que os municípios não possuem investimentos próprios para tratar a urbanização (pavimentação, saneamento, habitação) o que os torna totalmente dependentes dos recursos que governos estaduais e federais destinam a urbanização, e por último o fato desde recursos serem repassados aos municípios em forma de transferências voluntárias e não obrigatórias. Não bastasse isso, ela aponta que no caso brasileiro o processo de transferência é mediado politicamente que por sua vez é ligado diretamente ao sistema político eleitoral. Nesta conjuntura a autora afirma que (2008, pág. 156),

[...]o produto disso é o que a gente chama de absoluta ineficiência do ponto de vista da gestão do território e da capacidade de dar condições adequadas para a expansão urbana em cada uma das nossas cidades do país. Acho que isso está no centro da nossa questão, e tem mais alguma outra coisa, que eu tenho citado muito, e a gente arrasta isso desde a opção que foi feita nos anos 1970 nessa área urbana, em pleno período autoritário, que foi uma opção setorialista também. E aí eu dialogo um pouco com essa questão do financiamento – os recursos financeiros para habitação –, o modelo, a gente rompeu, mas não rompeu de fato com o modelo do BNH, com a ideia de que quem faz política habitacional é um banco, como se política habitacional fosse um problema financeiro e não um problema urbano. É claro que é importantíssimo existir um banco de fomento para habitação e desenvolvimento urbano, mas o

financiamento deveria ser um instrumento da política e não toda a política! [...] na verdade, o que nós precisamos é de cidade. A gente não precisa de casa, mais cano, mais isso e aquilo. [...]

Como é evidenciado acima conceber a política urbana de forma setorizada, é muito complicado, onde há programas e projetos para tratar da habitação, do transporte, do saneamento, do lixo e assim por diante, onde a cidade é compreendida de forma fragmentada e não integrada. De forma fragmentada a cidade acaba por ser também excludente. Os projetos apresentados como soluções para estas questões não podem ser pensados de forma universalizantes, e sim específicas, considerando que, a população é diferente, a região, as questões culturais, onde ela diz (2008, pág.157),

eu aprendi na faculdade de Arquitetura é que cada projeto tem que dialogar profundamente com o lugar onde ele está. Para quem ele é e onde ele está[...] Você não consegue fazer arquitetura se não tiver premissas básicas de um pacto civilizatório, democrático, acertado. Se real mente a sociedade brasileira não se convencer de que todo mundo que faz parte dela tem que ter um lugar adequado para morar, fica muito difícil você batalhar por espaços, por uma boa arquitetura. Ter o lugar e o espaço, não é? uma boa arquitetura tem que ser para todos. Não pode ser uma boa arquitetura para meia dúzia.

Assim a autora defende que a questão da moradia deve ser vista pelo “olhar” de quem vivencia “suas mazelas” e que a “política urbana tradicional ignora a diversidade e as diferenças e trabalha com a uma matriz única”. Neste sentido não podemos pensar em cidade inclusiva e em projetos que resolvam os problemas existentes, incluindo aqui também a questão da moradia; neste contexto ela levanta a bandeira de luta pelo “direito a cidade”, onde todas pessoas teriam direito à um cidade urbanizada, com mobilidade, serviços e se sentiria pertencente aquele lugar, esse acesso de priorizar prioritariamente as camadas mais pobres da população que têm sofrido mais diretamente o impacto de se pensar uma reforma de planejamento urbano não inclusiva.

De acordo com Jadson Pessoa da Silva (2013) a política pública não pode ser compreendida como uma política “neutra”, devemos situá-la em seus contextos, isso acontece também nas políticas de habitação. Na análise do autor é complicado quando uma política pública é pensada de forma universalizante ou que abarquem determinados setores específicos da sociedade, é preciso não confundir quem são os reais “beneficiários” neste processo, assim ele diz (2013, pág.54):

É preciso não confundir nesse momento o discurso simbólico de quem irá ser beneficiado e de quem realmente será beneficiado. Pois, o governo pode prontamente levantar um discurso, que muitas vezes eleitoreiro em prol de uma classe social menos abastada em busca de votos ou de levantar uma bandeira política para conseguir simpatizante de sua política, sem que necessariamente a retórica esteja atrelada com a realidade concreta. Nesse ponto é fundamental para a consolidação e aceitação da política por parte da população, e para isso, o próprio governo realiza estudos frequentes [...] para acompanhar a percepção da população quanto as suas políticas públicas via campanhas publicitárias e assim, verificar se os conceitos, objetivos, ideologias propagandeadas pela mídia estão sendo recebida pela sociedade.

Em sua pesquisa de mestrado¹⁹ o autor estudou como esse processo aconteceu no Brasil no período de lançamento do Programa Minha Casa Minha Vida, onde a SECOM²⁰ no ano de 2009 e realizou um estudo sobre a receptividade do programa pela população, com base nestes dados do referido relatório o autor vai analisando como o governo foi utilizando de “artifícios” que ajudou no sucesso de aceitação do programa. Ele aponta três fatores determinantes neste processo (2013, pág.101):

“uma linguagem em tom emocional e a valorização da ideologia mercantil foram essenciais para ampla aceitação do Programa. [...] O próprio nome do Programa Minha Casa, Minha Vida é visto também como sendo um dos motivos de aceitação por parte da população pesquisada, pois o “nome foi considerado adequado para este programa habitacional e capaz de sensibilizar ao indicar a importância para a vida das pessoas do sonho da casa própria”.

De acordo com as metas do MCMV no ano de 2009, lançado no contexto do cenário macroeconômico que havia no País o autor identifica que o programa serviu para resolver diretamente três problemas existentes naquela conjuntura, ou seja, “o problema da realização da renda (valorização fundiária), do lucro (valorização imobiliária, indústrias, etc.) e do salário (emprego e moradia), e avalia que” (2013, pág.126, grifo meu):

O movimento concreto e o papel social do Programa MCMV seriam, portanto, o de solucionar a crise de realização do capital posta pela crise financeira internacional, do emprego e da moradia, em resumo, primeiro resolve-se o problema da realização do capital e de forma marginal a condição humana, mesmo que em certos momentos, na aparência, se apresente de forma inversa.[...] o Programa MCMV é um importante avanço para a política habitacional, visto que o número de unidades construídas para a população de baixa renda tem sido privilegiado, além dos largos subsídios que têm sido fornecidos para essa população. No entanto, condicionado pela própria lógica

¹⁹ Programa Minha Casa Minha Vida (2009 – 2010): Avanços e limites para a população de baixa renda em São Luís – MA.

²⁰ Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República

do Programa, verificamos que o limite do MCMV se dá na **efetiva inserção da população de baixa renda na dinâmica da cidade, fazendo com que a segregação socioeconômica seja mantida e gerando uma elevada renda diferencial em favor da população com maiores rendas [...], sendo este, inclusive, um obstáculo à consolidação do Programa MCMV.**

Também fazendo uma avaliação sobre o programa (MARICATO,2012) avalia que o modo como o Programa MCMV é executado, apesar de apresentar um avanço quanto à liberação de recursos e subsídios para as classes com menor renda, não consegue acabar com as desigualdades e a segregação nas cidades, “dominadas pelo capital imobiliário (...) e pelo patrimonialismo visceral”. Gerando, desse modo, não só condições desiguais de acesso à moradia como do próprio acesso ao “direito à cidade”.

A “lógica da casa própria” como aponta (ROLNIK,2016) impacta diretamente contra a visão de moradia para todos, acesso este que seria provido pelo Estado. Pensar a casa própria como bem individual alimenta o sistema de mercado movido pelo acesso ao crédito financeiro, e assim “a ideia da moradia não é tida como necessidades habitacionais das pessoas, mas sim como esfera econômica de produção de espaço construído.”, foi neste contexto que surgiu a ideia de “*déficit* habitacional”, onde ela afirma (2016),

“é uma falácia. Leva em conta que a política deve ser construir casas, quando não é necessariamente isso”. É um modelo que fica evidente no Minha Casa, Minha Vida. “O Minha Casa é uma forma de fazer com que o mercado oferte um produto, só que não há dinheiro para comprar. Aí o Estado dá dinheiro para as pessoas comprarem este produto que o mercado oferta.”

Nesta avaliação que (ROLNIK,2016) faz do programa MCMV, ela o identifica como um modelo de subsídio para a indústria de construção civil, modelo este que aconteceu no Chile e no México, modelo este que prioriza a produção de conjuntos habitacionais em áreas periféricas, ocasionando o problema de acesso à cidade,

“A moradia é, na verdade, uma porta de acesso à cidade, às oportunidades que a cidade oferece, ao trabalho, à renda, à educação, à saúde, à não discriminação, à cultura etc. Não é o que um renque de casas produzidos no meio do nada oferece.”

Assim nos argumentos de Rolnik, no Brasil não temos um déficit de moradia e sim de cidades, de que adianta a produção em massa de casas se não são produzidas cidades para inseri-las? É neste contexto que ela firma que o MCMV está começando a trazer problemas (2016),

O Minha Casa Minha Vida não é uma política habitacional, é uma política industrial. Tem a ver com a estratégia do governo para evitar os efeitos da crise internacional, usando a construção civil para gerar empregos rapidamente, com a vantagem política de mobilizar “o sonho da casa própria”. A grande inspiração é o programa habitacional chileno da ditadura Pinochet. Nele, o Estado dá dinheiro aos pobres para comprar um produto feito pelas construtoras que eles jamais escolheriam por conta própria: de baixa qualidade e longe da cidade. O grande problema desse tipo de programa é que, para garantir o lucro das construtoras, ele tem que ser construído em terra bem barata. E terra barata é terra sem urbanidade.

Para o arquiteto e professor da USP, Nabil Bonduki (2009) aponta que apesar de algumas lacunas e problemas identificados no programa, ele é um passo importante nas lutas por políticas de habitação no País, dando “um passo importante no sentido de construir políticas públicas destinadas a garantir o direito à habitação, que é o que se persegue desde o Projeto Moradia. Mas é necessário avançar mais; nesse sentido, a retomada do debate e da implementação do Plano Nacional de Habitação é urgente”.

O MCMV está inserido em política habitacional definida em seus normativos como inclusiva e que considera direito do cidadão o acesso a uma moradia, devemos problematizar de que moradia estamos falando? Nas narrativas apresentadas pelas interlocutoras da pesquisa, é claro para elas que o programa é destinado para famílias de baixa renda, e isso pode ter uma dupla interpretação, porque elas afirmam isso? Por conhecerem as diretrizes do programa? Por conhecerem suas fragilidades? Se formos fazer um raio x, o que seria evidenciado como positivo e negativo no MCMV? Esta pergunta é relativa, dependerá de qual ótica o analisaremos. Na minha opinião o programa é assertivo quando permite o acesso a moradia para famílias que não teriam acesso, sem a inserção desta política habitacional, no entanto isso pode reforçar o entendimento que por se tratar de famílias pobres, qualquer casa estaria boa. Durante a pesquisa, ficou evidente para mim que as interlocutoras problematizam esta questão, quando falam da qualidade da tinta da casa, da localização do residencial, por o mesmo ser do lado de um presídio. Pelo risco de assalto e o medo de morar em lugar distante do seu endereço antigo, porém mesmo com todas estas questões sendo problematizadas, o sonho da conquista da casa própria, não deixa de ser a realização maior, embora situado em um contexto de insatisfação.

1.4. Conhecendo a realidade do Residencial Cocais II

A demanda selecionada para morar no Residencial Cocais II, na cidade de Timon, foi realizada pela Secretaria Municipal de Habitação, atendendo critérios nacionais do PMCMV e municipais²¹. Os critérios nacionais de seleção dizem respeito a famílias residentes em áreas de risco ou insalubres, que tenham sido desabrigadas, famílias de que façam parte pessoas com deficiência e famílias com mulheres responsáveis pela unidade familiar. Já em relação aos critérios locais, foram estabelecidos os seguintes: famílias com pessoas portadoras de doenças crônicas ou idosas, famílias que habitam próximo a região do empreendimento e famílias compostas por mais de três membros. As regras do sorteio foram lidas e divulgadas nos sites oficiais do município, estas são:²²

1. No mínimo 3% (três por cento) das unidades habitacionais do empreendimento devem ser direcionadas para atendimento de cada um dos seguintes segmentos: a) pessoas idosas, na condição de titulares do benefício habitacional, conforme disposto no inciso I, do art. 38 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, Estatuto do Idoso; b) pessoas com deficiência, conforme disposto no inciso I, do art. 32 da Lei 13.146, de 6 de julho de 2015, Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) ou famílias de que façam parte pessoas com deficiência, na ausência de percentual superior fixado em legislação municipal ou estadual. Caso a aplicação do percentual resulte em número fracionado, este deverá ser elevado até o primeiro número inteiro subsequente. Depois de descontadas as unidades habitacionais destinadas aos candidatos selecionados, conforme mostrado nos itens "a" e "b" anteriores, as restantes serão distribuídas aos demais candidatos agrupados conforme segue:
 - a) Grupo I - candidatos que atendam de 04 (quatro) a 06 (seis) critérios;
 - b) Grupo II - candidatos que atendam de 02 (dois) a 03 (três) critérios e
 - c) Grupo III - candidatos que atendam até 01 (um) critério.

1. Os candidatos de cada Grupo serão selecionados, por meio de sorteio, obedecendo a seguinte proporção:
 - a) Grupo I - 60 % (sessenta por cento) das unidades habitacionais;
 - b) Grupo II - 25 % (vinte e cinco por cento) das unidades habitacionais;
 - c) Grupo III - 15 % (quinze por cento) das unidades habitacionais.

2. Além do quantitativo dos candidatos dos grupos mencionados no

²¹ De acordo com as informações do site da Prefeitura Municipal de Timon. site: <http://www.timon.ma.gov.br>; acessado em 02.02.2016.

²² Site da Prefeitura Municipal de Timon; acessado em 02.02.2016.

subitem anterior, que comporão a lista principal, deverão ser encaminhados 30% (trinta por cento) adicionais para cada grupo e para as cotas, que comporão lista reserva, que deverá ser ordenada por meio de sorteio em cada grupo, cujo aproveitamento dar-se-á na sequência em que for apresentada pelo ente público.

O processo de seleção da demanda para o residencial foi iniciado no ano de 2014 e finalizado com a entrega das chaves, no dia 03.02.2016. Todo o processo foi realizado em oito etapas, como detalhado no quadro abaixo.

Quadro 02: Etapas do processo de seleção de demanda à entrega das chaves

Etapas	Período
Inscrições	Ano de 2014
Seleção das famílias (sorteio)	05/04/2015
Entrega de documentação na secretaria de habitação	Abril de 2015
Reuniões informativas para as famílias sobre o programa	20 a 21 /04/ 2015
Vistorias pelas famílias das casas no residencial	10 a 12 /12/2015
Assinatura do contrato para as famílias cujos documentos estão completos	15 a 17/12/ 2015
Evento de entrega das chaves	03/02/16
Início da mudança para casa própria.	06/02/16

Fonte: Prefeitura Municipal de Timon e Pesquisa de Campo (2016)

O recurso destinado pelo FAR para o residencial Cocais II foi de R\$ 28.929.000,00. O projeto beneficiou diretamente 500 famílias, perfazendo o total de duas mil pessoas atendidas, dentre estas famílias, 486 eram chefiadas por mulheres²³, ou seja, no que se refere ao gênero do chefe da família, 14,3% são homens e 85,7% são eram mulheres (Secretaria Municipal de

²³ De acordo com os critérios do MCMV, mulher chefe de família é a pessoa responsável pela assinatura do contrato.

Habitação de Timon - PTTS, 2015).

O residencial fica localizado na zona oeste da cidade de Timon, bairro Flores, zona urbana da cidade. O bairro está situado em uma área de expansão urbana do município e tem população estimada em torno de 6.923 habitantes, dispondo de água tratada, energia elétrica, um posto de saúde e uma escola. Sendo composto por cinco ruas, dez quadras (identificadas com letras de L/M/N/O/P/Q/R/S/T/U), cada uma com cinquenta unidades habitacionais. Cada uma das casas possui a metragem de 43 metros distribuídos em: 2 quartos, 1 sala, 1 banheiro, 1 área de circulação, 1 cozinha e 1 área externa. Essas casas foram entregues aos moradores contendo as instalações de água, luz, telefone e fossa séptica. (PTTS, 2015).

A secretaria de Habitação de Timon, fez um levantamento de dados socioeconômicos, com base em 497 perfis dos responsáveis pela unidade familiar durante o processo de entrega de documentos, e com base nestes dados, podemos ter uma caracterização de um perfil geral destas famílias. Ver no anexo III, as tabelas em relação a idade, renda, grupo étnico-racial, escolaridade, e o tamanho das famílias.

De uma forma geral, os dados sobre os perfis socioeconômicos refletem as regras gerais do MCMV, em especial em relação ao gênero, onde é expressivo o percentual de mulheres chefes de família, reforçados também com a lei de apoio a titularidade feminina que prioriza que as mulheres sejam responsáveis pelo contrato do imóvel no programa. A renda domiciliar também evidencia a demanda para o MCMV faixa 1, específica para famílias com renda de até 3 salários mínimos.

Ainda de acordo com os dados da Secretaria, as famílias beneficiadas pelo Cocais II tinham acesso aos serviços públicos nas suas casas de origem, ou seja, 91,8% tinha acesso a água tratada, 97,4% tinham acesso a rede de iluminação pública com medidor, 98% tinham acesso a coleta direta regular de lixo, quanto a pavimentação somente 74,1% tinham acesso a pavimentação total, 25,4% tinham acesso a pavimentação parcial. (PTTS,2015, pág.4).

É justamente considerando suas trajetórias de vida, que é possível compreendermos como elas vivenciaram todo o processo de inscrição, seleção e o recebimento das chaves, um processo que durou três anos, é através desta análise que se é possível compreender como estas mulheres “ordenam e sistematizam o seu mundo social” (VELHO, 2013), dando prioridade para o entendimento dos significados que beneficiárias do Residencial Cocais II dão para o “morar em na casa própria. Por que realizar este sonho é tão importante? Verificaremos abaixo como foi vivenciada algumas destas etapas pelas interlocutoras da pesquisa.

1.4.1 Da inscrição ao sorteio

Para Cléo o caminho percorrido da inscrição à seleção no programa durou mais do que os três anos. Ela fez sua inscrição para concorrer a uma seleção no município em 2006, e nunca tinha sido sorteada²⁴. Somente no ano de 2015 ela é informada pela secretaria que tinha sido selecionada como suplemente para o residencial Cocais II, sendo convocada para receber a sua chave em 2016 ou seja, foram 10 anos de espera. Em suas palavras: “Foi em 2015, mas só que eu sempre ia lá pra perguntar pras meninas (técnicas da secretaria de habitação), não, tu vem amanhã, não vem depois, (...) aí quando foi no mês retrasado (...), deu uma doidura, e fui lá. Ai tava lá meu nome Como suplente, eu tava lá na segunda colocada como suplente (...)”.

Maria tentava se inscrever em um programa habitacional desde quando começou a morar em Timon no ano de 1992, mas nunca conseguia, nunca sabia exatamente quando era o período certo das inscrições, e quando chegava na secretaria já tinha passado o prazo. S somente no ano de 2013 ela conseguiu, sendo sorteada para o residencial no ano de 2016. Ela atribui que a sua inscrição pela internet fez a diferença “foi pela internet (a inscrição), eu sempre eu ia lá nunca dava certo, e pela internet eu consegui.”.

Ritinha também estava cadastrada no sistema da prefeitura e aguardava desde de 2010 ser sorteada em algum dos projetos habitacionais do município e relembra como foi este processo:

“(…), eu fui na habitação, (...) fui conversar com a menina que trabalhava lá, perguntei como era o procedimento, ela disse que eu tinha que fazer a inscrição pela internet, aí eu fui na internet, fiz a inscrição, aí eu fui de novo lá na habitação, levar os documentos, de lá me recomendaram de ir pra SENTICAS (secretaria de assistência social), eu fui, fiz as inscrição tudim, levei os documentos dos meninos, até no início deu problema, por que eu não tinha NIS²⁵, eu não sabia nem o que era o NIS (...) com dois mês eu comecei a receber o bolsa família, recebia 102,00 reais do bolsa família, quando eu consegui ganhar minha casa, **através do NIS, baixa renda.**

Para Ritinha foi através da renda recebida pelo NIS, que foi possível alguma

²⁴ No município de Timon, a Secretaria de Habitação é o setor responsável pelas inscrições e encaminhamentos de demandas até os sorteios dos projetos habitacionais. A pessoa interessada em concorrer a alguma unidade habitacional pelos programas sociais faz seu cadastro no site da prefeitura e deve atender os critérios pré-estabelecidos e a cada novo empreendimento ela deve entrar no site e confirmar se tem vontade ou não de concorrer as vagas destinadas aquele empreendimento específico.

²⁵ O Número de Inscrição Social - NIS, é um número que identifica os trabalhadores brasileiros e cidadãos cadastrados em programas sociais. É uma forma de identificar o cidadão cadastrado em diversos programas sociais. Disponível em: <https://direitosbrasil.com/nis/>

comprovação de renda no seu cadastro que ela não tinha como comprovar renda alguma, por trabalhar fazendo *bicos*. Especificamente sua inscrição no MCMV ela se inscreveu em 2010, por incentivo de um amigo, porque ela tinha muita dúvida, se o programa funcionava mesmo. “mia fia (dizia o amigo) você ganha por que tu já tem é 3 meninos, mas vai ver, faz a inscrição, vai ver você ganha futuramente, se passar 5 anos, 6 anos, mas você vai indo lá todo mês pra saber do andamento dos seus documentos.”

Como demonstrado nas falas de Cléo, Maria e Ritinha ao se inscreverem nos projetos habitacionais no município, a primeira questão crucial a ser enfrentada é o fator tempo. Há um intervalo de vários anos entre a inscrição no sistema da prefeitura e a seleção em um programa e isto pode gerar dúvidas como abordou Ritinha e outros questionamentos: Será que o programa realmente funciona? Por que tanta demora? No caso de Luísa, fazia tanto tempo desde a sua inscrição que ela não lembrava mais quando foi, “num tô lembrada não, mas faz tempo.”. Em algumas narrativas também é rememorado por elas as emoções sentidas neste processo, onde muitas vezes essa emoção não é verbalizada em palavras, mais através de gestos corporais, essa questão foi abordada quando falaram sobre o sorteio.

1.4.2 O sorteio

O sorteio para o residencial Cocais II aconteceu no dia cinco de abril de 2015, na quadra de esportes no Complexo Lula Ferreira. No processo de seleção das famílias houve um intervalo de mais de um ano entre inscrição realizada no ano 2014 e o sorteio, assim só aumentava a expectativa das famílias que aguardavam para saber se seriam sorteadas ou não para este residencial O sorteio foi amplamente divulgado nas mídias oficiais da prefeitura e pelas rádios e televisões locais. Então é importante saber como as entrevistadas vivenciaram este momento.

(...), Eu ouvi no rádio anunciando o sorteio, tal dia vai ter o sorteio, ai eu fiquei atenta, aí no dia eu não tava lá, foi minha filha que escutou meu nome, aí eu fui tirar minhas dúvidas, fui lá na habitação, ai quando eu cheguei [na Secretaria] aí fiquei muito alegre demais, eu disse “ brigada deus, pelo senhor me dá minha casa, eu precisava. (informação verbal, **Luísa, 26 anos, dona de casa, 05.03.2016**).

Fui não [para o ginásio], fiquei escutando de casa, porque é bem pertinho, eu tava com o ouvido ligado lá. Ouvi (meu nome), quase o último. Tava em casa quando soube que tinha sido sorteadada. Ah, menino... Quando eu fui olhar de novo tava lá o meu nome na lista, na internet. Pulei de alegria demais menino! [Risos] aí só marcaram a data, nesse tempo era até no mês de junho, eu levava todos os documentos, os documentos dos meus filhos, o meu, aí levei, só aguardei, agora esse ano entregaram as casas. Finalmente, aí eu rezava dia e noite pra receber logo a chave. (informação verbal, **Ritinha, 26 anos, dona de casa, 01.03.2016**).

Fui logo pegar meus documentos e disse, tu escutaste meu nome? [perguntou pra filha]. Ela disse, parece que escutei (pausa) bora ouvir de novo [...]. Peguei a minha inscrição, documentos e me mandei pra lá. Cheguei lá, aí a Bruna (a filha) veio, olha mãe tu foi sorteada, fui mesmo! [risos] pois eu ia já ter certeza, aí eu fiquei alegre demais. Quem é que não fica, né? Sair do aluguel mudou minha vida ali, porque do jeito que eu tava passando por aquilo dali, né? Eu tava totalmente desamparada, aliás eu não tava desamparada por que estava na casa de minha filha, tava sem chão ainda, foi uma felicidade pra gente, pra uma pessoa que não tem uma casa, porque o sonho de qualquer pessoa é ter uma casa, né? Assim pra gente que nunca morou numa casa própria, morava sempre de aluguel, ou na casa dos outros, é ruim. Você está numa casa que você sabe que vai ser sua, mesmo pagando, mas você sabe que vai ser sua. Você sabe que ta pagando mais vai ser sua, uma hora você termina. (informação verbal, **Maria, 43 anos, diarista, 09.04.2016**).

Nas falas acima é evidenciado como ser sorteada é um momento de muita alegria, onde o sonho de ter a sua casa própria começa a se tornar possível, a fase da inscrição e a fase do sorteio já foram “vencidas”. E por que esta casa é tão importante para estas mulheres? Maria nos fala da importância de ser sorteada em um momento que ela está desamparada, morando na casa filha, mas passando a pagar algo que um dia vai ser seu se sente reconfortada. Nos capítulos seguintes iremos conhecer melhor sua trajetória de vida e entender melhor essa história, assim como a das outras interlocutoras da pesquisa. De qualquer maneira, cabe evidenciar de antemão o que ser sorteada no programa significou para estas mulheres, através de algumas palavras e frases mais utilizadas por elas: *alegria, felicidade, muita alegria, alegria gritando no meio da rua, muito feliz porque eu aguentei muita humilhação, pulei de alegria, sai do aluguel*.

Depois do sorteio no ginásio, um outro momento importante é a verificação do seu nome no mural da secretaria de habitação, onde são colocados o nome e o número do CPF das pessoas sorteadas e dos suplementes (pessoas sorteadas em segunda chamada). O sorteio aconteceu no final de semana e na segunda-feira os sorteados começaram a tirar suas dúvidas na secretaria. Esse momento de ver o seu nome no mural despertou muitas emoções como relatado por elas.

Ah, eu fiquei alegre! Saí gritando no meio da rua, dizendo que ganhei minha casa. Aí eu disse, o povo vai pensar que eu sou doida, [risos] mas eu pulava de alegria mulher, você fica muito alegre! Fui sozinha nesse dia, aí [depois] eu fui, chamei meu esposo ainda pra ele olhar direito, ele disse assim, mulher tu ta mentindo! Eu disse tô não moço. Aí eu vi o meu CPF, aí eu só confirmei meu CPF. Meus dados estavam tudim lá mesmo. Meu esposo disse, pois, mulher tu tem sorte. Há eu senti muita alegria, muita alegria, fiquei muito feliz demais mesmo, porque eu te digo uma coisa, mulher eu já aguentei muita humilhação, muita coisa pra chegar aonde eu cheguei, sofri muito na vida sabe, se eu falar pra senhora que eu morei com meus filhos debaixo da lona

por que não tinha onde morar, lá no açude, penei, penei! Ai graças a Deus eu consegui. (informação verbal, **Luísa, 26 anos, dona de casa, 05.03.2016**).

No dia que teve o sorteio e saiu o meu nome, que assim eu não fui pro dia do sorteio (na quadra), e aí avisaram que tinha o nome e tava lá na secretaria de habitação, cheguei lá, eu tava com a minha moça (sua filha) e aí tava lá o meu nome, e aí eu disse menina me belisca! Belisca menina! (risos), e aí eu quase caio, quase desmaio. Quando eu vi meu nome lá, e de lá pra cá aquela espera, espera, espera, e aí quando começou a chamar para levar a documentação, uma emoção tudo diferenciada. Até chegar o dia de hoje, eu tou aqui nervosa, esperando o dia, o dia não, é pra ser hoje, esperando a hora de receber. (informação verbal, **Joana, 35 anos, doméstica, 03.02.2016**).

Ao falarem das emoções sentidas neste momento, expressas através do corpo, do grito, “quase caio, quase desmaio”, “me belisca menina!”, a vontade de sair gritando no meio da rua”; estas emoções fazem sentido atreladas a um momento de “retrospectiva” de suas trajetórias de vida, pois ver o nome no mural como sorteada significa que estas mulheres “ganharam” a casa sua. Na fala de Luíza, ela diz sobre o quanto já sofreu por não ter onde morar com seus filhos; então, ser sorteada no programa passa a ser a garantia de que ela vai deixar de ser “humilhada” por não ter um teto. Joana, ao sentir o beliscão da filha, sabe que não é um sonho, este momento é real.

Outra etapa lembrada pelas entrevistas, após a conferência no mural dos seus dados, é a entrega dos documentos que marca a etapa vivenciada após o sorteio. Esse é outro momento fundamental para elas, pois a partir daí começa ser feira a análise da CAIXA, e somente se atenderem todos os critérios do programa é que elas poderão assinar o contrato.

Depois do sorteio aí demorou, aí a gente vai lá na SENTCAS O QUE É? CABE NOTA, com os documentos pessoais, os mesmos que eu apresentei lá no dia da inscrição, e fazer o dossiê aí desse dossiê vai pra caixa, da caixa é que vai formar a reunião pra saber quando é que vai entregar as casas. Mas demorou a primeira reunião acho que foi um mês. (**Maria, 43 anos, diarista, 09.04.2016**).

Primeira coisa foi levar os documentos, aí só mandaram aguardar, aí teve uma vez que ligaram pra mim dizendo que tava faltando um documento, que era minha renda, aí eu falei pra eles que eu não tinha renda, aí depois que o pai do meu filho começou pagar a pensão que eu coloquei a renda da pensão dos meus filhos, que era até 200 e pouco, que eu ganhava dos 4 meninos, aí juntou a renda do bolsa família, deu uns 300 e pouco. Aí foi quando eu consegui mesmo. (**Ritinha, 26 anos, dona de casa, 01.03.2016**).

No caso, como eu era divorciada, mas eu ainda não tinha feito averbação do divórcio e no caso eles pediram para eu trazer se não na CAIXA eles não iam aceitar [...]. Eu já estava divorciada há muitos anos [...] eles me orientaram que eu tinha que fazer. E no caso aí, eu ainda não tinha mudado os documentos de casada pra solteira, e aí quando foi para entregar os documentos eu não tinha nada pronto. [...]aí eu fui conversar com ele administrador o secretário de habitação e aí ele disse pra mim que não era nem pra mim tá participando do programa por que eu nem tava morando aqui.

E que eu não ia ganhar a casa. [...] E eu sai de lá morrendo de chorar. (...) aí eu falei assim, [...]eu não morava mais aqui, eu tava em Brasília, mas eu nasci e fui criada aqui né, isso aí não tira meu direito de ganhar né. **(Violeta, 37 anos, desempregada, 01.03.2016.)**

Maria, Ritinha e Violeta, novamente em suas falas lembram que o processo é demorado, além de muito burocrático. Para a montagem do dossiê são exigidos todos os documentos da família que comprovem os critérios nacionais e municipais do programa, como já abordado antes. Para Violeta o processo foi mais angustiante por não ter os documentos do divórcio prontos, e isso quase a fez perder sua inscrição, na sua fala ela evidencia que tem direito sim a participar do programa, pois é moradora de Timon, ou seja na sua concepção por ter nascido em Timon isso lhe daria o direito de ganhar a casa, seria este um valor moral? Abordaremos sobre isso no capítulo 2.

Durante a realização da pesquisa eu também entrevistei a assessora técnica da Secretaria de Habitação, que acompanhou e coordenou o processo de inscrição e seleção das famílias do Residencial, na sua fala ela aponta algumas falhas no projeto e no próprio MCMV; Na sua opinião em Timon o local em que foi o construído o residencial apesar de estar na malha urbana da cidade (exigência da CAIXA), fica muito distante aos serviços oferecidos, sendo isso também reflexo do problema de mobilidade urbana no município. Ela diz que se o projeto fosse gerido por ela, deveria seguir o modelo do Programa Habitar Brasil Bid²⁶, onde ao invés de mudar as famílias de local para atendimento no programa, o foco seria a regularização destas áreas (subnormais), assim não se ampliaria a malha urbana, ela seria reorganizada e ficaria hábil para a habitabilidade das famílias, preservando os laços de vizinhança e suas permanências na região de origem.

Um avanço, apontado pela assessora é que através do PMCMV, os residenciais acima de mil famílias são entregues as famílias com acesso ao esgotamento sanitário, ou seja, uma estação de tratamento de esgoto independente; outro diferencial do programa na sua opinião é a casa ser entregue com revestimento no piso, na parede e na cozinha, o que não existia em outros programas habitacionais anteriores ao MCMV.

Ainda sobre o Residencial Cocais II, a assessora cita dois pontos delicados em relação

²⁶ O programa Habitar Brasil (BID) incentiva a geração de renda e o desenvolvimento em assentamentos de risco ou favelas para melhorar as condições habitacionais. São promovidas, por exemplo, as seguintes ações: construção de novas moradias, implantação de infraestrutura urbana e saneamento básico, e recuperadas áreas ambientalmente degradadas. A CAIXA é o agente financeiro, técnico, operacional e responsável pela implementação do programa. In: site oficial da CAIXA, <http://www.caixa.gov.br/>.

a questão de gênero, como no programa a mulher é a responsável pelo contrato do imóvel, porém isso não impede que a mesma sofra coerção do companheiro para a venda do mesmo, o que no seu entendimento evidencia que a mulher está ainda em uma situação de vulnerabilidade a vontade do marido. Outro ponto é o alto índice de invasão do residencial Cocais 2, onde as famílias originárias ainda não se mudaram ou venderam seus imóveis e com isso, as pessoas que invadem ou se mudam para o residencial não é o público originário do programa, descaracterizando a finalidade do empreendimento.

Concordando com alguns pontos identificados pela assessora técnica da prefeitura e com base no trabalho que desenvolvi diretamente famílias residentes nos projetos do MCMV, um dos maiores problemas que identifiquei não apenas sobre o Cocais II, mais sobre o programa de modo geral é que seja no apartamento ou nas casas, em muitos casos elas não atendem as famílias numerosas, que se esforçam para serem “acomodadas” nas divisões tradicionais de 2 quartos, 1 sala, 1 cozinha, 1 banheiro, no caso das casas isso as vezes é contornado quando a família constrói na área do quintal, ampliando o espaço do imóvel, embora seja esta uma prática ilegal até a quitação do imóvel; Outro ponto é a mudança dos beneficiários dos seus bairros de origens, ocorrendo a quebra dos laços de vizinhança como evidenciou a assessora também em sua fala, isso impacta diretamente e negativamente na dinâmica destas famílias, muitos destes vizinhos olhavam ou buscavam seus filhos na escola, com isso muitas vezes ao mudar para a casa própria a família muda também sua dinâmica, perdendo muitas vezes os empregos, pois não tem mais com quem deixar seus próprios filhos para irem trabalhar e na realidade dos residenciais não há creches para as crianças menores ficarem; A questão da distância, é outro empecilho, pois os residenciais em sua grande maioria localizam-se em bairros periféricos da cidade, o que faz com que muitos beneficiários desistam de ocupar seus imóveis, e assim desistam desta casa própria, pela distância do trabalho, ou da escola dos filhos, ou pelo aumento das despesas com transporte; Muitas vezes a família que acaba de se mudar para o novo residencial não consegue vaga nas escolas próximas para seus filhos, principalmente quando estas mudanças ocorrem fora o período de matrícula escolar, estas situações muitas vezes ao invés de atrair o beneficiário para permanecer no seu novo endereço, o motiva a vender este imóvel. Prática esta recorrente nos programas do MCMV como já se evidenciou.

1.5. É possível pensar uma política pública de gênero?

Historicamente, a reformulação do “conceito de gênero” surgiu com o intuito de distinguir e separar do sexo (categoria analítica marcada pela biologia e por uma abordagem essencialista de natureza ancorada no biológico); assim, gênero é uma “dimensão esta que enfatiza o traço de construção histórica, social e, sobretudo, política que implicaria a análise relacional (MATOS, 2008). Em seu famoso artigo intitulado *Gênero: uma categoria útil para análise histórica* ²⁷ a historiadora Joan Scott discute a utilidade analítica do conceito de gênero, bem como a necessidade de se pensar nos símbolos culturais, nas suas interpretações, na noção de política, na linguagem e nas instituições sociais saindo do pensamento dual que recai no binômio masculino/feminino. A autora chama a atenção para a necessidade de entendermos gênero enquanto “relações entre os sexos”, atentando para as práticas pelas quais os significados da diferença sexual são definidos e para a maneira como elas incidem nos conceitos que se tem de homem e mulher.

[...] O gênero é uma primeira maneira de dar significado às relações de poder. Seria melhor dizer que: o gênero é um primeiro campo no seio do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado. O gênero não é o único campo, mas ele parece ter constituído um meio persistente e recorrente de dar eficácia à significação do poder no ocidente, nas tradições judaicas cristãs e islâmicas. (SCOTT, 1990, pág.16):

Em outro momento Scott desenvolve uma crítica sobre o uso da categoria de gênero no sentido descritivo, onde os conceitos dominantes, em relação aos estudos das coisas relativas às mulheres, este não teria força de análise suficiente para interrogar e mudar os paradigmas históricos existentes, assim propõe que o conceito de gênero e de como as relações entre os sexos se estruturam ao longo da história, sejam compreendidos concebendo gênero como elemento constitutivo das relações sociais e como forma primeira de significar as relações de poder.

Concordando com Scott e enriquecendo esse debate, a autora brasileira Heleieth Saffioti (1994) alerta sobre os problemas políticos de se usar isoladamente o conceito de gênero. Na visão da autora existem três esquemas básicos de dominação/exploração atuantes na sociedade

²⁷ Ano de publicação da primeira versão americana: SCOTT, J. W.. “Gender: A Useful Category of Historical Analysis”. *The American Historical Review*, vol. 91, n° 5. (Dec., 1986), pág. 1053-1075. Original inglês disponível em JSTOR: <<http://www.jstor.org/stable/1864376>>

brasileira, onde somente o uso isolado do conceito de gênero não abarca, seriam o *patriarcado – o preconceito racial – as classes sociais* SAFFIOTI (1994, pág. 275). Essa concepção pode ser melhor contemplada a partir do seguinte trecho:

Conceber gênero como uma relação entre sujeitos historicamente situados é fundamental para demarcar o campo de batalha e identificar o adversário. Nestas circunstâncias o inimigo da mulher não é o homem nem enquanto indivíduo, nem como categoria social, embora seja personificado por ele. O alvo a atacar passa a ser, numa concepção relacional o padrão dominante das relações de gênero [...] a adequada compreensão deste fenômeno responderá pela formulação de estratégias de luta com maior potencial de êxito. Enquanto a singularização do inimigo pode fazer perder de vista o nó constituído pelas três contradições básicas: gênero, raça/etnia, classe social” (SAFFIOTI: 1992, pág.70).

Para Marlise Matos (2008), mesmo considerando que o estudo da “categoria gênero” e o pensamento feminista não se constituí através de uma teoria única, este estudo foi apropriado das mais diversas formas em diversos campos disciplinares. Para a autora, o que deveria ser comum a todos nas análises é a subordinação da mulher ao homem, para entender e explicar, relacionalmente, como tais relações de dominação e opressão são elaboradas e justificadas socialmente. No seu entendimento o conceito de gênero abriu espaço também para questionar as próprias categorias de ser homem e de masculino, bem como ser mulher e feminino, que passaram a ser fruto de intenso processo de desconstrução.

O período de redemocratização, que aconteceu tanto no mundo, porém mais evidenciado no Brasil, na década de 80 é marcada por uma transição e surgimento de novas vertentes de análises científicas, sociológicas, políticas que favorecem a emergência da categoria “mulher” ser compreendida enquanto objeto de pesquisa, nas ciências humanas. Os movimentos feministas no Brasil apresentaram como uma das principais bandeiras de luta questionar a “divisão tradicional de papéis sociais”, evidenciado a multiplicidade de discursos sobre o que é ser mulher. e existindo significativos avanços no conceito de gênero, na linha de estudos sobre a história das mulheres, surgem duas vertentes centrais de acordo com Margareth Rago, uma em busca da ancestralidade, legitimidade, e vestígios, ou seja, no objetivo de construir um trabalho de memória sobre as mulheres e a outra mais envolvida em ambições teóricas, tentando definir o seu “próprio” espaço enquanto teoria feminina e uma reconstrução epistemológica, antes pautada através um olhar predominante masculino.

Neste contexto Rago (1998, pág.30), faz uma discussão sobre a concepção de uma epistemologia feminina, através do conceito de gênero e história, e argumenta que:

[...] justamente as teorias feministas ao proporem um novo olhar ao objeto de estudo, ou seja, as mulheres não devem ser vistas apenas como sujeitos acabados em si mesmo, mais compreendidos dentro de um contexto mais amplo, construído de forma dinâmica inserida dentro de determinações culturais e conseqüentemente no campo de complexas relações sociais, sexuais e étnicas; É nesta concepção em que os estudos da “mulher”, não devem ser pensado como pré-determinado por uma essência biológica e sim como uma identidade construída social e culturalmente no âmbito das relações sociais, sexuais e através das práticas disciplinadoras, pelos discursos e saberes.

Através desta análise a história das mulheres é, portanto, suscetível de investigação empírica, nesta vertente, se constrói uma visão do masculino e feminino não de uma forma fragmentada, mas pensada como um todo, como um conjunto articulado evitando não cair no mesmo erro de se escrever também uma história sexista, somente através do viés feminino (AGUADO, 2004). Para Marta Farah (2004) as ações governamentais, políticas públicas e programas geridos no âmbito governamental, ao tentarem minimizar as desigualdades de gênero, podem não problematiza-las e acabar reforçando - as, isto ocorre quando o poder público não problematiza ou age como se estas desigualdades não existissem; Porém quando identifica que a desigualdade de gênero existe, e que precisa ser problematizada e combatida no âmbito das políticas públicas é uma forma de contribuir para a redução desta desigualdade, a autora cita cinco pontos principais de como o poder público pode contribuir neste processo (2004, pág.128-129):

Em primeiro lugar, reconhecendo que esta desigualdade existe e que ela deve e pode ser reduzida. Em segundo lugar, integrando o combate à desigualdade de gênero à agenda de governo, junto com o combate a “outras desigualdades”. Em terceiro lugar, identificando como e onde estas desigualdades se manifestam e quais seus impactos para se poder planejar estratégias de ação. Tal identificação pode contar:

- a. Com o conhecimento acumulado por todos e todas envolvidos nesta luta em todo o país;
- b. Com a participação da sociedade civil local, sobretudo com a participação das mulheres;
- c. Com as equipes envolvidas diretamente com a implementação das políticas desde que sensibilizadas para a problemática de gênero. Em quarto lugar, a identificação concreta das formas como se manifestam as desigualdades de gênero permite identificar prioridades de ação, como as apontadas pela agenda de gênero:
 - a) combate à violência contra a mulher;
 - b) políticas de atenção integral à saúde da mulher;
 - c) programas de geração de emprego e renda e de capacitação;
 - d) acesso a crédito;
 - e) acesso à propriedade;
 - f) combate à discriminação no trabalho, dentre outras. E em quinto lugar, para além destas ações dirigidas, incorporar um olhar de gênero a todas as políticas públicas.

A autora chama a atenção para o fato de que o desenvolvimento das políticas de gênero é um processo em construção, onde a ampliação e implementação de novas políticas públicas que permitiram a inclusão da questão de gênero, muitas vezes não vêm a mulher como sujeito de direito, e sim a mulher aliada ao papel de mãe e esposa e isso acaba tendo um efeito contrário, ao invés de combater reforça as desigualdades no âmbito destas políticas. Onde, segundo a autora (2004, pág. 140, grifo meu):

A primeira vê a mulher sobretudo a partir de sua função na família, devendo as políticas públicas “investir” nas mulheres pelo efeito multiplicador que tal ação pode ter sobre a família e sobre a sociedade como um todo (...) uma **segunda vertente – hegemônica na agenda dos movimentos de mulheres no Brasil tem por base a perspectiva de direitos. Segundo esta vertente, trata-se de garantir a ampliação do espaço da cidadania, pela extensão de direitos a novos segmentos da população e pela inclusão destes novos segmentos na esfera do atendimento estatal.**

Concordando com a segunda vertente apresentada por Farah, é que justamente no âmbito do direito as mulheres (DUBENA e SÉLLOS-KNOERR, 2014) em um artigo intitulado *O Programa Minha Casa Minha: Instrumento de desenvolvimento social e de valorização da mulher*, evidenciam que o MCMV está inserido em um programa de governo que visa dar visibilidade ao direito das mulheres, onde identificam que (2014, pág.21-22):

É necessário se estabelecer condições de desigualdade em favor daquelas classes e minorias historicamente prejudicadas [...] A mulher se encaixa nesse regime de exceção, e apesar dos avanços gradativos, socialmente, especialmente nas classes menos privilegiadas, enfrenta inúmeras dificuldades. Daí o programa diferenciar a figura feminina no tocante ao **registro do imóvel** adquirido e à sua **destinação em caso de ruptura da família**. É uma desigualdade necessária [...] assim, a erradicação da pobreza, dignidade, participação do Estado em prol de um interesse público, desenvolvimento e uma desigualdade necessária em favor da situação feminina integram o Programa Minha Casa Minha Vida. Alvo de críticas, sob o argumento de ser mais uma política eleitoreira, o programa encerra visíveis avanços sociais. Isso é que basta à sua continuidade.

O relatório da Organização das Nações Unidas (ONU) para o direito à moradia adequada, do ano de 2012²⁸, ressalta que “o importante é compreender que a garantia do direito

²⁸ Criada em 2000 pelo Conselho de Direitos Humanos da ONU, a Relatoria Especial para o Direito à Moradia Adequada tem como objetivo reunir informações sobre a situação do direito à moradia no mundo e promover assistência a governos e cidadãos para implementá-lo. Para isso a Relatoria visita países, desenvolve estudos

à moradia adequada às mulheres é fundamental para a realização de suas atividades cotidianas e, inclusive, para a promoção da autonomia em todas as áreas de sua vida e para a efetivação de outros direitos.” (ONU, 2012, pág. 4.). Neste sentido, o direito à moradia é entendido de forma ampla, não estando limitado ao espaço da casa. Em linhas gerais, tanto no meio urbano quanto no meio rural, o direito à moradia inclui sete elementos: **“Segurança da posse habitabilidade, disponibilidade de serviços, infraestrutura e equipamentos públicos, localização adequada, adequação Cultural, não discriminação [...]”** (ONU, 2016 pág.6):

Na Cartilha da ONU Mulheres de 2016 ²⁹ é apresentado um panorama sobre a realidade brasileira onde é evidenciado que o acesso às condições adequadas de moradia recebeu uma atenção especial do governo federal após a criação do Ministério das Cidades e com a implementação do MCMV e em 2013 através da CAIXA, foi lançado também o programa Minha Casa Melhor, programa que oferece linha de crédito para a compra de móveis e eletrodomésticos para as famílias atendidas pelo MCMV. De acordo com a ONU:

O MCMV aumentou o acesso das famílias de baixa renda à casa própria e a geração de emprego e renda pelo investimento na construção civil. Pelo programa, as mulheres são as proprietárias das unidades familiares, e em caso de divórcio ou dissolução da união estável, a propriedade financiada pelo MCMV ficará com a mulher. Até 2014, foram concedidas 3,5 milhões de unidades habitacionais, sendo 1,8 milhão para famílias de baixa renda. As mulheres são 80% dos contratos firmados no programa. (ONU,2016, pág.107).

De acordo com as argumentações apresentadas, fica evidenciado que a intersectorialidade entre as políticas públicas é uma pauta presente também na agenda do MCMV, cujo objetivo de uma maior e melhor integração entre os serviços que atuam diretamente com as famílias com maior vulnerabilidade social, em especial programas sociais que garantam o empoderamento feminino. De acordo com o site do governo federal, podemos identificar oito principais programas: Bolsa Família, Pronatec, Lei do Feminicídio, Disque-denúncia Ligue 180, Casa da Mulher Brasileira, Unidade Móvel de Atendimento, Selo Pró-Equidade e o MCMV, normatizadas pelas leis nº11.977/2009 e nº12.693/2012, sancionadas pela presidenta Dilma Rousseff³⁰.

temáticos relacionando o direito à moradia com diversos outros temas, e apresenta à ONU relatórios sobre estas visitas e pesquisas, mais informações no site: www.direitoamoradia.org.

²⁹ Cartilha ONU - Mais igualdade para as mulheres brasileiras: caminhos de transformação econômica e social - Encarte Brasil baseado no Relatório “O Progresso das Mulheres no Mundo 2015-2016” – ano 2016

³⁰ Desde 2012, o MCMV prevê que mulheres separadas podem adquirir uma unidade habitacional mesmo sem a assinatura do cônjuge ou nos casos em que não houve divórcio judicial. (BRASIL, 2012)

Imagem 3 – Caminhão de mudança



Fonte: (05.03.2018) acervo da pesquisa.

“Não foi fácil, muitas vezes eu chorava, muitas vezes minha casa não tinha nem o que comer pra mim e pros meus filhos, eu pensava um dia eu vou vencer, com fé em Deus.”

(Luísa)

CAPÍTULO 2 – POR ONDE ANDEI?

É o ano de dois mil e dezesseis, exatamente três de fevereiro, é uma quarta-feira, eu acordei cedo, coloquei o despertador para as 7 horas da manhã, tomei um café, peguei o carro e sai, passei na casa do casal de amigos na minha mãe e seguimos para o residencial. Eu estava ansiosa, este era um momento especial para mim e para este casal, beneficiários do projeto e que esperaram muito por este dia, em receber sua tão esperada e sonhada casa própria. No carro durante o trajeto que demorou aproximadamente 25 minutos, eles estavam felizes, muitos sorrisos, expectativas também sobre a solenidade, se o prefeito estaria lá ou quais outras autoridades. Planejavam que no sábado seguinte já iriam vir fazer uma faxina na casa e começavam a pensar qual a melhor data para se mudarem. O marido falou que tinha planos de fazer um empréstimo, e comprar um “carrinho”, pois o residencial era distante e como ainda não tem ônibus pra lá, era uma forma dele se locomover, mais que ainda ia pensar com calma. Outro ponto é que ele iria se mudar antes da família, para ir dormir na casa, pois o risco de a casa vazia ser invadida era muito alto. Eu ouvi seus planos, enquanto dirigia, o marido estava sentado ao meu lado e a sua esposa no banco de traz do carro. Quando entramos na avenida principal que dá acesso ao residencial, havia um movimento, muitas pessoas a pé, de moto, ônibus indo para o residencial. Ao chegarmos em frente ao Centro de Ressocialização, conhecido como a “penitenciária³¹”, que fica do lado do residencial. Muitos carros estacionados, não havia mais como seguir de carro até lá, assim estacionei o carro quase em frente a “penitenciária” e continuamos o percurso a pé à rua de acesso ao residencial. O percurso foi pequeno, na frente da gente outras pessoas fazendo o mesmo trajeto, um casal me chamou atenção, estavam muito felizes e sorridente. Não era uma caminhada silenciosa, eu ouvia alguns

³¹ Conhecido como “Penitenciária” pelos moradores de Timon, na verdade é o Centro de Ressocialização Jornalista Jorge Vieira, localizado a poucos metros do residencial.

trechos de conversas, de como o residencial estava bonito, sobre a área arborizada, como a “penitenciária” era muito próximo das casas. Havia pessoas subindo e descendo, de bicicleta, de motocicleta e a pé, muito movimento. Quando entramos em uma das ruas avistamos uma grande tenda com cadeiras, seria ali o evento. Antes de chegarmos o secretário de habitação de Timon, Hélio Lopes me reconheceu e veio me cumprimentar, disse que estava muito feliz com este momento, sendo este o primeiro residencial entregue durante a sua gestão. Eu o apresentei ao casal que estava comigo, ficaram um pouco tímido, mas o cumprimentaram.

Ao chegarmos ao local onde seria realizado o evento, estavam montadas as estruturas da tenda e do palanque, havia ainda algumas cadeiras vazias, e o casal prontamente sentou, estavam cansados da pequena caminhada e também suados por causa do calor. Eu sentei com eles, por alguns minutos, depois avistei um local onde estava sendo entregue copinhos de água mineral e fui buscar para gente. Depois eles compraram picolé, em um carrinho que passava do lado e ficaram mais confortáveis em baixo da tenda.

Quando me restabeleci da caminhada e do calor, convidei-os para caminharmos, para conhecer o residencial, eles não aceitaram meu convite e preferiram garantir suas cadeiras com medo de saírem e depois ficarem e em pé. Assim deixei minha bolsa com ela e sai apenas com um bloco de notas, uma caneta e meu celular.

Eu havia estado no residencial ainda no tempo que trabalhava na secretaria de habitação, em dois momentos, em um primeiro quando estava sendo feito estudo da área do entorno do residencial e a obra sendo iniciada. Em outro com as obras já iniciadas, com as casas ainda no baldrame, no qual a secretaria de habitação acompanhava técnicos da CAIXA que avaliavam a qualidade construtiva do material usado no residencial. Depois disso, quando sai da secretaria não pude ter mais acesso a esta área, vendo agora o residencial totalmente finalizado e arborizado. Gostei de ver o projeto concluído. Andei por algumas ruas, tirei algumas fotos, tudo estava muito limpo, fui até a área em que estava sendo construída uma escola do município para as crianças do residencial, tirei algumas fotos, também da área de lazer onde há uma quadra e onde há um espaço de convivência, algumas pessoas estavam conhecendo estes espaços, mais estava bem tranquilo. Depois voltei ao movimento, onde as pessoas esperavam o evento começar, avistei o carro de tv, tinha também uma equipe do município filmando, havia alguns pipoqueiros e sorveteiros, havia um telão, que depois fiquei sabendo que iria ser transmitida para os beneficiários uma fala da então presidente Dilma Rousseff. Neste momento enquanto a solenidade não começava muitas pessoas aproveitaram para ir verificar onde ficava seu

endereço. Nestas andanças, eu conversei com algumas delas, e esta questão foi delicada, como começar a me apresentar a estas pessoas? Aqui senti falta de ter um interlocutor chave, para ir me inserindo e me apresentando as beneficiárias. Em alguns momentos encontrei pessoas conhecidas, alguns amigos do tempo do trabalho na secretaria, e houve uma pequena confusão, pois, muitos pensavam que eu tinha voltado a trabalhar no município e eu tive que explicar que estava ali apenas enquanto estudante e falei um pouco da pesquisa. Alguns quiseram me ajudar me apresentando amigos e parentes, porém todas as pessoas que conheci neste contexto foram beneficiadas com casa do Cocais 1, e eu estava pesquisando com o Cocais 2.

Então, à espera do evento, foi um momento em que pude ir conhecer as ruas e algumas das quadras do residencial, foi o momento também que conheci quais eram as quadras que pertenciam ao Cocais 1 e ao Cocais 2, fui anotando estas informações. Neste dia, identifiquei alguns grupos específicos, beneficiários e suas famílias, profissionais da prefeitura municipal, da CAIXA, além do pessoal das rádios e TV's locais e havia uma público que chamava a atenção dos presentes, era o grupo de autoridades e políticos, presentes, na composição do palanque estavam o prefeito de Timon Luciano Leitoa, Ricardo Porto Superintendente da Caixa Econômica Federal no Maranhão, a Ministra de Desenvolvimento e Combate à Fome, Tereza Campelo, que especialmente veio à Timon, para esta solenidade, além de alguns vereadores e assessores locais.

Uma reportagem publicada sobre o evento no site oficial da prefeitura, chamava a atenção para a importância do programa e do Residencial

[...]nesta manhã pelo prefeito de Timon Luciano Leitoa, Ricardo Porto Superintendente da Caixa Econômica Federal, no Maranhão e pela a Ministra de Desenvolvimento e Combate à Fome, Tereza Campelo, que especialmente veio à Timon, para solenidade que foi realizada de forma simultânea com outras 8 cidades brasileiras, onde através de um link ao vivo com a Presidente Dilma Rousseff, 31 mil famílias de todo Brasil, incluindo Timon tiveram o sonho da casa própria realizado. A cerimônia foi aberta pelo superintendente da Caixa (...)que falou da importância das casas na vida das famílias de Timon. Na sequência da solenidade em vídeo conferência com a presidente, Timon foi a sexta cidade a entregar oficialmente as unidades habitacionais. Em seu discurso, o prefeito de Timon Luciano Leitoa enfatizou a alegria das famílias em receberem as novas casas. “Sei que todos queremos agradecer e dar um muito obrigado à presidente, pois cada um que está aqui sabe o quanto é importante ter uma moradia. A Prefeitura de Timon fez sua parte cadastrando e sorteado as casas, e ainda oferecendo asfalto em parceria com o governo do estado e transporte (...)”. A Ministra também falou da importância do programa habitacional. “Estamos felizes de estarmos hoje aqui em Timon e entregar para a Janaina Ribeiro, uma das moradoras a chave da nova casa dela, e dizer o quanto é importante, os programas sociais como esse e o bolsa

família”. A Presidente em seu pronunciamento cumprimentou Timon e falou de como o programa tem contribuído para retirar famílias carentes de áreas de risco. “Até 2018 serão mais de 6 milhões de casas entregues em todo o Brasil, através do programa Minha Casa Minha Vida, pois teremos a terceira etapa do programa”. (Reportagem publicada no site da Prefeitura Municipal de Timon.³²

Imagem 4 – Solenidade de entrega das chaves – Residencial Cocais 1 e 2



Fonte: 03/02/16. (acervo da pesquisa)

O evento formal demorou e foi cansativo, primeiro aconteceu a solenidade com as autoridades e entregas de chaves para alguns beneficiários no palanque, encerrando quase ao meio dia. E após o encerramento começou a entrega das chaves (que aconteceu nas casas da primeira quadra do Cocais 1), consegui fazer uma entrevista com uma moradora na fila de espera da chave e com outras caminhando pelas ruas, conversas muito rápidas). Este horário já estava muito quente, e o local onde aconteceu a entrega não era coberto, fazendo muita gente ir

³² Site da Prefeitura Municipal de Timon, acesso em 03.02.16 Disponível em: <http://timon.ma.gov.br/site/?p=8928>

embora e reclamar, pois, estavam com fome.

As pessoas chegaram cedo e, somente após o meio dia, foi iniciada a entrega das chaves, que se estendeu até as 16 horas. Mas isso não diminuiu o ânimo da maioria das pessoas que aguardavam. Algumas falavam como estavam ansiosas para receber a sua chave e abrir suas casas pela primeira vez, uma delas me disse. “se já esperei até aqui, vou logo receber minha chave”; porém, outras se desaminaram e desistiram de esperar e resolveram pegar sua chave no decorrer da semana na construtora. De acordo com os contratos assinados pelas famílias, após a entrega das chaves os imóveis deveriam ser ocupados em até trinta dias

Imagem 5 – Fila de entrega das chaves



Fonte: 03.02.16 (acervo da pesquisa)

Esse dia foi um momento marcante para as famílias pois se tratava da própria materialização do sonho da casa própria. Da mesma forma, foi um momento crucial para a pesquisa onde se deu o início da entrada física no residencial e a pesquisa de campo de forma contínua.

Acompanhei o evento pela manhã e voltei para casa por volta das 13 horas, o casal que estava comigo não demorou a receber sua chave pois, o esposo entrou na fila de prioridade devido sua idade e, assim fomos embora e eu os deixei em casa; Chegando em casa, tomei banho, almocei e descansei um pouco e voltei para o residencial, cheguei lá por volta das 15 horas, ainda tinha movimentação de pessoas, mais bem pequena; Algumas pessoas que já estavam de posse de suas chaves estavam indo ver suas casas e ver as instalações; fiz mais alguns contatos e entrevistas. A tarde fiquei um pouco de receio, pois quando cheguei soube que uma moça tinha acabado de ser assaltada lá, algumas pessoas diziam que é porque as ruas estavam muito desertas e isso gerou muitos comentários sobre a segurança no local.

O residencial é grande, e o policiamento saiu após o encerramento da solenidade. Assim, a tarde evitei andar sozinha e convidei uma das minhas amigas que estavam lá representando a secretaria de habitação para me acompanhar, e andamos por algumas ruas, onde fiz alguns contatos. Conversei com algumas pessoas mais achei muito invasivo, era um momento muito “deles” entrar pela primeira vez nas suas casas, comemorar, conversar com seus parentes, assim a tarde eu mais observei do que fiz contatos diretamente.

Considerando manhã e tarde, neste dia, foi onde mais conheci possíveis interlocutoras, conheci 12 mulheres, interessadas em participar da pesquisa.

Desde do dia da entrega das chaves, comecei o trabalho de campo de forma contínua no residencial, inicialmente aos finais de semana, onde a movimentação de pessoas se mudando para suas novas casas era mais frequente, principalmente nos dias de sábado, no mês de fevereiro e março de 2016, foi onde pude verificar que mais foi crescente este fluxo de mudanças, atreladas também a normas do programa que dá até 30 dias para as famílias se mudarem; Geralmente em toda ida a campo eu conseguia conversar com pelo menos uma pessoa, como o espaço do residencial é grande, em cada estada no campo eu priorizada para observar o fluxo de uma ou no máximo duas quadras, identificando quais casas estava abertas e/ou fechadas, conheci muitas pessoas que só viam limpar suas casas, mais que não tinham decidido ainda fazer a mudança devido a localidade do residencial e a falta de linhas de ônibus.

Desde o dia em que a moça foi assaltada, eu fiquei preocupada também com a minha segurança, assim problematizei também como organizaria minhas idas a campo, se de carro ou não, se iria acompanhada ou sozinha. Inicialmente defini que iria fazer a pesquisa apenas nos turnos da manhã e da tarde, e prioritariamente aos sábados, onde o movimento de pessoas era maior. Então durante a pesquisa de campo, fui apenas algumas vezes no dia de domingo, pois o residencial ficava muito parado e havia o risco de assaltos, e apenas um dia estive no

residencial a noite, quando estava acompanhada pelo casal de amigos da minha mãe, nesta ocasião eu tinha ido com eles fazer uma faxina lá, pois eles também ainda não tinham decidido quando se mudariam.

No mês de fevereiro de 2016, a minha maior preocupação foi como se daria minha inserção no residencial, além de definir os dias que estaria em campo, optei também por ter cuidado com as roupas que vestia e equipamentos, para não chamar mais atenção, como já chamava pelo simples fato de estar pesquisando lá, assim além do cuidado com a aparência o único equipamento que usei para registrar as imagens e as gravações que fiz, foi o celular, ele também me serviu como estratégia, em momentos que eu estava mais desconfortável no campo ou mesmo mais tímida, fingia estar falando no celular, para observar algumas pessoas ou algum acontecimento específico; Utilizei também o celular para tirar muitas fotos, filmar alguns momentos e isso me ajudou também para comparar as primeiras imagens que tirei do residencial com as últimas, assim mesmo sem ser a minha intenção, registrei nas fotos o movimento de como o residencial deixa de ser um espaço vazio, e como a faixa das casas e os muros vão aparecendo, assim como os mercadinhos e o lixo.

Nas primeiras idas a campo, deixei o carro algumas ruas distantes do residencial, e ia caminhando até chegar nas quadras do Cocais 2, mais duas questões inviabilizaram este processo, o primeiro foi o calor e o sol forte e a segunda é que um dia descobri que o carro podia ser útil, dando carona para algumas pessoas, quando estava indo para o residencial, e via pessoas com sacolas ou crianças de colo caminhando para lá, oferecia carona e quando saía do residencial também. Isso aconteceu algumas vezes, conheci algumas pessoas, uma delas vendia dindin e depois disso sempre que eu estava no residencial eu ia comprar dindin lá. Esta fase me ajudou a me sentir mais segura na abordagem com as pessoas, embora em todas estas caronas eu nunca consegui conhecer pessoas do Cocais 2, apenas do 1. Isso também porque o movimento de famílias que mudaram para o 1 foi mais rápido do que as famílias do 2, onde houve mais demora para as famílias efetivarem suas mudanças.

Observei que nos meses iniciais, havia muitas dúvidas das famílias, quanto aos problemas identificados nas casas, problemas de vazamentos, goteiras, pias e descargas sem funcionar, assim eu também fui orientando as famílias a procurarem a construtora, que era responsabilidade da mesma prestar este serviço às famílias, passei também os números de telefone e endereço que elas deveriam procurar. O que pude observar, é a falta de informações para organizar estas demandas práticas, faltava alguém também da secretaria de habitação prestando esse serviço de orientação, pelo menos nos meses iniciais. Pois muitas pessoas iam

fazer estas reclamações na própria secretaria e de lá eram encaminhadas para a construtora, e isso gerou também insatisfação das famílias, gastando muito com passagens de ônibus, quando não caminhando no sol quente para resolver estes problemas. Sendo que no próprio residencial havia uma casa com os funcionários da construtora para fazerem este reparo, houve falha de informação.

Ainda em fevereiro identifiquei uma pessoa que poderia ser minha “informante chave” sobre a rotina do residencial já que na época ela estava direto no residencial, pois não trabalha fora, e montou uma barraquinha de frutas em sua porta (frutas e verduras), que o sogro dela fornece (ele tem uma banca na Ceasa). A própria barraca poderia ser um ponto para encontrar novas pessoas e saber as histórias do residencial. Porém após três tentativas frustradas ela nunca tinha tempo pra conversar comigo, sempre muito aperreada, na verdade acho que fugia deste momento, apesar de sempre me tratar bem. Assim desisti desta ideia.

Entre fevereiro e março, outra ideia fixa para mim era conseguir alugar uma casa e morar pelo menos 3 meses no residencial, fiz contato com duas interlocutoras que conheciam pessoas que não iriam se mudar e queriam alugar suas casas, para mim seria importante acompanhar de forma mais contínua a realidade do residencial. Mas declinei desta ideia, por ficar com receio da repercussão negativa desta minha mudança para o residencial, a esta altura muitas pessoas já me identificavam com a estudante que estava fazendo pesquisa sobre o Cocais 2, e como é que agora eu iria estar morando lá em casa alugada? Se é claro no contrato dos beneficiários que não se pode nem alugar nem ceder as casas do residencial. Pensei que iria acabar sendo mais negativo do que positivo esta estratégia.

Outra questão neste período era que o ônibus não entrava no residencial e este era o maior problema identificado pelas famílias que já estavam morando no residencial, o ônibus parava no seu ponto final que ficava distante aproximadamente uns 15 a 20 minutos de caminhada a pé até o residencial, isso foi motivo de muita reclamação, pois a noite este trajeto era muito perigoso, a área era pouco iluminada e também como era preciso passar no presídio, havia muito medo e insegurança. Neste mesmo período foi crescente o número de moto taxis e vans que começaram a circular para o residencial, fazendo linha do residencial para o centro e para outros bairros da cidade.

No mês de março de 2016, uma das minhas preocupações buscando registrar o movimento das famílias que iam se mudando para o residencial, pensei em utilizar o controle através do medidor de luz, mapeando em cada visita, quadra por quadra a quantidade de casas que já tinham moradores, pois era o alto o número de casas fechadas, assim fiz um mapeamento

em cada uma das oito quadras, onde constava o número de casas daquela quadra, e identifiquei as casas em que eu já tinha feito contato, casas nas quais já tinha sido possível realizar entrevistas, casas com ligação elétrica e casa sem ligação elétrica. Depois de quatro vistas com este propósito fiquei me perguntando se este levantamento era mesmo útil para pesquisa e abandonei esta ideia.

Neste período comecei a observar que o residencial ia mudando, não parecia mais um residencial vazio, em uma manhã de sábado do dia 19, registrei que havia muito som alto, muita roupa estendida. Comum nos dias de sábado, geralmente dia em que as famílias faziam faxinas em suas casas. A questão do lixo chamou a minha atenção, aumentou muito, e é o fator que mais mudou a imagem do residencial, de um lugar limpo para um lugar associado a sujeira, apesar do carro de lixo passar no residencial.

Neste contexto vivi com Violeta uma experiência nova, quando notei que eu não passava despercebida no campo, aproximadamente uma semana após fazer uma entrevista com ela, Violeta me ligou, perguntando se eu iria para o residencial neste dia, eu respondi que não, mais que poderia ir. Então ela perguntou se eu poderia fazer algumas comprar e levar para ela lá no residencial, ela estava sem poder pegar moto taxi e que as coisas no mercadinho do residencial era muito cara. Assim ela me pediu para comprar fralda, açúcar e leite. Assim eu fiz, comprei e levei a tarde para o residencial e fui entregar na sua casa. Ela me agradeceu, porém não me perguntou os preços das compras, eu não sei se ela iria pagar ou não, mas eu não iria cobrar por isso. Me senti feliz por ela ter lembrado de mim.

Em abril como registrei no meu diário de campo, ainda procurando formas de me inserir no residencial, registrei minha preocupação com o horário de visitas nos finais de semana, sempre depois das 9 horas, já que é final de semana e que eles estão em casa, penso que é muito invasivo chegar muito cedo batendo nas portas.

A questão do horário também foi sempre uma preocupação presente, em chegar nas casas depois do café da manhã e sair antes do almoço, pela manhã. A tarde chegar depois do almoço e sair antes da janta. Tanto para evitar algum embaraço de chegar em um horário inconveniente, e também para evitar um constrangimento de chegar em alguma casa que não tenha o que me oferecer. E também pelo fato das mulheres, estes horários estarem envolvidas no preparo das refeições. Já que muitas vezes também eu atrapalhava, pois chegava elas estavam limpando a casa, lavando roupa ou simplesmente assistindo tv.

Esta situação das refeições me chamou atenção, em um dia que eu estava conversando com Joana, sentada na porta dela, eu, ela e sua filha mais velha. Neste dia conversávamos sobre sua filha que estava querendo fazer pré-vestibular, ele queria saber se eu conhecia algum projeto aqui em Timon ou Teresina para ela fazer o cursinho gratuito; sentamos também para ver sua casa, pois o muro estava sendo construído e ela me explicou um pouco como estava esta obra. Em algum momento da conversa, sua filha mais nova, que brincava com outras coleguinhas na rua, falou no ouvido de Joana que estava com fome, então joana orientou ele ir para casa pois tinha lanche, biscoito e suco na geladeira, a pequena informou as amiguinhas que ia lanche e depois voltava para brincadeira. Isso me chamou muito atenção, o fato deste lanche ter sido individual; para mim seria comum a mãe chamar todas as crianças e oferecer o lanche. Então como isso não aconteceu, eu interpretei que talvez esse lanche não fosse farto para dar para todas as crianças.

E foi através desse contato diário, que eu ia me sentindo menos sozinha em campo, e aos poucos sendo “vista” e “interagindo” em alguns momentos específicos com a realidade destas famílias; conhecendo sua rotina, e buscando identificar e compreender as especificidades das suas organizações socioculturais. Entre fevereiro a abril de 2016 realizei 30 contatos, com entrevistas; Ao realizar uma segunda ou terceira visita as pessoas entrevistadas, identifiquei que muitas destas não efetivaram a mudança para o residencial, indo apenas aos finais de semana abrir a casa e fazer faxina; Uma outra situação que inviabilizou o contato com algumas das primeiras entrevistadas (realizadas durante e após a entrega das chaves) é que quando eu chegava em suas casas no residencial, elas não estavam mais morando lá, acontecia assim, eu fazia o primeiro contato e entrevista com as proprietárias das casas, quando ia fazer uma nova visita, as beneficiárias tinham cedido ou alugado suas casas para outros parentes morarem então eu perdia o vínculo com aquela pessoa, que saía do universo do residencial e o parente ou então morador que estava no imóvel não queria participar da pesquisa, com medo da prefeitura descobrir ou prejudicar as beneficiárias.

Esta situação não era esperada por mim, e inviabilizou também um relação contínua com possíveis interlocutoras da pesquisa, e me chamou atenção para as mudanças nos discursos, que evidenciavam em suas narrativas a espera para receber suas casas e que ao receber por diversas situações não chegaram a ir morar neste imóveis; Com isso o universo das interlocutoras foi ficando reduzido, pois ia acontecendo mudanças e movimentação entre as próprias moradoras, que em uma semana podia estar lá e na outra semana já poderia ter mudado;

Houve também pessoas mais solícitas a participarem da pesquisa do que outras, e com

estas acabei me sentindo, mas à vontade para realizar a pesquisa. A maioria dos meus contatos com as mulheres pesquisadas, foram direto, batendo em suas portas ou cruzando com elas nas ruas do residencial. Poucos contatos me vieram através de outros contatos. Assim também tive muitas recusas de mulheres que não quiseram participar, devido seu pouco tempo e mesmo por não ter interesse na pesquisa. Bem no início, algumas pessoas pensavam que eu estava a serviço do prefeito para levantar votos, ou para avaliar o projeto, sendo esta uma prática comum em Timon. Mais à medida que expliquei que era estudante e ficava frequentemente no residencial, eles foram realmente acreditando que estava fazendo a pesquisa.

Foi durante as entrevistas e conhecendo as histórias de vida das minhas interlocutoras que o significado da casa própria começou a ganhar sentido. A partir daí pude entrar em contato com as suas narrativas não apenas sobre um evento singular, mas também sobre a infância delas, o primeiro namorado, o “morar junto”, as separações, o trabalho de doméstica e o viver na “*casa dos outros*”. E, à medida em que iam acionando às suas lembranças e construindo as suas memórias, também falaram sobre certos códigos de conduta, valores morais e todo um conjunto de emoções que estão intrincadas nessa trajetória. E ao falarem das suas trajetórias falavam de suas famílias, este foi um assunto comum em todas as entrevistas. Assim neste capítulo será priorizado conhecer as trajetórias de vida das oito interlocutoras, no contexto familiar vivido, as casas em que estas moraram e como estas moradias foram significadas por estas, foi comum nestas narrativas o aparecimento de um valor moral baseado em um determinado modelo de família.

É compreendendo os códigos socioculturais e morais embasados no modelo de família destas mulheres que é possível ir identificando o que é família para estas e como nestas famílias a casa própria não é apenas uma realização pessoal e sim de toda família. *Afinal de que família estamos falando?* Esta é uma indagação feita pela antropóloga Claudia Fonseca (2002;2005), chamando a atenção que não podemos compreender a família através de um modelo único, e sim que este é definido de acordo com a categoria social em que se está inserido, ou seja grupos de elites, camadas médias e grupos populares são ordenados por valores familiares diferentes, em famílias de grupos populares “o conceito de família está ancorado nas atividades domésticas do dia-a-dia e na rede de ajuda mútua” onde ela afirma que “certo modo de vida, define o modelo de família”, assim “procurando uma definição que dê conta do vasto leque de possibilidades, preferimos falar de *dinâmicas e relações familiares* antes de usar um modelo de unidade familiar.”

Buscando compreender como acontece as *dinâmicas e relações familiares* em grupos

populares a autora identificou quatro pontos centrais de análise, sendo estes, segundo Fonseca (2005, pág.50):

- 1 – A rede de parentesco se estende para além do grupo consanguíneo e da unidade doméstica, para esferas mais amplas;
- 2 -Uma perspectiva temporal, onde acontece uma relação entre várias gerações, onde o passado é resgatado e se projeta o futuro;
- 3 -Considerar uma teoria da prática e as implicações metodológicas, centradas nos “modos de vida” e arraigados em uma situação de classe.
- 4- O olhar reflexivo – interação dialógica – que permite a “escuta do outro”

Esta análise consiste em uma proposta da autora evidenciando que a antropologia pode contribuir aos estudos sobre família, ao desmistificar a existência de modelo único e estruturando, a proposta é que as dinâmicas familiares sejam analisadas em suas práticas e através de um olhar analítico e reflexivo, situando também as diferenças de oportunidades, e as desigualdades econômicas e sociais.

Em suas pesquisas em famílias de grupos populares, Fonseca identificou que (2005, pág. 53):

A dimensão temporal da família, se assemelha a lógica do dar, receber e retribuir de Marcel Mauss; A ideia de ciclo de vida não é nítida, devido aos vários arranjos familiares e onde o ciclo familiar baseado em uma família nuclear não é evidente; Os laços familiares, são relações marcadas pela identificação estreita e duradora entre determinadas pessoas que reconhecem entre elas certos direitos mútuos, esta identificação pode ter origem em fatos alheios ou vontade da pessoa ou seja laços biológicos ou alianças consanguíneas.

As contribuições propostas pela autora é uma forma de ampliarmos a compreensão de das dinâmicas familiares narradas pelas interlocutoras, e embora aqui a temática família não seja o tema central de análise, é a partir das dinâmicas familiares vivenciada que são narradas por cada uma das interlocutoras que é possível compreendermos como estas relações acontecem no contexto de uma moral familiar específica, de mulheres pertencentes a famílias de baixa renda e moradoras de bairros populares na área urbana da cidade de Timon que a casa própria é uma conquista.

Cyntia Sarti (1996), ao analisar a família como universo moral em famílias de pobres urbanos na cidade de São Paulo nos anos 90, evidenciou algumas especificidades encontradas nestas unidades familiares baseadas em alguns padrões de autoridade patriarcal, de rede

familiar, de papéis específicos de ser mulher e de ser homem, alterações frequentes nas unidades domésticas baseadas em uniões estáveis e empregos incertos, vulnerabilidade familiar centrada no pai provedor chefe de família e a mulher sendo a chefe da casa. Essa foi a realidade encontrada pela autora e muitos destes pontos convergem com as narrativas apresentadas pelas mulheres pesquisadas. Isso não significa afirmar que há um padrão único e imutável para as famílias, mas evidencia uma realidade comum, sendo fundamental situá-las em um contexto biográfico específico, e isso que nos interessa aqui.

Para a autora (1996) o tema da pobreza e o indivíduo “pobre” ³³ sempre foram identificados pelo pressuposto da falta, seja ela econômica, ou ausência de direitos ou pobreza *versus* cidadania, onde a pobreza sempre chamou mais a atenção do que o sujeito, a pessoa. Nesta perspectiva, o resultado acaba sendo a desatenção para a **vida social e simbólica dos pobres** no que ela represente enquanto positividade concreta, a partir da qual se define o horizonte de sua atuação no mundo social e a possibilidade de transposição desta atuação para um plano político; assim em sua pesquisa ela utiliza o termo “famílias pobres”, onde ela diz (1996, pág. 33):

A intenção deste trabalho é dissociar do pensamento conservador a abordagem que analisa os padrões “tradicionais” da sociedade brasileira, manifestos em seus diferentes segmentos sociais (...) Procurei recolocar em outro eixo a análise dos valores tradicionais dos pobres, considerando-os como componente estruturais da ordem moral com a qual representam o mundo social com o qual fazem parte (...) A família não é apenas um elo afetivo mais forte dos pobres, o núcleo da sua sobrevivência material e espiritual, o instrumento através do qual viabilizam seu modo de vida, mas é o próprio substrato de sua identidade social (...).

2.1. Conhecendo as mulheres da pesquisa.³⁴

Joana, a primeira mulher que conheci, teve um papel muito importante na minha inserção no campo, como detalhei no primeiro capítulo, conheci Joana e sua filha no dia da entrega das chaves do residencial, ela foi a primeira delas a se mudar para a casa própria. Sempre que eu ia para o Residencial passava na sua casa querendo saber o que tinha acontecido de uma semana para outra. Ela ia me atualizando em relação a chegada de novos vizinhos, sobre

³³ A autora Cyntia Sarti (1996) apresenta um panorama sobre a questão, no capítulo intitulado Os Pobres nas Ciências Sociais Brasileira (pág.17-34), onde faz uma breve retrospectiva de como a temática foi abordada entre o período dos anos 60 a 90, evidenciando suas abordagens e principais autores.

³⁴ No anexo 01 consta uma tabela com o perfil socioeconômico simplificado das entrevistadas.

os mercadinhos que iam abrindo, e sobre o ônibus que era uma das maiores causas de reclamações entre os moradores. Na época em que nos conhecemos Joana, uma teresinense de trinta e cinco anos de idade, mãe de quatro filhos, sendo duas meninas de 16 e 9 anos, e dois meninos de 15 e 7 anos. Doméstica e tinha uma renda mensal de quinhentos reais, e mesmo se declarando solteira, vivia uma situação “enrolada” com o pai dos seus filhos, com o qual já havia sido casada antes.

Com **Maria** nosso primeiro encontro aconteceu poucos dias após o evento de entrega das chaves. Andando pelas ruas do residencial há vi na frente da sua casa, sentada na calçada, aguardando seu filho que tinha ido buscar a chave, pois eles iriam fazer uma faxina na casa antes de se mudarem. Ao me aproximar dela me apresentei enquanto estudante da UFPI, e falei que estava pesquisando sobre as mulheres que tinham sido contempladas com o MCMV, e perguntei se poderia sentar ali com ela e se ela gostaria de conversar comigo, pois era muito importante ouvir as mulheres do residencial. Ela concordou e conversamos por uns quinze minutos, me falou seu nome, que era viúva e que esta casa veio em um momento muito importante da sua vida, ela estava sorridente. Autorizou eu gravar esta conversa no celular, assim quando seu filho chegou, eu perguntei se poderia marcarmos para conversarmos um pouco mais, pois eu queria fazer uma entrevista com ela, de uma maneira bastante solícita, aceitou quase que prontamente em marcarmos um outro encontro, que acabou acontecendo em abril de 2016. O dia e o horário foram definidos por ela, depois de eu ter entrado em contato pelo telefone. Quando cheguei na sua casa, por volta das nove horas da manhã, a casa estava cheia, suas duas filhas e netos estavam lá. Ela estava se recuperando de uma cirurgia, e eu perguntei se ela gostaria de remarcar nossa “entrevista”, para não atrapalhar seu repouso, mas ela quis manter o compromisso, e dessa forma, a nossa conversa aconteceu na sala, com nós duas sentadas no sofá. Neste dia eu não fui autorizada a tirar fotos, pois, segundo ela, ainda estava com “*aparência de doente*”. Ela é uma mulher de quarenta e dois anos, mãe de três filhos, duas casadas e um solteiro, nasceu em Batalha do Piauí, cresceu em Teresina, e há uns quinze anos mora em Timon, ela é diarista e sua renda é aproximadamente quatrocentos reais mensais, seu filho é que mantém a casa depois que ela ficou viúva, e trabalha como soldador na empresa Sucesso. Na casa do MCMV vai morar somente ela e o filho.

Conheci **Ritinha** no dia da entrega das chaves. E estava sentada conversando com uma amiga e eu achei que tinha espaço para uma pequena intromissão, puxei conversa perguntando se elas tinham sido beneficiadas pelo programa, depois elas me devolveram o mesmo questionamento, querendo saber se eu também tinha sido contemplada no residencial. Eu

respondi que era estudante e estava pesquisando sobre as famílias do Residencial Cocais II, e aproveitei para perguntar se eu poderia pegar seus contatos para conversarmos em outro momento com mais calma sobre a pesquisa, e, para meu alívio, a resposta foi positiva. Ainda no mês de fevereiro, depois de um agendamento prévio por telefone, combinamos uma entrevista para o dia primeiro de março às nove horas.

Ritinha, ainda não tinha se mudado para o residencial e ainda estava morando em uma casa de aluguel, fui recebida por ela no portão. Ela é uma mulher negra, com sorriso largo, cabelos cacheados e estava com um vestido longo. No dia da visita, a sua mãe também estava na casa, me cumprimentou e saiu, me deixando com a minha interlocutora e três dos seus filhos. O maior estava assistindo televisão e os outros dois menores ficavam me olhando, querendo saber o que eu iria conversar com a sua mãe. A casa é pequena, é uma casa alugada em que ela mora com os filhos, o marido, o irmão e a mãe. Ficamos na sala mobiliada por uma pequena estante onde ficava a TV, além de algumas cadeiras de plástico. Este cômodo era interligado à cozinha, ao estilo de cozinha americana, havia um corredor grande que liga a sala à rua, o que acaba fazendo com que este seja o lado mais iluminado da casa. Ela me convidou para sentar, no corredor, bem perto da porta que dava acesso à rua e me lembro que a cadeira era verde, ela também se sentou do meu lado, com seu filho menor no colo. No chão, como se quisesse ouvir nossa conversa, estava sua cachorra. Eu pedi autorização para gravar a nossa entrevista no meu celular e em seguida fiz um segundo pedido, de que ela esquecesse de que havia um celular ali, incitando-a a ficar à vontade. Ela sorriu. Na época da pesquisa Ritinha com 26 anos, dona de casa e que fazia “bicos” de manicure, mãe de quatro filhos com as idades de nove, sete, seis e quatro anos, e vivia há dois uma união estável com o atual companheiro, que não era o pai dos seus filhos, e também tinha dois filhos de um relacionamento anterior.

Como falei antes a grande maioria das mulheres que conheci foi através contato direto, enquanto caminhava nas ruas do residencial, e me apresentava e falava da pesquisa para as pessoas, e assim algumas mulheres tiveram interesse em participar da pesquisa e outras não. Com o passar do tempo e eu já sendo conhecida no residencial como “ a estudante”, “ menina que pesquisa”, algumas mulheres que tive contato e que já iam sabiam um pouco do objetivo da pesquisa, através de conversas que compartilhadas no residencial, mesmo quando recusavam em participar tentavam me ajudar, me indicando pessoas que poderiam participar da pesquisa, foi esta situação que aconteceu quando em um dia específico eu estava andando pela quadra Q, e me indicaram tentar conversar com **Luíza**. Era o dia 05 de março de 2016, um sábado pela manhã, que eu andava na rua desta quadra, tentando identificar as casas que já tinham pessoas

morando, então uma vizinha me recebeu e conversamos brevemente, me apresentei, falei da pesquisa e que ainda não tinha conseguido conversar com as mulheres desta quadra, ela me disse que muitas casas ainda estavam fechadas e que ela mesma conhecia pouco as vizinhas de lá. Disse que era muito tímida para participar da pesquisa, e que já estava de saída. Eu perguntei se poderíamos conversar em outro momento, mas ela recusou e disse que poderia ajudar pouco, mais que tinha uma vizinha que ela acha poderia ajudar, assim apontou para uma casa, que ficava na rua do lado da sua, e disse para eu procurar a Luíza.

E assim eu fiz, ao chegar em frente à sua casa, a encontrei junto com os filhos sentada na porta de casa, conversando com uma outra vizinha. Eu me apresentei e ela me convidou para entrar. Ficamos na sala, sentadas no chão, eu, ela e seus seis filhos, sendo três destes, seus enteados. Na sala ainda não tinha nenhum móvel, pois ela se mudara há pouco tempo. As crianças estavam bastante curiosas sobre a nossa conversa e ficaram o tempo todo pertinho da gente. Quando conheci Luíza ela tinha 26 anos, e era dona de casa. Vivendo a sua segunda união estável, fica por conta do seu companheiro o sustento financeiro da casa. Ele trabalha como pedreiro, atualmente na cidade de Brasília.

Conheci a **Tatiana** através de uma indicação da sua amiga Joana. Assim, numa manhã de sábado, que era o dia de maior movimento e também o dia que eu sempre conseguia fazer bons contatos no residencial eu fui procurar o endereço que a Joana havia me passado, e não tive dificuldades em encontrar a casa da quadra R. Chegando lá me apresentei para a Tatiana e ela lembrou de que a Joana já tinha falado sobre mim e me convidou para entrar. Neste dia estava sendo montando o armário da cozinha, nós nos sentamos no sofá da sala, estavam presentes eu, ela e seu filho; Tatiana é uma mulher jovem, de cabelos lisos e curtos. Me recebeu com um sorriso no rosto. Assim aconteceu nosso primeiro encontro e a primeira entrevista. Nos encontramos em outros momentos no próprio residencial. Somente um mês depois da primeira entrevista, eu fui visitá-la novamente e foi realizada uma segunda entrevista, neste intervalo entre a primeira e a segunda entrevista, Tatiana voltou a morar com o pai do seu filho após efetivar sua mudança para o residencial, *“pois é, a gente tá tentando de novo, porque é difícil a gente que tem filho colocar outro homem pra morar com a gente sem ser o pai do nosso filho, fica complicado”*. Ela estava na época com 25 anos e era mãe de um filho de 7 anos, era técnica de enfermagem.

Quando eu conheci **Violeta** ela tinha 38 anos. Ela nasceu na própria cidade de Timon, curiosamente na casa onde foi realizada a sua primeira entrevista. Filha de mãe solteira, foi criada por sua avó materna. Mãe de três filhos, dois rapazes de 24 e 21 anos respectivamente e

uma moça de 21 anos. Aos 18 anos já tinha os três filhos e, na época da pesquisa, já era avó de uma menina. Violeta era divorciada, já tendo sido casada duas vezes, trabalhava fazendo “bicos” e também era atendente em uma pizzaria nos finais de semana, ganhando aproximadamente quinhentos reais por mês, renda que era complementada com uma “ajuda” do seu ex-marido e com a pensão alimentícia que sua neta.

O primeiro encontro com Violeta foi durante a solenidade de entrega das chaves, após o contato do dia três de fevereiro, eu liguei para ela algumas vezes, mas não tive retorno imediato. Horas depois ela me ligou, eu me apresentei, perguntei se ela lembrava de mim, e acabamos agendando uma conversa para o mesmo dia na parte da tarde na sua casa, às 15 horas. Anotei o seu endereço e os pontos de referências para chegar lá, cheguei na sua casa, bati à porta e ninguém atendeu. Liguei no celular e deu fora de área. Fizemos contato com sua vizinha, que me informou que ela deveria ter saído, pois a casa não ficava fechada. Como não foi possível o contato, eu aproveitei e fui ao residencial, tirar algumas dúvidas de como podia aproveitar melhor minhas “idas” a campo.

Na volta, fui para a casa da Violeta, para uma segunda tentativa. A porta da casa já estava aberta e, quando me aproximei, ela prontamente abriu a porta. Ela me convidou para entrar e pediu para eu aguardar um pouco sentada no sofá da sala, e enquanto eu a esperava tinha duas crianças brincando na sala e ouvindo música, elas deviam ter no máximo 3 anos, e depois eu soube que uma era neta e outra sobrinha de Violeta. Quando ela voltou, pegou duas cadeiras e fomos conversar no terraço da casa, ela disse que assim ficaríamos mais à vontade. Violeta é morena, seu cabelo é curto e sua estatura é baixa, é uma pessoa muito comunicativa, falante e com muitas expressões corporais e que depois de alguns minutos de conversa, parece que já nos conhecíamos, me senti muito à vontade com sua acolhida. Iniciamos conversando um pouco sobre como estávamos, falamos como aquele dia estava quente e depois fui me apresentando, falei da pesquisa e porque era importante ouvir as mulheres sorteadas no MCMV do Cocais 2, depois perguntei se poderia gravar a entrevista com meu celular e ela autorizou. Durante a entrevista, a indaguei se poderia gravar alguns momentos, pois houve situações que não era apenas a narrativa oral e sim o gestual, o corporal de Violeta falava muito, as expressões, a respiração. Ao ouvir e olhar para ela enquanto narrava suas memórias de trajetórias neste momento “nosso momento de encontro etnográfico”, eu lembrei das palavras de Marcel Mauss sobre as técnicas do corpo (1974) onde ele problematiza que o corpo exprime técnicas, ou seja, modos de agir específicos para cada situação, e estes são apreendidos e variáveis, de acordo com a sociedade e cultural ao qual a pessoa está inserida. E nos chama a atenção que técnica é

um ato *tradicionalmente eficaz* “não há técnica e não há transmissão se não houver tradição. Eis que o homem se distingue antes de tudo dos animais: pela transmissão de suas técnicas de suas técnicas e muito provavelmente por sua transmissão oral” (1974, pág.407). E sendo esta minha primeira experiência de entrevista e filmagem, decididos ali, envolvida na situação e com o desejo de registrar o que eu estava vivenciado. Eis que em um deste momentos, ela chorou e esta situação foi muito embaraçosa para mim, que envolvida com a sua história, cheguei a perguntar se ela queria que eu desligasse o celular, e ela disse que não, assim eu percebi como esse choro e demonstrar essa dor era importante naquele momento, ela havia perdido uma amiga em um acidente de carro que considerava como alguém de sua família, depois desse acontecimento é que Violeta que estava morando em Brasília resolveu voltar a morar em Timon, perto dos seus familiares.

A narrativa de Violeta, ao ser analisada pela teoria de David Le Breton, poderia ser interpretada a partir de uma antropologia do ator (2009). Nesta perspectiva, a cultura afetiva oferece princípios esquemáticos da experiência e de ação, os quais os indivíduos tecem sua conduta de acordo com sua história pessoal, seu estilo e sua avaliação da situação. Onde a ação do corpo no campo da comunicação é dedicada ao gestual, sobretudo aos sentimentos e emoções. Neste jogo interacional, entre o eu e o outro, realizado pela comunicação, ele diz: “O homem pensa por intermédio da língua, sendo igualmente pensada por intermédio da linguagem. Essa questão é suscitada com acuidade no ramo da antropologia do corpo, particularmente no ramo dedicado às emoções humana”. (LE BRETON, 2009, pág.10).

Assim as representações dos sentimentos e emoções revelam todo um complexo de significados próprios da cultura do “ator” e também da habilidade específica dos indivíduos, neste “manejo das emoções”, considerando esferas públicas e privadas e emoções/sentimentos que “sentem” ou “representam” de acordo com cada situação, revelando também atores do gestual, do corpo, da linguagem e dos olhares. (LE BRETON, 2009, pág. 142). Neste sentido a emoção dor de acordo com o autor está situado também neste contexto, onde ao demonstrar e sentir a dor e o luto, Violeta está inserindo-a em um universo de sentido e valor, onde a dor não é uma “sensação, mais, sim, uma percepção, isto é, o confronto de um fato corporal com um universo de sentido e valor (...) o sentido não está contido nas coisas, ele se instaura na relação com as coisas e no debate estabelecido com os outros” (...) (LEBRETON,2009.pág.226).

Com relação a **Dona Rosa** tivemos apenas um encontro. Era final da manhã de sábado e eu ainda não tinha conversado com ninguém da quadra T, região onde somente duas casas estavam com o contador de luz ligado, o que significava que já tinha moradores. Então, eu fiz

uma primeira tentativa de aproximação da sua casa, a janela estava aberta e a porta fechada. Bati palmas e ela veio à janela. Pedi um minuto de sua atenção e me apresentei enquanto estudante da UFPI, explicando sobre o tema da pesquisa. Ela abriu a porta e pediu para eu entrar. Ficamos só nós duas na sala, quando eu tive a oportunidade de me apresentar mais detalhadamente. Ela aceitou me conceder uma entrevista, autorizando a gravação por celular.

Nascida no interior de Timon, na localidade de Campo Grande, Dona Rosa veio morar em Timon quando já tinha trinta anos. Antes ela frequentava a cidade apenas para passeio ou para fazer compras: “Ah! quando eu vim pra cá, eu já vim moça, dona da minha pessoa, porque sempre a gente morava por rumo de lá, de lá a gente só vinha passear, só vim mesmo quando minha mãe veio embora pra cá doente. Ai! foi que nós viemos pra cá.” Dona Rosa tinha 63 anos na época da pesquisa e a sua renda provinha do auxílio doença que recebia. Antes de morar no residencial ela vivia na casa que era da sua mãe e lá só pagava água e luz, e depois da mudança para o residencial sua parcela da casa ficou no valor de R\$ 36,40: “Com fé em Deus vai dar pra pagar tudo, quando eu receber meu dinheiro já sabe, só para pagar a casa.” Na casa do residencial só mora ela e seu neto de 20 anos, que trabalha como moto taxista.

Era março de 2016, conheci a **Cléo** de uma forma inesperada, ela uma mulher de 35 anos de idade, que vivia em união estável há 19 anos, sendo mãe de seis filhos, com idades de 19, 16, 12, 8, 6 anos e mais um bebê de 7 meses. Natural de Teresina, mas morava em Timon desde os 3 anos de idade.

Neste dia, eu estava chegando no residencial, era aproximadamente 10 horas da manhã, quando avistei na frente do meu carro um caminhão de mudança, eu esperei em torno de dois meses para ver esta cena, de encontrar com uma família no momento de sua mudança para o residencial, então resolvi acompanhar o trajeto do caminhão, ainda sem saber se ele iria adentrar o residencial 1 ou 2. Assim que ele chegou no seu destino na quadra Q, avistei um rosto conhecido e isso me ajudou a obter informações sobre a família que estava se mudando, era um morador que conheci no da entrega das chaves e em quase toda ida ao residencial ocasionalmente encontrava com ele pelas quadras. Ele estava ajudando a descarregar a mudança do caminhão, eu conversei um pouco com ele e pedi pra ele me apresentar aquela família. Assim, depois que estávamos devidamente apresentadas, ela sentada do lado da porta de casa me convidou para sentar ao lado dela e “assistir” o caminhão sendo descarregado, me apresentou seus filhos e seu marido e havia um clima de felicidade naquele momento e muitos risos dos filhos do casal, as crianças estavam eufóricas. Perguntei a Na Cléo se ela poderia falar um pouco sobre a importância daquele dia pra ela, o que estava sentido ao se mudar para o

residencial e depois a medida que íamos nos aproximando mais, falei um pouco da pesquisa e perguntei se eu poderia entrevista-la.

2.2. Narrativas sobre o contexto familiar vivido

Neste tópico o objetivo é apresentar alguns pontos das trajetórias de vida de Violeta e Maria, ou seja, situando alguns momentos e passagens específicas que possam dar sentido ao significado da casa própria para estas interlocutoras, muitas foram as escolhas do que apresentar nesta secção, pois a cada passagem narrada me instigava a desenvolver novos pontos, eu contei com boas narradoras e assim entrevistas longas e ricas, e espero que ao tentar aqui “alinhar suas histórias” privilegiando passagem que possam ajudar na compreensão do problema de pesquisa aqui proposto e consiga realizar o desafio de “transcriar” as narrativas como proposto por Hartmann, onde se busca “adaptar o relato oral num texto escrito que fosse de leitura fluída, inteligível e que preservasse mais adequadamente o estilo de fala do narrador” (2012,pág.192). Assim a autora, utiliza uma citação de Bertaux para explicar que ao narrar sua história de vida o narrador não precisa fazê-la de forma completa, “ele seleciona parte de suas experiências de vida que julga ser mais importante naquele momento e se esforçar para contar aquela história de forma real e de forma improvisada no contexto da relação narrador/ouvinte.”.

Durante toda a pesquisa as minhas emoções também estiveram presente, no ouvir as narrativas durante os momentos de “encontros etnográficos” como apontado por (KOFES,2001) ou “ atos narrativos” nos termos de (HARTMANN,2012),surge uma troca mútua, provocada por este encontro, e que me fez questionar em muitos momentos também sobre a minha trajetória de vida e a necessidade de relativizar o que era minha história e histórias das minhas interlocutoras, no exercício de “observar o familiar” e a “proximidade *versus* distancias” como nos orienta (VELHO,1978), por mais que morando na mesma cidade e partilhando muito do aparato sociocultural comum da nossa situação de moradoras Timon, havia realidades diferentes entre nós, seja de classe, de idade, de morar em bairros diferentes e as próprias trajetórias de vidas traçadas por cada uma de nós.

A família aparece nas narrativas como ponto central, onde os valores morais e papéis sociais são construídos e pelo qual é possível o acesso ao universo sociocultural a que estão inseridas, e onde são significados *a infância, o sair de casa, o morar na casa da sogra*, que são narradas como etapas de suas vidas que a fazem valorizar a conquista da casa própria, a luz de uma teoria que nos ajude a analisar esta vivência, e claro as emoções narradas e sentidas por elas.

2.2.1. Lembranças: Infância – Sair de casa - Separação

2.2.1.1 Violeta

As primeiras lembranças de infância, para Violeta, estão atreladas ao tempo em que ela morava na casa da avó, onde foi criada até certa fase de sua vida. Violeta, só saiu da casa da avó quando casou. O morar na casa da avó reflete o contexto social, cultural e econômica destas famílias. Evidenciando as dinâmicas e as relações sociais existentes, situadas em “realidades” pertencentes aos grupos de camadas populares, onde estas relações são baseadas também na *rede de parentesco* e em uma *perspectiva temporal*, utilizando os termos de (FONSECA, 2002;2005). Assim é comum que a filha que engravidou e não casou, seja acolhida no seio familiar materno juntamente com sua criança. A rede funciona como um elo de ajuda mútua entre os parentes, ao mesmo tempo em que acontece uma relação intergeracional, onde em uma mesma casa convivem pessoas de várias gerações, e os papéis sociais de cada um é definido e atualiza as próprias relações sociais, baseadas em uma ordem moral vigente. (BARROS, 1987; DAMATTA,1997). Na realidade acompanhada por (SARTI,1996), “mães solteiras” sempre são vistas como vítimas, de um namorado ou companheiro que não assume a sua responsabilidade enquanto pai da criança, e deixa esta mulher desamparada que precisará trabalhar para manter ela e o filho/a e neste contexto a rede de familiar é determinante, dando apoio e ajudando na criação desta criança.

A narrativa de Violeta evidencia que sua relação com a avó materna foi muito forte, sua avó assumiu a responsabilidade por sua criação, e quando ela pode escolher se iria morar com a avó ou com a mãe ela escolheu a avó. A mãe da Violeta teve quatro filhos, sendo ela a primeira, quando sua mãe engravidou novamente e não casou os seus tios (irmãos da mãe) não aceitaram que a segunda criança fosse criada também por sua avó, para seus tios era uma “desonra” (SARTI,1996) a irmã engravidar novamente, e não sair de casa e casar, só aumentando as responsabilidades da família. Violeta diz que esta foi uma situação muito difícil para sua mãe superar e, ela teve *que entregar o filho para ser criado por sua avó paterna*.

Ao falar de sua avó Violeta a define como uma mulher muito valente, sofredora e que teve sete filhos e os criou sozinha pois ficou viúva cedo, mais que quando envelheceu perdeu a autoridade da sua casa (SARTI,1986), onde seus tios solteiros passaram a mandar na casa. Sobre sua infância ela diz que não era boa, apesar de não faltar comida, “*mas assim, a gente via as coleguinhas da minha idade com uma roupa nova e eu não podia comprar, queria ter um calçado novo que eu não podia ter, ali não faltava alimento, mas faltava muita coisa*.”

Em diversos relatos das minhas interlocutoras o “morar junto”, ser “amigada”, ou ir morar na casa da sogra, significa a mudança da vida de solteira para a vida a dois, ou seja, o início da vida de casada. Na maioria das vezes estas uniões não são formalizadas no papel, sendo o ato de sair de casa e ir morar em outra casa com o companheiro que formaliza a união. Essa foi a realidade vivida também por Violeta que saiu da casa da avó aos 14 anos para morar com o namorado, disse para a família que estava grávida para poder sair de casa, mais a verdade é que ela tinha perdido a virgindade como ela relata:

Gravida, não! Eu saí, na verdade. Naquele tempo era assim, você não é mais virgem não? Então ninguém te quer mais. Hoje em dia, graças a Deus, num tem mais isso, que isso aí é uma boeira né! Mas naquela época existia muito isso né! Você num é mais virgem, até porque a gente também fica meio com receio daquilo, da gente ficar em casa e ficar todo mundo dizendo, te apontando e logo eu já falei pro (...) meu ex-marido, e ele disse não, você vai lá pra minha casa e aí eu fui morar com ele na casa da mãe dele.

Fica implícito em sua fala que na sua família a virgindade era um valor de honra, e ao perde-la ela ficou com receio de não ser mais aceita no seio familiar, talvez como aconteceu com sua mãe. E ao prever o que poderia acontecer caso fosse descoberta esta situação, ela se antecipou, e avisou para família que estava grávida e assim teve permissão para sair de casa para construir sua própria família. Neste relato é evidenciado duas questões, o medo de ser posta para fora de casa, de acordo com Roberto Damatta (1986;1997) a Casa e a Rua, para os brasileiros são “categorias sociológicas fundamentais para a compreensão da sociedade brasileira” (1997,pág.12); Assim para o autor para além de espaços físicos e geográficos, estes espaços sociais acionam determinadas “entidades morais”, demarcando um “domínio cultural institucionalizado e ações sociais específicas”. Assim a casa enquanto espaço moral é fundada em determinados códigos, ou seja, “na família, na amizade, na lealdade, na pessoa e no compadrio” (1997, pág.20) e “ser posto fora de casa” significa ser expulso deste universo, sendo algo violento e apartando a pessoa do convívio familiar. Seria também uma vergonha moral, onde ela não respeitou os códigos de condutas morais da família, que sevem como mecanismos de controle social que minimizam ou interrompem a interação com o membro desviante, de modo a preservar a coesão do grupo” (KOURY,2015, pág.95).

E mais uma vez é evidenciado a existência da “rede familiar” neste contexto. Como definido por (SARTI,1996, pág.44)

Quando não é possível ter uma casa, comprada, cedida, ou alugada, formando um núcleo independente para a realização das diferentes atribuições do

homem e da mulher, a rede familiar se mantém na cena cotidiana. O novo casal fica na casa dos pais de um dos cônjuges, criando uma situação sempre concebida como provisória, porque é horrível morar na casa dos outros (...) a tendência pelo menos no primeiro casamento, onde as expectativas de realização do padrão ideal são maiores, é que fiquem na casa dos pais do marido, respondendo a atribuições masculinas de prover o teto.

A casa da sogra era uma casa humilde e também de taipa igual a casa que morava com sua avó, era uma casa grande, onde moravam muitas pessoas, mais a sogra providenciou um quarto para a morada do novo casal. Sobre essa brusca mudança ela conta um fato que para ela foi muito marcante, com o qual ela ficou profundamente magoada:

Aí eu achava assim, que eu tinha que fazer porque eu comia lá, eu morava lá, eu passei a fazer coisas que eu não fazia aqui em minha casa. Uma vez... Tem coisa que acontece na vida da gente que a gente não esquece nunca, a minha sogra me obrigou a tratar uma galinha (...) onde que eu com 14 anos sabia fazer isso? Minha avó, minha mãe, elas faziam isso, eu nem via, quando via já tava morta na panela, vamos comer... Aí ele trouxe (o marido), eu falei eu não sei, então ele disse: você leva lá pra minha mãe aí do mesmo jeito eu falei. Aí ela falou assim “eu não vou fazer não, quem vai fazer é você, casou e não sabe matar uma galinha, tratar uma galinha”, aí foi lá pra dentro e disse: (--) “Casou com uma mulher que não sabe nem matar uma galinha, se era pra dormir lá fora é só o que tem”. Aí aquilo me magoou, aí ela matou a galinha e jogou em cima de um giral lá e falou assim “agora você vai tratar”. Aí eu fiquei, eu abri a galinha pela barriga, eu nunca imaginei que era pelas costas, eu sujei a galinha todinha porque espoquei o fel de dentro e aí a galinha ficou amargando, porque não pode estourar o fel dela porque senão você não come. (...) A pessoa só joga lá pra você e diz “se vira” e aí é você, você e você, e o pior de tudo é que eu me sentia obrigada a fazer aquilo porque estava...Ah... quantas e quantas noites eu chorei, e foi uma confusão. Eu fiz a galinha e não prestou, tava a carne toda amarga e não cozinhou e meu marido brigou muito quando chegou, que eu tinha estragado a galinha. Ele em vez de ficar do meu lado, aquilo ali foi o que me doeu muito, naquele dia ali. Se fosse hoje eu tinha arrumado minhas coisas e ia embora, mas eu era uma criança e achava que tinha a obrigação de fazer, então eu chorei a noite todinha por conta daquilo e assim, muito difícil. (informação verbal)

Então neste relato, Violeta evidencia que no início a convivência com a sogra não foi fácil, ela não se sentia em casa, onde as tarefas domésticas eram realizadas por ela como obrigação, já que morava e comia nesta casa, demarcando seu papel de esposa e nora, e não mais os papéis de filha e neta que desempenhava antes na sua família, onde as relações eram demarcadas por ser uma relação fundada na amizade e no compadrio (DAMATTA, 1997). A relação com a sogra, que era a pessoa chefe desta família, é definida por outras relações, evidenciando que a casa também é lugar de relação de poder, de autoridade e que identifica quem são os seus e ou outros.

Nas dinâmicas familiares narradas pelas interlocutoras da pesquisa, é comum aparecer um modelo de família patriarcal, onde a mulher é submissa ao homem e que os papéis de ser homem e ser mulher, são demarcados bem claramente pelos espaços pertencentes à estes, o homem a vida pública, ao trabalho e ao sustento da família, e a mulher a vida privada, a administração da casa e o cuidado com os filhos (SARTI,1996), é que o autora define como o “homem é o chefe da família e a mulher chefe da casa”, é o que poderemos identificar também em algumas falas dos próximos relatos, principalmente quando elas narram suas primeiras uniões, onde demonstram uma expectativa muito grande na nova família que está sendo constituída.

No caso de Violeta, a sogra esperava que ela assumisse seu papel de mulher e esposa, e cuidar do marido também é saber cozinhar para ele. No caso narrado acima, a magoa que Violeta sentia na sua fala está associada ao não acolhimento da sogra em ajudá-la a tratar e fazer a galinha, onde ela se sentiu obrigada e sozinha naquela situação, não se sentiu aparada no seio da nova família e também tristeza e desamparo por porta do marido, que também não ficou do seu lado quando a galinha não prestou. Estas emoções revelam segundo o que Rezende e Coelho definem (2010, pág. 78):

“uma micropolítica das emoções, assim a emoção não seria apenas um constructo histórico-cultural; a emoção seria algo que existe somente em contexto, emergindo da relação entre os interlocutores e a ela sempre referida. É neste sentido que se pode falar em uma “micropolítica da emoção”, ou seja, “sua capacidade de dramatizar, reforçar ou alterar as macrorelações sociais que emolduram as relações interpessoais no qual emergem a experiência emocional individual”.

Situando as emoções através de uma micropolítica, as emoções estão “envolvidas” por “relações de poder, estruturas hierárquicas ou igualitárias, concepções de moralidade e demarcação de fronteiras entre grupos sociais.”; assim as emoções sentidas e narradas por Violeta demonstram como se sentiu naquela situação. Violeta morou seis anos na casa da sogra e com o tempo e com a convivência ela relata que a relação delas mudaram e foram ficando amigas. Ela conta que quando saiu da casa da sogra, continuou morando no mesmo terreno, pois o marido fez uma casa para eles no quintal, uma casa simples, também de taipa, mas com o telhado de telha, porque o marido estava trabalhando em uma olaria e o chefe doou as telhas. Quando saiu da casa da sogra, foi uma outra mudança na vida Violeta:

Ahhh mim foi ruim porque eu me sentia **muito só**, porque quando eu morava com minha sogra ele saía, que ele era muito safadão mesmo, pra passar a noite na rua, na gandaia, mas eu não me sentia só porque eu morava com ela e todo mundo junto. E aí quando eu fui pra minha casa foi bom, mas eu me sentia muito sozinha, ele me deixava só com meus meninos, e eu chorava que só de medo. (informação verbal)

Com o passar do tempo foi construída uma relação de amizade entre Violeta e a sogra, e ao sair da casa da sogra, para morar somente com o marido e os filhos, o sentimento de solidão e medo estão presentes, o que evidencia que o casamento não está bem, e que o marido não está cumprido o papel esperado por ele, e o casamento que durou 9 anos, acaba três anos após se mudarem para esta nova casa, devido as diversas relações extraconjugais do marido e brigas de Violetas com as “amantes” do marido.

A amizade é definida por Mauro Koury (2015) como “uma interação intensa baseada no compromisso de lealdade e de fidelidade, onde o laço social gerado promove intimidades possíveis e seguradas pela confiança mútua e pela garantia do segredo das intimidades confiadas: o amigo é um ser confessional. (pág.93). A amizade de Violeta e da sogra está associada também ao sentimento de pertença aquela família, solidificado com o passar dos anos e com a confiança que foi estabelecida nesta relação, este sentimento de pertencimento está associado a duas questões, a pessoa deve se integrar a realidade e os códigos desta família e por outro lado, deve “mostrar-se sempre merecedor da confiança recebida”. As emoções estão sempre associadas a especificidades de uma classe social e cultura específica (KOURY,2015), assim o sentido dado a Violeta as emoções só tem sentido se compreendidos em seu contexto. O medo quando o marido está na gandaia, é o medo sentido por não poder confiar no marido, pelo marido não desempenhar o papel de homem esperado por ela, provedor do lar e que respeita a família. Segundo (KOURY,2015), o medo é uma emoção fundamental a base da ação humana. O medo cria expectativas e antecipa ações no espaço societal” (pág.91), estando o medo associado a falta de coragem e esta por sua vez dialoga com o sofrimento social, que seria a “dor perpetrada pelas injustiças sociais e se insere na violência simbólica que perpassa toda cultura emotiva” (pág.92). Compreendo assim, Violeta sentiria medo, solidão, por não ter coragem que mudar a situação em que estava envolvida, onde as traições do marido lhe causavam uma “vergonha social”.

E buscando dar um novo rumo a sua vida ela foi tentar uma nova vida na Cidade de São Luís no Maranhão e deixou os filhos com os parentes e esta fase da sua vida foi marcada pela separação dela com os filhos, como ela diz:

na verdade ficou assim, o meu mais velho ficou com a mãe dele, a minha menina ficou com a irmã dele aqui no campo grande no interiorzinho que tem aqui, o meu mais novo que era mais bebezinho ficou com a minha mãe, como eu fui pra trabalhar e meu marido não aceitava de jeito nenhum a separação, ele não queria de jeito nenhum (...) só que eu não aguentava mais aquela vida! Eu falei, mãe eu vou embora, eu faço uma loucura por que eu só vivia naquele distrito ali, (distrito policial) por que eu não tinha paciência não, eu brigava com as mulheres, da última vez quase que dava em processo.

Sobre estas relações através das crianças, (SARTI,1996), afirma que a criança tem um papel fundamental na família pobre e no caso de “instabilidade econômica, separação ou morte, as crianças passam a ser de responsabilidade não apenas dos pais, mais sim de toda rede de sociabilidade em que a criança está envolvida” (pág.55) é o que Fonseca (1995) definiu como “circulação de crianças”. Assim na família das camadas populares, é evidenciada sempre relações onde as obrigações morais são fundamentais. “A família como ordem moral, é fundada num dar, receber e retribuir contínuos, tornando-se uma referência simbólica fundamental (...)” (SARTI, 1996, pág.63).

Indo morar em São Luís, Violeta sofre com a separação forçada dos filhos. Durante o período que ficou por lá falou com eles somente por telefone. Em São Luís morou na casa de uma tia até arrumar emprego como babá, no qual permaneceu por três anos, saindo quando voltou para Timon, para cuidar do filho mais novo que adoeceu. Já em Timon, vai morar com sua mãe.

Aí pra mim ficar na casa de minha mãe eu tive que construir um quarto nos fundos, né, aí eu construí um quarto com o dinheirinho que eu trouxe de São Luís, que eles me deram lá, e eles me ajudaram muito, assim... porque depois que eu vim embora eles ainda mandaram dinheiro por minha tia, e eles eram doidim pra mim voltar, eles gostavam muito de mim, por que eu morava na casa deles com eles! Eles eram ricos, aí era assim, tinha o quarto das empregadas no quintal, né, era separado de casa, aí tinha eu, o jardineiro e outra moça que cuidava... porque eu só cuidava dos meninos, na verdade eu era babá (...). (informação verbal)

Violeta ficou morando com a mãe aproximadamente por dois anos até conhecer o seu segundo marido. Com ele se mudou para uma casa no bairro Cidade Nova (bairro periférico da cidade), uma habitação também de taipa e coberta de palha. Esse seu segundo relacionamento foi uma união estável que durou dezessete anos e, segundo ela, a relação acabou porque ele bebia muito e isso provocava desentendimentos. Então, em comum acordo, eles resolverem se

separar, mantendo até hoje a amizade, inclusive com um frequentando a casa um do outro. Ela o descreve como sendo

uma pessoa muito boa, eu não tenho o que dizer dele, ele não era aquele marido violento, que chegava em casa bêbado, entendeu? Nunca me agrediu, sempre respeitou os meus filhos, apesar de não ser dele (...) porque com o pai dos meus filhos foi totalmente diferente. Apesar de ter 3 filhos dele eu não pude dizer a mesma coisa, ele me magoou muito, nunca me ajudou em nada, eu fiquei com meus filhos à mercê da sorte. (informação verbal)

No trecho acima relatado, Violeta faz a distinção de dois comportamentos totalmente diferentes entre o ex-marido e o seu segundo companheiro, o primeiro marido, pai de seus filhos, que não foi um bom marido e não respeitava o lar, onde era comum as suas relações extras-conjugais, brigas, bebedeiras e violência e nunca a ajudou com a criação dos filhos, fazendo com que ela tivesse que assumir sozinha esta responsabilidade de criar e educar os filhos, e o que foi totalmente diferente na sua segunda união, onde apesar dele não ser o pai biológico das crianças ele se preocupava com elas, e as assumiu como um pai deve assumir o filho, sendo um bom marido para ela, o que equivale a dizer que ele não era um homem violento, ao contrário ele era provedor do lar e companheiro dela. Assim nas dinâmicas familiares nas narrativas das mulheres da pesquisa, é claro o que é papel de ser homem e pai, é esperado do marido que ele seja provedor do lar, exercendo respeito e uma autoridade moral, diante dos filhos e conduzindo a família, e quando isso não acontece há uma inversão, onde a mulher vai desempenhar esta função, de provedora do lar e da casa, (SARTI,1996) como poderemos aprofundar em outros relatos que serão apresentados aqui.

2.2.1.2. Maria

A infância de Maria foi marcada pela separação dos pais quando ela ainda era pequena. A mãe saiu de casa porque o marido bebia muito, brigava e ficava violento. Desde então, ela passou a ser criados pelo pai, e seus dois irmãos pela sua avó materna; estes irmãos ela só conheceu quando já estavam todos adultos. Maria considera que seu pai foi um bom pai, pois nunca deixou faltar nada dentro de casa e cuidou dela, “ele disse que não ia botar ninguém pra me maltratar, preferia pagar pras pessoas me olhar”, afirmando o compromisso do pai em evitar que pudesse ser maltratada por uma madrasta. Ele trabalhava como encarregado de uma chácara no interior do Maranhão e por isso pagava alguém para cuidar da filha, e assim foi a infância

de Maria: “eu morei sempre na casa das pessoas que me olhavam. Era normal, porque meu pai não tinha tempo pra mim né, cuidar de mim, ele só pagava a pessoa pra cuidar de mim, aí eu ficava na casa da pessoa”. Ela não questiona o fato do pai não ter tido tempo de criá-la pessoalmente, pois esta falta é justificável: o pai era ausente fisicamente, pois estava trabalhando, mais assumiu a sua responsabilidade de pai provedor do lar e de ser uma figura de respeito, de uma certa conduta moral diante da filha, atendendo uma dos papéis esperado do pai em famílias pertencentes as camadas populares, como apontado na pesquisa de Sarti (1996). Em sua narrativa em nenhum momento ela fala que ele deveria ter levado ela para morar com ele e ter assumido diretamente sua criação e educação, ele compreende que ele fez o melhor possível. Parry Scott a analisar o papel do homem na matrifocalidade de gênero (1990), em uma pesquisa no bairro pobre de Coelhos em Recife- PE, aponta que ainda há poucas pesquisas que ouviram os homens falarem sobre seu papel desempenhado em casa, precisando ainda ser aprofundado e diz (1996, pág.42 e 43):

Continua a existir uma lacuna em nossa compreensão de como aquele homem, que é patriarca potencial, sendo intermediário entre o mundo da rua e da casa, e que vive na favela, enfrenta a própria incapacidade de controlar a rua, o que lhe impede de trazer subsídios para exercer o poder em casa. Como é que pode transportar sua experiência de "dominado" (no mundo legal e jurídico da rua), numa experiência de "dominador" efetivo da casa? Em sua casa, a mulher é a primeira a acusá-lo de não desempenhar adequadamente seu papel (...) É importante lembrar que, na maioria das pesquisas sobre famílias faveladas, as informantes são quase sempre mulheres. Isso se deve ao fato de que as mulheres são mais fáceis de serem encontradas em casa e também mais dispostas a discursar sobre elas. Mas o fato de não se ter dado ouvido aos homens pode ter levado a distorções sobre o ponto de vista deles a respeito da formação do grupo doméstico, bem como da atuação masculina nessa formação (...) Neste trabalho, argumenta-se que, para entender o papel do homem na casa favelada matrifocal, é preciso adotar o ponto de vista que a "casa" ocupa espaços diferenciados nas estratégias de vida de homens e de mulheres.

Na juventude, ela trabalhava como babá na casa destas pessoas que outrora cuidavam dela, ela dormia e estudava lá durante a semana.

quando eu fui ficando adolescente já fui morar na casa da pessoa, pra mim, dizendo eu que estava trabalhando na casa da pessoa, entendeu? Olhando um bebê, essas coisas assim, risos (...), mas só que eu queria ser independente, eu queria era ganhar meu dinheiro (fala pausadamente) queria ter meu próprio dinheirozim, suado. Aí eu passei a morar na casa das pessoas, trabalhando, só que não era trabalhando, por que lá eu tinha escola, eles me davam roupas, e o que eu precisava, entendeu? . (informação verbal)

E aos finais semana morava na casa da tia, irmã do seu pai, em Teresina, a casa da tia

“era simples, tinha o básico, não era pintada, só era de tijolo, construída mesmo, não tinha cerâmica, não tinha nada, humilde demais”; Nesta casa moravam muitas pessoas, muitos primos e primas e as meninas dormiam no mesmo quarto “era muita, se não fosse umas seis meninas, era por ai viu, parecia uma creche lá, de gente.”

O casamento significa a constituição de uma nova família, mas nem sempre esse momento da vida vem acompanhado por uma casa própria. Na trajetória de Violeta e Maria, a casa veio através da “rede familiar”, para usar um termo empegado por (SARTI,1996). Ao se casar Maria para de estudar e vai morar em Timon, no bairro Parque Alvorada, na casa dos sogros que ainda estava em construção: “Era pior que a casa da minha tia. Eles tavam começando a construir porque eles fecharam logo um quarto, fizeram logo um cômodo e o resto deixaram pra construir depois”. Segundo ela uma casa de tijolo comum, sem cerâmica, com piso de barro batido, coberta de telha e com o banheiro era do lado de fora, no quintal. Ao lembrar-se dessa união, ela avalia que quando jovem não fez uma boa escolha. O projeto de casar e mudar de vida não aconteceu como ela esperava: “eu tinha meus dezoito já, e aí foi que eu arranjei esse negócio de casamento, que eu me ferrei, devia ter ficado lá, ter terminado meus estudos, né. Mas não, fui inventar de casar”.

Mudar de vida através do casamento não acontece para Maria, pois o marido que era servente de pedreiro, não exerce a função de provedor da família (SARTI, 1996), deixando de ir trabalhar para beber e não “botando as coisas dentro de casa” Neste contexto familiar o homem não está desempenhando o seu papel social, dentro de padrão que se espera dele. ainda de acordo com (SARTI,1996), no universo moral das famílias pobres, o homem ainda corporifica a ideia de autoridade na família, atuando como mediador entre a família e o mundo externo. Sendo uma autoridade moral, na medida em que ele não “cumpre seu papel”, ele deixa de atender as expectativas básicas da formação da família, como fica claro no relato de Maria:

Eu arranjei um marido horrível, ruim, coisa que nunca devia ter acontecido. Acho que foi o mesmo caso da minha mãe Quer dizer, que o meu pai não era ruim assim pra me dar as coisas, só na hora que bebia que se transformava. Agora esse não, esse pai dessa menina bem aí (olhando pra uma das filhas), era muito...gostava de bebida e num queria trabalhar, num tem aqueles pessoal acomodado (...) morto de preguiça, daqueles que arranjava o serviço e deixava pra ir beber.

Como o marido não consegue pagar as contas, manter a casa e pagar o aluguel, Maria começa a trabalhar em um abatedouro de frango, assumindo um novo papel, virando a chefe de família e provedora do lar. Nesse ponto (SARTI,1996) afirma que há um deslocamento dos

papéis da figura masculina e feminina na família. A mulher que antes atuava como mãe, esposa e responsável pelo universo doméstico, assume o papel de provedora do lar. Esse processo é antecipado pela desmoralização do papel de provedor do homem, abalando a base do respeito que lhe deve seus familiares (SARTI, 1996, pág.46). O casamento de Maria não durou e ela se separa ainda com os três filhos pequenos. Parry Scott (1990) afirma que para compreendermos os papéis desempenhados por homens e mulheres que vivem em situação de “matrifocalidade”³⁵ com base na sua pesquisa realizada com as famílias do bairro Coelhos em Recife é preciso considerarmos quatro pontos principais de análise,

primeiro que na matrifocalidade há um favorecimento matrilinear no grupo doméstico, este sendo entendido como um espaço em que há relações tanto femininas quanto masculinas, por isso é preciso analisar as percepções dos dois lados; segundo que o ciclo doméstico é vivido e representado de formas radicalmente diferentes por mulheres e por homens. Terceiro, a casa e a rua são duas panes de ambiente passíveis de controle por mulheres e homens ao manterem relações entre si. A relação entre gêneros é, como toda relação social, uma relação de poder. Os dois atores procuram controlar partes do ambiente para conseguir exercer alguma influência sobre as ações do outro. **O caminho de menor resistência é de seguir a dicotomia culturalmente imposta que atribui a casa à mulher e a rua ao homem.** Finalmente, chama-se atenção para o fato de a análise, neste trabalho, concentrar-se na questão da inclusão e exclusão de parceiros nas estratégias de formação de grupos domésticos. (1990, pág.47)

Assim o marido de Maria, acaba por “reproduzir o papel dicotômico imposto culturalmente ao homem na esfera doméstica” (SARTI,1996) e não atende as expectativas da sua mulher, onde o papel de um bom marido e pai para os filhos, seria um marido provedor do lar, companheiro para esposa e que exercesse seu papel de autoridade e respeito, sendo uma referência moral. Como ela enfatiza na fala abaixo:

criei eles sozinha mesmo, ele nunca deu nada pros filhos, o pai deles era um irresponsável, ausente mesmo. E é por que ele morava bem aí, a vida que ele queria era só beber e beber... já tinha ficado perdido pro álcool (...) Em 2013 pra 2014 ele adoeceu, ai se ele nu tivesse deixado... ai agora ele ta com um ano e um ano e pouco que não bebe ai virou outra se aproximou (pausa) um pouco, coisa que não era nem pra ele se aproximar, **por que quando eu precisava ele não tava né, ai depois que os filhos estão casados, criados, pra que agora, é só pra encher o saco, antipático veio, ele deveria**

³⁵ O autor utiliza os termos de acordo descrito por Smith (1973). matrifocalidade identifica uma complexa teia de relações montadas a partir do grupo doméstico onde, mesmo na presença do homem na casa, é favorecido o lado feminino do grupo. Isto se traduz em: relações mãe-filho mais solidárias que relações pai-filho, escolha de residência, identificação de parentes conhecidos, trocas de favores e bens, visitas etc., todos mais fortes pelo lado feminino; e também na provável existência de manifestações culturais e religiosas que destacam o papel feminino.

continuar lá no lugar dele, mas fazer o que né, uma decepção. .
(informação verbal)

Ao narrar sobre esta passagem da sua vida, Maria demonstrou, em sua voz , e através dos seus gestos corporais, uma grande decepção em torno do ex-marido, que não atendeu em nada as expectativas dela em relação a ele, seja enquanto marido ou como pai dos seus filhos. Durante a entrevista em que seus filhos também estavam presentes, nenhum deles, enquanto a mãe falava, manifestou algum argumento em favor do pai, e houve um silêncio, ouvindo e talvez analisando ou rememorando o que a me narrava. As emoções e as manifestações aqui “representadas” por Maria, se analisadas a luz da antropologia das emoções nos ajudam a compreender o que estava envolvido nesta situação, considerando que os sentimentos “são tributários das relações sociais e do contexto cultural que emergem” (REZENDE E COELHO, 2010), é através do aprendizado emocional que sabemos quando, como e porque certos sentimentos devem ser manifestados e isto inclui a aquisição de um conjunto de técnicas corporais, expressões faciais, gestos e posturas, como argumentam (ABU-LUHOD E LUTZ ,1988).

Catherine Lutz (2012), ao analisar como a percepção da vida emocional do ocidente identifica que a etnopsicologia ocidental é baseada em três pontos principais; a emoção *versus* pensamento, emoção *versus* distanciamento, onde o pensamento está associado ao gênero feminino e o distanciamento ao gênero masculino e que há uma elaboração da alimentação moral das emoções, centrada no ocidente no gênero, controle e poder, assim a decepção demonstrada por Maria estaria imbricada em um contexto de gênero, controle e poder, diante da relação dela com o marido, da relação dele com os filhos e dos papéis esperados por ela e não foram atingidos, gerando frustração com o desfecho do seu casamento e onde ela teve que assumir total responsabilidade com seus filhos. Nos termos de (KOURY ,2016), houve uma *quebra de confiança* na confiança projetada no marido e no projeto de melhoria de vida através do casamento.

Maria se separou do marido ainda com os três filhos pequenos e a “rede de parentesco” (SARTI ,1996, pág.49), foi fundamental nesta fase da sua vida que após a separação ela volta a morar em Teresina, na casa de um tio, irmão do seu pai, em uma invasão no bairro Santa Bárbara. Seu pai que morava por perto a ajudava “olhando” as crianças para ela pudesse trabalhar. Nessa época, ela começa a trabalhar como doméstica para sustentar a família, mas como a casa do tio é muito distante do local trabalho ela vai morar com os filhos em uma casa cedida pela tia, irmã do seu pai, no bairro Satélite. Chegando lá, passa a se desentender com a prima e volta a morar de aluguel, pois já tinha condições de pagar por isso. Essa rotina durou

aproximadamente quatro anos, quando ela volta a morar em Timon, em uma casa emprestada por um amigo, porque estava muito cansada do trabalho de doméstica, “Era o dia todo, menino. Ser empregada doméstica é ser explorada, sabia? Às vezes você ganha um salário, mas não compensa não, aí eles querem que você faça de um tudo só por aquele salário. Tudo... tudo... eu fazia tudo”. A realidade de doméstica e diarista é presente no rotina de trabalho de algumas interlocutoras da pesquisa, como é caso de Maria, Violeta, Joana, que evidencia um processo cíclico que é comum em famílias de camadas mais pobres, a baixa escolaridade, a necessidade de trabalhar muito cedo para ajudar no sustento da família e que com base nisso estas mulheres têm acesso a serviços que exigem menos escolaridade e onde o trabalho é muitas vezes mais árduo e menos desvalorizado do que outros trabalhos.

Maria mora na casa do amigo em Timon por aproximadamente três anos e sai da casa quando começa a viver um novo relacionamento, “arranjei uma pessoa, não sei como, mas arranjei, ou ele me arranjou, não fui eu que o arranjei, foi ele que botou o cavalo pra cima de mim. Foi outra coisa ruim na minha vida (a voz bem firme enfatiza esta frase). Ao morar com seu companheiro, Maria volta a viver de aluguel, passando por várias casas durante estes 7 anos. “ele (o marido) não me deixava trabalhar, não tem aquelas pessoas que quando entram na sua vida quer arrasar, mandar, quer ser dono de você? Ele era esse! Neste período o seu marido atual assumiu também as despesas dos seus filhos, cujo o primeiro marido não ajuda em nada. Seu segundo marido morre no ano de 2014 e Maria se sentiu desamparada, pois estava sem trabalhar, e estava totalmente dependente dele, com esta situação ela e o filho mais novo, passam a morar na casa da sua filha mais velha, neste período o filho arruma o primeiro emprego e assume a função de provedor do lar, dividido as despesas na casa da irmã. Maria volta a trabalhar como diarista, ganhando quatrocentos reais por mês, ao mesmo tempo em que aguarda um processo judicial sobre a liberação da pensão do marido, por essa mesma razão, não pode ter emprego de carteira assinada. É neste contexto que Maria é sorteada no projeto do MCMV.

Este capítulo teve por objetivo apresentar como base nas narrativas destas duas interlocutoras e com utilização de um embasamento teórico específico, os valores morais que estruturam as dinâmicas familiares destas mulheres, em situações específicas vividas na infância, na juventude e na vida adulta e ao morar na casa dos outros, priorizando também identificar e contextualizar as emoções sentidas, narradas e “representadas” no atos das entrevistas ao rememorem suas histórias de vidas, que aqui chamo de “ encontro etnográfico”, é através das trajetórias de vidas aqui apresentadas, que o próximo capítulo se ancora, pois o “morar na casa própria” tem um sentido único a estas mulheres, sendo situado no seu contexto social, histórico, cultural e emocional.

Imagem 6 – Uma tarde no residencial



Fonte: 20.02.16 – acervo da pesquisa

“Uma emoção que a gente não tem nem como explicar, é igual ganhar um filho a primeira vez”

(Maria)

CAPÍTULO 3: UM LUGAR PARA CHAMAR DE MEU

O objetivo neste capítulo é compreender o significado da realização do sonho da casa própria para o grupo de mulheres que fizeram parte dessa pesquisa. Veremos aqui como, realizar essa conquista específica marca um novo momento de vida. Além disso, fica evidente como desde o momento em que foram sorteadas há uma idealização da vida nova, dando margens para outros projetos e sonhos, agora possíveis de serem realizados em função da aquisição da casa própria. Há uma valorização também no morar na casa própria, quando comparada à experiência de morar na casa dos outros, seja na condição de casas cedidas, emprestadas ou alugadas, evidenciando emoções de *humilhação, vergonha e insegurança* associadas à experiência de morar no que não é seu e a *valorização de respeito, reconhecimento e segurança* quando se tem uma casa para chamar de sua, nas narrativas das interlocutoras fica evidenciado que quando se mora de aluguel a principal prioridade é trabalhar para ter como pagar o aluguel na data do vencimento, nesse sentido o aluguel “como igual com agente” como fala Maria, ou seja a cada 30 dias vence o aluguel e começa tudo de novo, então a prioridade é trabalhar para manter esta situação ou então quando se mora na casa dos outros, o objetivo principal é sair desta situação, e voltar a ter sua “liberdade” como argumentou Tatiana. Assim projetos pessoais como voltar a estudar por exemplo, que era o objetivo de Ritinha, parecia muito distante da realidade delas, mais após ser sorteada e saber desta possível estabilidade de ir morar no que é seu, elas começam a projetar e a idealizar um novo projeto de vida, Ritinha voltou logo a estudar, como ela me relatou:

eu comecei a estudar, mas eu tinha parado devido aos meus filhos eu tinha parado de estudar, aí esse ano (2016, ano que foi sorteada no MCMV) eu queria mudar tudo na minha vida, voltei a estudar, tô estudando, tô fazendo ensino médio, tô tentando seguir a rotina, de dia trabalhando e de noite indo pra escola, cansada mas... (informação verbal)

Por outro lado, aquilo que havia sido idealizado como o sonho perfeito passa a ser problematizado pelas mulheres, sob diversos aspectos como: a qualidade do material usado nas construções, a localização do residencial situada num bairro periférico da cidade, dentre outras. A

questão da localização acaba ganhando destaque em função do Residencial localizar-se ao do lado de um centro de ressocialização, conhecido como “presídio”, visto pelas beneficiárias e seus familiares como algo negativo; A conquista da casa própria é percebida também pelas interlocutoras como um projeto de vida nova, ou seja, uma melhoria de vida, dentro de um *campo de possibilidades* possíveis nos termos de (VELHO,2003) para elas e para sua família, sendo portando um projeto coletivo como aponta (SARTI ,1996).

3.1. O sentimento de morar na casa dos outros

Este tópico evidencia com mais clareza as emoções e os sentido em relação ao que as interlocutoras chamam de “morar na casa dos outros”, seja essa casa de parentes, emprestadas, cedidas ou alugadas, experiências essas compartilhadas por todas as mulheres entrevistadas. Roberto Damatta, argumenta que para a sociedade brasileira há três espaços que atualizam a própria vida social dos brasileiros, sendo eles a casa, a rua e o outro mundo (1997), os espaços da casa e da rua só existem de forma relacional e nunca de forma isolada. Assim a vida social do brasileiro, seria demarcada claramente segundo o autor pelo mundo da casa e o mundo da rua, não se trata de um lugar físico, mais sim de um lugar moral e social (1986). “ A casa é nosso mundo à parte” (1986,pág.29), onde ele diz: “A casa enquanto espaço moral é importante e diferenciada, a casa se exprime numa rede complexa e fascinante de símbolos, que são parte da cosmologia brasileira” (1986,pág.26), em casa você pode ser um “supercidadão” realizando suas vontades e desejos, tendo um lugar para chamar de seu. A análise do autor pode parecer um pouco idealizada, pois sabemos que a casa pode ser também um lugar de violência, onde seus direitos, vontades e desejos não são respeitados; Nas narrativas as interlocutoras mencionam situações que evidenciam também algum tipo de “violência moral”, e sendo “fruto” dessas situações sentimentos específicos; O objetivo central aqui é compreender como é narrado o sentimento de “morar na casa dos outros”, que chega a ser uma contradição, com a argumentação de Damatta, como é sua casa, sendo dos outros? Ao falarem sobre estas suas vivências, as interlocutoras da pesquisa falaram de um “espaço” e um “tempo” da memória, que não é individual e sim coletiva, Maurice Halbwachs (1990) é que esta lógica seria “direcionada” pelas lembranças que, por sua vez, seriam movidas por uma memória coletiva, e não individual, pois para o autor mesmo uma memória dita individual é norteada pelos valores do grupo social na qual se insere, refletindo suas referências socioculturais, sendo, portanto, coletiva. Para o autor mesmo uma memória dita individual é norteada pelos valores do grupo social na qual se insere, refletindo suas referências socioculturais, sendo, portanto, coletiva. (HALBWACHS,1990) é através das narrativas apresentadas que

podemos compreender como foi rememorada esta trajetória vivida e sentida por elas.

3.2. Um novo projeto de vida - Morar na casa própria e deixar a casa dos outros

A frase epígrafe deste capítulo foi a definição de Maria, quando pedi para ela me descrever a emoção sentida ao entrar pela primeira vez na sua casa no residencial Cocais II, ela me disse que era muito difícil falar do que sentiu, e sorriu e depois me disse esta frase. Ela compara a emoção desse momento com a alegria que sentiu com a maternidade, em especial quando se tornou mãe pela primeira vez, papel este que lhe foi culturalmente atribuído como natural enquanto mulher e esposa, ser mãe ou torna-se mãe lhe coloca em outro status social; A maternidade não deve ser compreendida apenas como um atributo biológico como reforça Lucila Scavone, (1985) mais também como um “dado sociológico e antropológico para se compreender os múltiplos aspectos em que se implica ser mãe” (1995, pág.37), tornar-se mãe no contexto de famílias pobres, concretiza também o projeto de família, onde nesta realidade o papel atribuído a mulher é o de ser mãe e dona de casa, Sarti também argumenta que neste universo (1996, pág. 43), “à autoridade feminina vincula-se à valorização da mãe, num universo simbólico onde a maternidade faz da mulher, mulher, tornando-a reconhecida como tal, senão ela será uma potencialidade, algo que não se completou”.

Assim Maria, ao associar o momento em que entra na sua casa pela primeira vez a alegria de ser mãe, evidencia que ela está vivenciando uma experiência nova, está novamente se reconhecendo enquanto mulher, agora empoderada e dona da sua casa, a conquista dessa casa, é a conquista de sua autonomia, e a liberdade de morar em algo que é seu. Ela diz: “aqui minha filha, essa moradia aqui foi a melhor coisa que me aconteceu, foi a melhor coisa do mundo”. Ao analisamos a sua trajetória de vida compartilhada durante a realização desta pesquisa, é possível compreendermos como estava o “mundo” de Maria e que a casa própria estava associada nele como um projeto de *melhoria de vida* como definido por Sarti (1996), Maria, que ficou viúva, não trabalhava fora e morava de aluguel, quando o marido não estar mais aqui ela fica totalmente vulnerável, e sem poder manter a casa e o aluguel, muda-se com seu filho mais novo morar na casa da filha mais velha que já era casada onde morava ela, o esposo e seu filho pequeno. O filho de Maria arruma seu primeiro emprego como soldador na empresa Sucesso em Teresina, é um emprego com carteira assinada e com isso ele passa a manter as despesas da mãe e da casa junto com sua irmã e nesta realidade Maria volta a trabalhar enquanto diarista; Assim dentro do seu *campo de possibilidades*, nos temos de Gilberto Velho seu projeto principal nestas condições é voltar a morar na sua casa.

Uma das contribuições analíticas do autor que contribuíram significativamente para se pensar as emoções na antropologia, é através do uso da sua concepção de *indivíduo, individualismo e projeto* ³⁶; Dentro da realidade brasileira hierarquizante estudada por ele (classes médias urbanas), a proposta de estudar o indivíduo, enquanto sujeito ou seja dentro de universos simbólicos e representações, variáveis de acordo com sua classe e categoria social. Neste sentido projeto é pensando como “a noção de que os indivíduos escolhem ou podem escolher entre sua individualização e desindividualização (desvio ou divergência)”, (VELHO, 2013). As possibilidades de projetos individuais vinculados a contexto socioculturais específicos e lida com a ambiguidade fragmentação versus totalização. Quando? Como? E onde? São legítimos os projetos individuais?

Segundo (VELHO, 2004, pág. 26 e 27).

Assim entendendo que projeto(s). são elaborados e construídos em função das experiências socioculturais, de um código, de vivências e interações interpretadas [...] de qualquer forma, o projeto não é um fenômeno puramente interno, subjetivo. Formula-se e é elaborado dentro de um campo de possibilidades, circunscrito histórica e culturalmente, tanto na própria noção de indivíduo como dos temas, prioridades e paradigmas existentes.

Os projetos refletem a junção da uma vontade/ação individual, mas que também é coletiva, pois representa um código ético moral, que varia de acordo com a *classe social, visão de mundo, ethos e estilo de vida* do sujeito/indivíduo. Na pesquisa realizada por Sarti com as famílias de pobres urbanos, ela afirma que as sociedades modernas são regidas pelo princípio da igualdade e com base na desigualdade econômica, e argumenta que estas famílias não vivem “esta dimensão individualiza da identidade social” (1996; 2000) e que isso não acontece pois “este universo, não é regido por recursos simbólicos para a formulação de projetos individuais, que pressupõe condições sociais específicas de educação, de valores sociais, alheios a seu universo de referências culturais” onde o que predomina é a “tradição, a lógica de reciprocidade do tipo tradicional, onde o que conta é a solidariedade dos laços de parentesco e vizinhança com os quais viabilizam a sua existência” (SARTI, 2000, pág. 47), assim os projetos no contexto destas famílias são formulados a partir da tradição, “onde o todo predomina diante das partes, não fazendo parte assim da emancipação

³⁶ Esta temática é abordada pelo autor em uma análise mais aprofundada sobre o processo de individualização e desindividualização do sujeito moderno, através de um contexto cultural específico, o autor aprofunda sua análise com base nos estudos de Louis Dumont e Alfred Shutz.

moderna do indivíduo e do seu desenvolvimento individual”(SARTI, 2000, pág.47).

De acordo com as narrativas das interlocutoras, elas sempre almejaram a conquista da casa própria, e, com base, nisso, é possível dizer que este era um projeto de vida para todas elas, pois a conquista desta “casa”, além de um teto e um endereço fixo, significa também a conquista de um espaço social, um símbolo de mudança de vida. Embora a realização deste projeto tenha vindo através do acesso a uma política habitacional, isso não tira o mérito destas mulheres, pois elas “conquistaram” este direito, se esforçaram para se inscrever, lutaram durante todo o processo (inscrição, seleção e sorteio). Neste sentido o próprio ato de ser sorteado entre o universo dos escritos no programa já significaria um *status* social importante para este grupo, pois ao ser sorteada, se todos os documentos forem aprovados pela CAIXA elas terão o direito, garantido pelo sorteio e os critérios estabelecidos de “ganharem” esta casa.

O que reforça a importância da conquista da casa própria para estas mulheres, é quando associada ao momento vivido por elas em que é evidente sua vulnerabilidade social e que ao serem sorteadas surge uma “luz no fim do túnel”, uma resolução para seus problemas.

3.3. Narrativas: Dona Rosa -Tatiana - Violeta -Maria -Joana - Cléo

Dona Rosa

Ao falar das suas lembranças de quando morava no interior de Timon, lembra do tempo que vivia na casa da sua mãe, uma casa de taipa, construída por ela “Foi minha mãe, era ela junta com outro rapaz, aí ele fez a casa dela, de palha, coberta de palha, toda redonda, aí depois fez ela de barro, só as paredes de barro, o teto era de palha.”, Ao falar de sua mãe, o tom de sua voz é nostálgico, com saudade, e ressalta que a mãe era muito “trabalhadeira”, e quando ficou viúva, foi morar junto com um rapaz e com as próprias mãos construiu a casa em que eles moravam, e o sentimento de morar lá era de felicidade, onde ela relembra que:

Ah, a lembrança que eu tenho de lá, é só graças a Deus que a gente vivia lá feliz, que era pobrezinho mesmo, só quebrando coco, criando uma galinha, um porquim, mais eu vivia bem lá. Aí foi o tempo que meu padraсто morreu e aí a mamãe veio embora e nós viemos pra cá. Mas graças a Deus, nunca passei fome, todo tempo trabalhando, eu comecei a trabalhar em casa de família. E aí pronto, vivi minha vida. (informação verbal)

Mais uma vez o sentimento de saudade aparece na sua fala, ao lembrar do tempo que

moravam lá no interior, e que apesar de serem “pobrezinho”, eram trabalhadores e lá era um tempo bom, e que nunca passou fome. Na pesquisa realizado por Alba Zaluar (1994), entre as famílias pobres pesquisadas por ela, “a comida é o principal veículo através do qual os pobres urbanos pensam a sua condição” (pág.105), e o medo da falta dela, ou seja de passar fome, faz com que haja um “controle” e uma “economia” com o orçamento doméstico para garantir que o sustento da família. Assim “a categoria pobreza muda de posição para marcar limites entre os que se incluem e se excluem no grupo dos pobres (...) Na verdade, a mesma categoria é pensada para opô-las aos muito pobres, aos que passam fome, complicando a sua visão da sociedade” (pág.105). Então a narrativa de Dona Rosa, neste sentido, afirma que, apesar das dificuldades já passadas, ela sempre trabalhou e nunca passou fome, então o fato de nunca ter passado fome, não a incluem na categoria dos “mais pobres”.

A palavra saudade esta “ligada a memória, ao sentimento de recordação, e a processo e sentidos de evocar, no presente, algo, ou alguém querido ausente ou perdido”. (KOURY,2014, pág.91), é isso que a narrativa de Dona Rosa evoca, este sentimento ao lembrar do tempo que morava no interior e de como era a vida lá, que ela narra como um tempo feliz. Ser “pobrezinho” neste contexto é viver a rotina de lá, quebrando coco, criando galinha e porco e onde ela começou a trabalhar cedo em casa de família e assim viveu sua vida lá. O sentimento de saudade, de recordação é algo comum em todas as sociedades e grupos humanos, e a toda pessoa individualizada afirma Koury e diz que (2014, pág.91),

As formas de como é sentido ou cultuado varia de acordo com o simbolismo de cada cultura específica (...) a forma de sentir saudade ou conjunto de emoções a ela incorporado varia socialmente e culturalmente e estas variações são assimiladas de forma inconsciente pelos indivíduos que fazem parte (por adesão ou nascimento) dessa instituição e sociedade (...) nas sociedades de língua portuguesa existe um culto específico ao termo saudade.

O sentimento de saudade evidencia também uma interação social, onde haja no mínimo uma relação entre dois sujeitos sociais (KOURY, 2014), Sentir saudade faz o sujeito que senti, rememorar uma dada situação e se projetar nela, rememorando o que foi e o que poderia ter sido, nas palavras de Mauro Koury (2014, pág. 93):

A saudade é evocada como lembrança social (...) A repetição das evocações que me traz o sentimento de saudade, assim me faz retomar a minha vida, a ter novos projetos de presente e futuro, sem perder minhas raízes simbólicas, sem me perder do que eu fui; do ontem que eu vim.

A família se mudou pra Timon porque sua mãe adoeceu e precisava de cuidados médicos

e aí começaram a morar em casa de aluguel, onde ela diz: “Tudo mesmo foi de aluguel, todo tempo a minha mãe foi de aluguel, aí foi que ela comprou dois terrenos, aí depois ela ficou cega né, sobre a diabete. Aí ela vendeu um pra morar, mas nós, com uma filha, mais outra fia”, em Timon ela morou em algumas casas de aluguel, até a mãe construir uma casa no terreno que comprou “Não, não, nós nunca pizemo em casa de tijolo. Só teve uma...duas casas de tijolo que a mãe alugou. As outra tudo era taipa.”. Quando Dona Rosa falava sobre as casas em que morou eu perguntei como era a estrutura física destas casas, e é quando ela me diz morou em apenas duas casas de tijolo, pois mesmos as outras casas que eram alugadas todas foram de taipa, então ela com seus trinta e poucos anos, que é a idade que tem quando vem morar em Timon é que mora a primeira vez em um casa de tijolo. Com sabe ainda nos argumentos de (ZALUAR, 1994), aqui a casa de taipa e tijolo, pode ser considerada também uma distinção entre os pobres e os mais pobres, onde o aluguel em casa de taipa é mais barato do que em casa de tijolo e assim quem não tem uma casa para morar mesmo que de taipa, seria classificado como “muito pobre”. Antes de sua mãe falecer ela tinha vendido o terreno e a casa onde elas moravam para uma pessoa no maranhão, mas esta pessoa nunca apareceu. E nessa situação ela se sentiu desamparada, pois ela cuidava da mãe e provavelmente era mantida por ela, e por uma aposentadoria que recebe do INSS, neste momento de sua narrativa ela não fala de outros parentes, como se no período da morte da mãe apenas elas duas estivessem morando nesta casa.

A casa estava acabada, precisando de uma reforma completa e ela sozinha não poderia manter o custo desta reforma e vivia com medo da dona aparecer e pedir a casa, já a mãe já tinha vendido. Então suas despesas com a aposentadoria era pagar água, luz, alimentação e seus remédios, nesta situação ela recorreu a sua fé para lhe ajudar a sair desta situação, onde ela diz:

Aí eu pedi a Deus, eu tenho fé em Deus, que eu vou adquirir uma casa pra mim. Pois é o motivo de eu ta aqui hoje, porque eu num tinha pra onde eu ir. E a casa quebrou, assim, as coisas tava caindo as paredes, todo mundo pode ver lá como é que tá, tá só o terreno, pode se dizer. Eu não tinha terreno. Eu num tinha pra onde eu ir. Nem condição. Só se levantasse uma paredizinha, e aí aqui e acola né, pois o terreno num era meu. (informação verbal)

Está presente em sua fala o **sentimento de insegurança, medo, desamparo**, ao se sentir insegura morando nestas condições e esta **segurança e amparo** ela volta a sentir quando é contemplada com uma casa no Residencial Cocais II. Estes sentimentos não devem ser analisados em si mesmo, mais de uma forma macro, sendo “fruto” da própria relação do indivíduo moderno e a vida em sociedade, são estas relações entre subjetividade e objetividade, individualidade e sociedade que fundam e ordenam e possibilitam as formas de produção e reprodução das novas

relações sociais (KOURY, 2014); Os trabalhos de Koury enquanto teórico da antropologia das emoções, “objetivam aprender e compreender a emergência do indivíduo psicológico e de uma cultura emotiva individualista no Brasil urbano contemporâneo”(KOURY. BARBOSA, 2015) em suas análises é priorizado o estudo da “sociabilidade urbana e de seus códigos de moralidade engendrados na tensão indivíduo- sociedade.” (KOURY; BARBOSA 2015, pág.14). O sentimento de medo, insegurança e desamparo no contexto narrado, está associado, a Dona Rosa não está sobre o controle daquela situação, de estar morando em um lugar que não é seu e que a qualquer momento pode ser “ colocada pra fora”, a vulnerabilidade econômica também em que ela se encontra reforça tais sentimentos e sendo a única alternativa recorrer a sua fé para mudar esta situação, já que ter uma casa sua, lhe traria o conforto da segurança e amparo.

No depoimento da Dona Rosa, a fé em Deus também é um amparo para os momentos em que se sentiu “esquecida”, acreditando que pela ação dele pôde mudar a sua história:

Eu roguei muito a Deus, eu tinha muita fé, eu pedi a Deus e eu consegui uma casa pra mim morar, aí eu consegui. Fui, lutei, todas as reuniões, todas as participações, num faltou uma. E eu lutando todo tempo, faltava uma coisa e eu corria, no ultimo mermo, quando foi a entrega das chaves, uma pessoa disse assim, tu já pagou a primeira parcela da casa? Eu digo não. Pois tu não vai receber, pois só vai receber quem já pagou. Aí eu comecei logo a chorar porque eu tenho um pouco de nervoso, aí eu comecei logo a me tremer, não dona --- você já lutou até agora, você vai até o fim (a fala de um amigo); pois eu vou lhe arranjar o dinheiro, você vai pagar a sua casa. Aí eu corri e paguei. Ai quando foi no outro dia eu vim receber a chave. (informação verbal)

Para Arlie Hochschild³⁷, “regras de sentimentos” (feeling rules) e “trabalho da emoção” (emotion work), (isto é, “administração” e “atuação profunda”), “são as categorias chaves de um estudo sociológico de emoções que relaciona o indivíduo e a estrutura social” (2009); As “regras de sentimentos” (sentimentos que podem ser ou não manifestados em determinadas situações e que são ajustados pelos indivíduos quando estas sensações/sentimentos estão em desacordos); são produzidas e mantidas por uma ideologia dominante, num processo permanente de disputa, a discrepância entre exigências normativas e as emoções experimentadas, sendo afetadas por status sociais, religião, gênero, classe; Onde as mulheres são socializadas para valorizar e expressão seus sentimentos. Assim os sentimentos são “pré-roteiro” para ação, onde “ação e emoção devem estar

³⁷ A autora está inserida no grupo de sociólogos americanos que defendem a Posição Construtivista das emoções, onde a organização da vida coletiva de uma sociedade depende das “regras de sentimentos” e “vocabulários de emoções”, apreendidos através do processo contínuo de socialização, “trabalho das emoções”, “autocontrole” e emoções de adoção de papéis, estes são vistos como estratégias individuais de adequação às prescrições culturais, são representantes desta posição: Arlie Hoschild; Suzan Shott e Steven Gordon. Torres (2009).

alinhados como normas e expectativas que se encontram em contextos sociais” (HOCHSCHILD,2009)

A casa própria para Dona Rosa significa que este problema de morar no que não é seu foi resolvido, e onde há sua segurança é retomada, no entanto a segurança sentida de por ir morar no que é seu, se contradiz com um sentimento de medo e insegurança narrados por ela

Pra mim eu ia era pro céu. Risos. Eu ajeitando aqui e era numa velocidade. Risos, e o menino calma vó, calma vó. Ai a menina disse, se acalma, e eu não, é que eu tou ansiosa pra chegar logo. Ai o pessoal tem que ir logo se não o pessoal invade. Tanto que só tinha eu e aquela pessoa lá em cima, e os postes tudo escuro. Ainda sem iluminação pública na rua. (informação verbal)

A alegria de ir arrumar as coisas para ir morar no que é seu é o mesmo que “ir pro céu”, onde a realidade de invenção das casas que não estavam ocupadas era presente e faz com que embora alegre com sua conquista, tem o medo da perda da casa se não se mudar logo, o medo com o risco constante de invasão nos residenciais do PMCMV, fazendo que mesmo na alegria do momento da mudança, ela não esqueça que está indo morar em um residencial habitacional popular, que mesmo representando a segurança de casa própria, reflete a insegurança de morar em algo que pode ser tomado, invadido.

Violeta

A experiência de morar em casas dos outros foi marcante, a sua primeira experiência foi quando saiu de casa e foi morar na casa da sua sogra, iniciado assim sua vida de esposa, na sua narrativa é evidentes dois momentos nesta vivência com a sogra o primeiro, marcado por um sentimento de não pertencimento aquela família, onde se sentia obrigada a fazer as coisas como se fosse a empregada e nesta situação ela sentia muitas saudades de casa e o segundo momento quando é construída uma amizade com ela e há uma identificação e pertencimento aquela família, fase em que seu casamento está em “crise” pois seu marido não atende as expectativas que ela tem sobre ele. Em sua trajetória de vida até o sorteio da casa do residencial, ela morou em aproximadamente oito casas, e em três cidades. E estas casas em que não eram suas é marcado pelo sentimento de “obrigação”, como ela evidenciou neste trecho sobre o sentimento Quando ela foi viver na casa da sogra tinha quatorze anos no início do casamento ela se sente como uma pessoa de fora, que não era da família. Ela também se sentia obrigada a trabalhar na casa, como conta:

Aí quando eu saí daqui (ela estava morando na casa da avó no período em fiz a entrevista) da casa de minha avó, que eu fui morar com ele, aí pra mim foi diferente porque na casa da minha avó eu não era obrigada a fazer nada. Depois eu **fui obrigada a fazer tudo porque ninguém queria mais fazer nada, ou seja, eu era a empregada** da casa. (informação verbal)

O sentimento de não ter liberdade e de obrigação, apareceu nas narrativas de Tatiana e Violeta, quando narraram experiências de morar em casas que não eram suas; É um sentimento oposto ao que devemos sentir ao estar e morar em casa, como argumento anteriormente por Roberto Damatta (1997). Então para estas interlocutoras morar na casa da irmã e da sogra, nestas fases rememoradas era reforçar que estes espaços não eram seus, e sentimento de não existir ou ser aceita ali fica evidente. Se a casa não é minha, não sou da casa, se sou de fora não tenho liberdade e sou obrigada a fazer coisas que eu não faria na minha casa, é através desta dualidade, *casa dos outros e minha casa*, que a casa própria é idealizada, como um lugar seu e onde elas poderão ser e fazer o que elas querem.

Para ela a conquista da casa própria veio em um momento decisivo da sua vida, onde ela não teria a onde ir morar, como a situação narrada por Dona Rosa, a qualquer momento ela poderia ser “posta para fora de casa” e a incerteza desta situação e impotência para mudar esta realidade, faz com que esta conquista seja muito significativa

Ahhh! tudo de bom. Foi a melhor coisa que aconteceu, de uns anos pra cá.(...) a casa pra mim foi a melhor coisa que aconteceu, desses cinco ano pra cá, foi a minha casa, mudou muito, muito, muito, porque agora, agora mesmo, no momento se eu não tivesse essa casa eu tava numa situação muito complicada. Porque aqui não é meu, é da minha avó, e ela faleceu e querendo ou não ela tem herdeiros, tem filho, tem netos e ai pra onde eu ia? Eu tava aqui porque eu tava cuidando dela, mas assim, aqui é muito difícil a convivência, por que eu tenho um tio alcoólatra (...) e ele vive aqui, e querendo ou não a casa é dele por que ele é herdeiro, e aí ninguém pode jogar na rua, né! (...) então, assim, eu ter ganhado essa casa pra mim foi muito importante, principalmente desse jeito aí, né. Por que lá na minha casa eu não sou obrigada levar ele, não sou obrigada ter que tolerar né, vai ficar só eu e a minha filha né. (informação verbal)

Na casa nova vai morar ela, a filha que está grávida e uma netinha de dois anos. A renda de sua família é baseada no *bico* que ela arrumou de garçoneiro aos finais de semana e a ajuda do seu ex-marido ajuda também, mais como ele trabalha pela prefeitura não tem data certa.

Maria

Até chegar na sua casa própria morou em muitas casas, casas estas que não eram suas. Na infância morou na casa das pessoas que cuidavam dela, sobre estas casas, ela disse que eram casas “normais”, ela chama de casa normal, casa de tijolo, rebocada, com piso e com banheiro, sendo que em algumas o banheiro era dentro de casa e em outras não, mais onde ela não tinha um espaço para chamar de seu, como ela afirma neste trecho:

Você tinha um quarto pra você?

Maria: não, eu sempre dormia acompanhada.

mas tinha cama?

Maria: tinha, as vezes também tinha rede, mas eu dormia mais era na cama, por que eu tinha problema na coluna.

o quarto era geralmente da pessoa que cuidava de você?

Maria: era, aí quando eu fui ficando adolescente já fui morar na casa da pessoa, pra mim, dizendo eu que estava trabalhando na casa da pessoa, entendeu? Olhando um bebê, essas coisas assim, risos. (informação verbal)

No espaço da casa, entre quarto, sala, cozinha, banheiro, o quarto é entendido como nosso “canto” particular da casa, “o quarto é o nosso lugar dentro de casa, é esta a conclusão que” Damatta (1997) chega quando analisa a casa e seus espaços nas camadas de classe média no rio. Na realidade vivida por Maria ela relata que não teve um espaço só seu e sim coletivo, quando morava na casa das pessoas que cuidava dela, talvez por ter vivido esta fase durante a infância e adolescência, tenha sido comum dividir este espaço, mais em sua fala não é problematizado esta questão, ela não fala se neste período sentia vontade de ter um espaço só seu ou não.

Quando casou a primeira casa em que morou foi na casa dos sogros em Timon, “foi uma coisa mal feita que fiz”, é o que ela diz, para me afirmar que a casa deles era pior do que a casa da tia (casa que ela morava antes de casar), ela diz: “eles tavam começando a construir, tavam terminando de construir, por que eles fecharam logo um quarto, fizeram logo um cômodo e o resto deixaram pra construir depois. Iam construindo aos poucos.”, essa casa era feita de tijolo comum, não tinha piso, era só o barro batido, era de telha e o banheiro não tinha sido construído ainda, “o banheiro era fora ainda, era o antigo banheiro da casa de taipa. (...) era só um banheiro arrodado de tijolos, e era aberto em cima, não tinha nada em cima, nem palha nem nada”. Ela morou aproximadamente 3 anos nesta casa, tempo em nasceu duas dos seus três filhos, depois que saiu da casa da sogra, começou o “aluguel na sua vida”, como ela diz, ainda no primeiro casamento ela mudava muito de casa, não passava mais do que um ano em cada casa alugada, quando eu

perguntei porque ela mudava tanto, ela disse:

porque a pessoa (o marido) não se importava, não trabalhava, como era que ia pagar o aluguel? Tinha que mudar pra outra casa, as pessoas pediam suas casas, e ele tinha que se virar pra arranjar dinheiro, pra alugar outra casa, ou então a gente ia morar em casa emprestada. (informação verbal)

Já depois da separação do primeiro marido, mesmo quando ela já conseguia manter o pagamento dos aluguéis, também não conseguia passar muito tempo morando na mesma casa

Passava acho que um ano. Um ano e dois meses, porque em casa de aluguel eles não deixam morar dois anos, três anos, quatro ou cinco anos, mesmo você pagando direitinho (...) porque eles pensam que a gente vai se apossar da casa. Porque dizem que quando a gente tem mais de 7 anos numa casa a gente tem direito não sei de que, na casa alheia. Aí eles pedem quando tá com um ano e pouco. Pedem dizendo que precisa fazer reforma, inventa alguma coisa, por isso que a gente vive pulando de gai em gai, por que eles não deixam passar mais que esse tempo. (informação verbal)

O morar de aluguel para Maria, foi vivido de duas formas, a primeira quando o marido não se “interessa em pagar” o aluguel e por isso não conseguem manter o pagamento e mudam constantemente de endereço por conta disso, depois quando ela mesma é a responsável e consegue pagar o aluguel das casas em dias, os proprietários com o passar dos anos, inventam um motivo e sempre pedem a casa, há um **sentimento de incerteza, insegurança**, nas duas situações, e a **angústia** de morar no que não é seu, e que a **pressão** de ter aquele dinheiro no dia em que vence o aluguel, embora pagar o aluguel em dias não seja garantia de continuar morando naquele imóvel por muito tempo e a situação de mudanças constantes na vida de quem mora de aluguel, vira uma rotina. Depois já morando com seu segundo companheiro, Maria passa a morar de aluguel na casa da irmã dele, sobre esta casa ela diz:

do mesmo jeito (...) casinha pequena, de um quarto, a gente improvisou o outro quarto lá, uma cozinha, a cozinha era só um bequinho assim, era uma pequena casinha, só uma bandinha de casa. Tinha banheiro, tinha banheiro fora, tinha vaso e tudo. O aluguel era 70 reais. (informação verbal)

Na casa da cunhada ela morou dois anos, depois começou a migrar para outras casas, mais sempre permanecendo no mesmo bairro, Parque Alvorada “de aluguel de novo, e não tinha piso,

não era rebocada, mas tinha banheiro dentro de casa, e área de lavar roupa e lá as coisas foram ficando mais moderna.” (informação verbal)

Nesta passagem da narrativa de Maria, ela faz um comparativo com as outras casas em que já morou e esta casa atual, onde ela diz que ter banheiro dentro de casa e lavadeira é a modernidade chegando para ela, sendo este um sinal de conforto e de que as coisas estão melhorando.

Joana

Antes de receber a sua casa Joana morava em casa de aluguel, a última casa em que morou, ela ficou um período de nove meses, ficava no Parque União, bairro periférico de Timon, foi quando recebeu a casa do Residencial. O aluguel era de 280 reais por mês e agora ela acredita que vai poder fazer uma grande economia porque a parcela da casa ficou 25 reais. Sobre todos os gastos com a antiga casa ela comenta: “Duzentos e oitenta, a gente pagava cento e setenta de luz, trinta reais de água, o que? Uma dívida de quinhentos reais, uma casa você pode dizer, é o valor do meu salário pode dizer, ia todo pra casa”. Segundo ela a pior coisa quando se mora de aluguel é não ter o dinheiro na data do pagamento, sendo esta situação constrangedora, assim como as constantes mudanças, que acabam sendo a rotina na vida de quem mora de aluguel, “chegar aquela data de você pagar o aluguel e você não ter o dinheiro e tudo, e o dono vir e encher sua paciência, é muito ruim”. Este sentimento de constrangimento também foi sentido e narrado por Maria, esse é um constrangimento moral, que põe a pessoa diante de uma realidade cruel, onde é o valor do dinheiro vale mais do que a pessoalidade do morador, esta situação, além de expor uma vulnerabilidade econômica, da família que não tem o dinheiro do aluguel na data do vencimento, expõe a pessoa que passa por esta situação, há um sentimento de impotência podendo até mesmo chegar a um sentimento de vergonha e humilhação, quando se vive esta situação sendo pobre, a questão aqui não é morar de aluguel e sim morar de aluguel na condição de pobre e não ter condições de mantê-lo, esse é o nó da questão.

Para Lindner no texto *Humiliation and dignity: regional conflicts in the global village* (2005) afirma que a negação e a retirada de reconhecimento e respeito são experimentadas como o sentimento de humilhação ou onde a,

Humilhação significa a diminuição forçada de uma pessoa ou grupo, um processo de subjugação que afeta ou tira seu orgulho, honra ou dignidade. Ser humilhado é ser colocado, contra a sua vontade e muitas vezes de forma profundamente dolorosa, numa situação que é muito pior do que aquilo que você espera. A

humilhação implica um tratamento degradante que ultrapassa as expectativas estabelecidas. As pessoas reagem de maneiras diferentes frente a humilhação. Alguns simplesmente ficam deprimidos, alguns ficam irritados, e outros escondem sua raiva e planejam vingança. (2005, pág.148) (tradução própria)

Nos argumentos da autora, ela ainda afirma que a humilhação está situada em uma relação entre o eu e os outros, onde não há uma situação de igualdade, em um sentido amplo, onde falta igualdade de dignidade, que ela define pelo termo “egalisation”.

Ao conversar com Joana, que já tinha mudado para sua casa fazia apenas uma semana, ela falou da emoção que sentiu ao arrumar as coisas da mudança:

Rapaz...é assim...num dá pra definir né... Sei que foi uma coisa muito boa, é uma emoção grande. Armaria. Eu nunca na minha vida eu ia poder fazer uma casa desse jeito assim, numa estrutura dessa. Ela é pequena, apertadinha. Mas é muito boa, tem um defeito aqui e acolá, mais armaria, eu nunca ia conseguir, uma casa forrada, rebocada, pintada, todinha no piso, na cerâmica, eu nunca...

Para Joana, a realização de um sonho que ela nunca ia poder realizar, que apesar de ser *apertadinha* e com alguns defeitos, ela não poderia ter uma igual sem a ajuda do Programa. Mesmo já tendo morado em casa própria quando era casada - e que teve que vender quando se separou - a casa que adquiriu seria diferente, pois agora “era dela” Assim, esta casa significa sua autonomia em relação ao marido e também um endereço fixo Ela afirma está mais feliz agora, depois que veio morar no residencial.

Maria viveu esta situação de morar de aluguel de duas formas, não tendo o dinheiro para pagá-lo e por isso sempre mudava de casa e em outro momento, mesmo podendo pagar o aluguel os donos dos imóveis os pediam e isto evidencia que o “morar de aluguel” é lugar de incertezas. No caso de Joana, em sua narrativa, fica evidente o sentimento do constrangimento de não ter o dinheiro para pagar o aluguel, momentos este que deve vir acompanhado de uma reflexão de sua vida, ao estar na incerteza de não saber se continuará ou não morando nesta casa de aluguel e isso deve ficar mais pesado, quando se é mãe e de chefe de família, então este constrangimento é mais pesado e por isso mais sentido. Maria disse que o “aluguel como igual com a gente”, ou seja a cada trinta dias é preciso pagar esta conta, e isso caba sendo um motivo de preocupação, em um universo incerto dos trabalhos exercidos pelas minhas interlocutoras, de empregadas domésticas, diaristas ou que trabalham como “bicos”, ou seja que não contam com um salário fixo e garantido, mais na maioria das vezes rotativo e incerto.

Em contraposição a esse sentimento, ela fala da emoção ao ser beneficiada pelo Programa MCMV:

Armária, senti assim uma emoção, que ia acabar aquele fole de tá com os cacarecos na cabeça, de mudar né [...] às vezes era um ano e nove meses como foi essa última assim, teve uma que nós passamos bastante meses, porque ela foi cedida pra gente, já moremo em casa cedida, parente. (informação verbal)

Luíza

O sentimento presente quando não se tem uma casa para morar é da humilhação constante, principalmente nos caso em que se está morando “de favor”, ela morou nestas condições em algumas situações, quando ela se separou do primeiro marido sentiu que estava totalmente desamparada, tendo morado um período em um açude na zona rural de Timon onde trabalhava como caseira; mas houve ainda um período mais dramático, quando estava morando na rua, na condição de sem-teto, ou seja na condição de moradora de rua, sofreu muito se sentindo impotente como mãe, não conseguindo garantir um lar para seus filhos, neste trecho da sua narrativa sua voz tem o um tom diferente, ao falar ela rememora este período, e aparece um sentimento de dor, ele fala sobre esta situação muito rápido, tipo que fugindo do assunto. Luíza não conseguiu falar muito sobre esse assunto, procurando tratar rapidamente a questão. Neste momento aparece também em sua fala, o sentimento de desamparo e solidão, que eu pude sentir, só estava ela e os filhos nesta situação, ela não cita o nome de mais ninguém, de nem um familiar ou amigo que a ajudou. Logo em seguida, ela começa a fazer uma comparação com o que sentiu ao saber que tinha conseguido a casa do residencial

Ah, eu senti muita alegria, muita alegria, fiquei muito feliz, demais mesmo, porque eu te digo uma coisa...Mulher, eu já aguentei muita humilhação, muita coisa pra chegar aonde eu cheguei, sofri muito na vida sabe; se eu falar pra senhora que eu morei com meus filhos debaixo da lona porque não tinha onde morar, lá no açude, penei, penei! Ai, graças a Deus eu consegui, Muitas vezes eu chorava, muitas vezes minha casa não tinha nem o que comer pra mim e pros meus filhos. **Eu pensava “um dia eu vou vencer, com fé em Deus”. Ai eu digo, é assim mesmo né, e ainda a gente tem que sofrer um pouquinho mesmo, né, pra valorizar né**

Então na sua narrativa, toda a dor sentida e expressa na sua experiência de moradora de rua, não foi em vão, foi uma forma dela aprender sofrendo e isso lhe deu o “direito moral” de conquistar esta casa própria.

Ao serem sorteadas, mesmo que o intervalo entre o sorteio e a entrega das chaves, tenha durado três anos, em suas narrativas é evidenciado que elas não foram esquecidas, a fé é um fator importante e reconfortante, pois elas não foram esquecidas por Deus. Ser sorteada simboliza também uma espécie de recompensa pelos sofrimentos que já passaram, sofrimento esse “tinha que ter fim”, e que acaba se tornando um elemento a mais na construção do significado da conquista da casa própria, como relato Luísa, Dona Maria e Violeta.

Tatiana

Antes de ir morar no residencial, morava em Teresina, no bairro Centro Operário, na casa da sua irmã. Nessa casa moravam também um outro irmão, um sobrinho e seu filho. Para ela, o seu status era muito claro naquela situação:

Eu morava agregada com minha irmã, morava num quarto menor que essa sala aqui (apontando a sala da casa do residencial). Nesse quarto tinha tudo dentro, tudo não, tudo básico, cama minha e a do meu filho, uma televisão pra gente assistir, todo tempo no aperto, ai graças a Deus, agora deu certo sair de lá.

A diferença que ela sentiu quando passou a morar na sua casa e saiu da casa da irmã, foi a **liberdade de escolha, de não ter mais a obrigação em fazer as coisas de dentro de casa, ou seja ela não tinha liberdade e sim obrigação de fazer as coisas;**

Porque na casa da gente se você quer lavar uma louça você lava, se você não quer você não lava, lava na hora que você quer. Só em você tá no que é seu é bom demais. (...)

Cléo

O significado da casa própria é o “significado de batalhar por algo que é seu, pois quando se mora na casa dos outros” você paga água, luz, aluguel e nunca tem nada. E agora no Residencial Cocais ela vai pagar algo que é pra ela. Quando perguntei se sua vida ia melhorar morando no residencial, se ela estava feliz, ela diz: “*com certeza, mil vezes. ainda tô dormindo ainda, quero é acordar, passar uns três dias aqui dentro.*” Conversamos no dia que ela estava se mudando, então ela queria esperar passar mais uns dias após a mudança, uns dias na casa para ter certeza que era

realmente dela

é, aí eu acordo. Que ainda tô sonhando. No dia que eu vim limpar eu disse meu deus, num é minha não, eu tô limpando a casa dos outros, de novo... Aí o Riba (seu companheiro) disse assim, é tua abestada... e eu disse é não! Ai ele: é abestada, é tua. Aí eu disse: é não, vou ver, aí daqui uns dois meses eu digo é minha”. Aí ele disse, olha teus papéis ali, tem teu nome ali, eu disse, mas não é minha ainda, que eu ainda não entrei dentro. Aí ele fica mangando de mim, agora eu estou acreditando, que minhas coisas já ta aqui. Risos. (informação verbal)

A mudança para casa própria na fala de Cléo é a realização do improvável, na realidade vivida por ela, em que sempre morou de aluguel ou “de favor”, trabalhava como faxineira, o marido não tem renda fixa e ambos têm baixa escolaridade, caracterizando um quadro de vulnerabilidade social e onde a “rede familiar” (Sarti,1996) apesar de ajudar o casal cedendo uma casa para eles morarem, as dificuldades de manter a casa no dia-a-dia era do casal. Assim não ter uma casa os torna “mais pobres” Zaluar (1994) do que os “pobres que tem uma casa”, pois a casa neste universo é sinônimo de segurança, de estabilidade e de projeção de um futuro melhor, ainda mais quando se tem filhos. Neste contexto ela não via como eles iriam conseguir algum dia ter a casa própria. Dessa forma, morar na sua casa é estar sonhando, e que somente com o passar do tempo, quando virar uma rotina realmente se poderá acreditar que o sonho aconteceu, que a casa é realmente dela.

3.4. Descobrimo que o sonho não é perfeito

Para as mulheres entrevistadas no decorrer da pesquisa sempre ficou claro para elas que o sonho da casa própria só foi realizado pelo acesso a uma política pública habitacional, aqui especificamente o PMCMV, como abordamos no primeiro capítulo. Outra questão latente em suas narrativas, é que na condição de mulheres pobres elas *nunca* teriam condições de ter uma casa senão fosse através do programa, porém isto não significa que não tenha sido problematizado por elas e seus familiares a localização destas casas, sua qualidade construtiva e todo o processo da inscrição à seleção do programa, e que mostra também que elas sabem que muitos dos problemas acontecem porque esta casa é direcionada para pessoas como elas, pessoas “pobres”, como elas se identificam em algumas narrativas; o que evidencia que embora reconheçam como é importante em suas vidas o acesso a esta política habitacional, não passa despercebido que este residencial é feito para pessoas de uma classe social menos desfavorecidas, e esta fala contradiz o que é proposto a política do MCMV, que é justamente oferecer uma moradia para a população mais desfavorecida.

Dentre as críticas feitas pelas beneficiárias interlocutoras da pesquisa, algumas questões se destacam: a primeira delas diz respeito ao próprio processo de inscrição e seleção das famílias, onde muitas pessoas que já têm casa se inscrevem e acabam sendo sorteados, isso gera indignação e contradiz um valor moral identificado por elas e que é evidenciado nas narrativas, para receber esta casa é preciso ter uma história de vida que justifica, ou seja ser uma pessoa que lutou na vida para conseguir, uma pessoa que realmente precisa, como falou a filha de Maria ou como aparece nas narrativas de Dona Rosa; em segundo lugar elas evidenciam o grande intervalo de tempo e a demora entre a seleção e a efetiva entrega das casas para as famílias beneficiadas. (caso do Residencial Cocais II, este intervalo foi de três anos); A localização do Residencial e a qualidade construtiva da casa recebida aparecem também como um item importante, e, por fim, o abandono e venda das casas por parte dos beneficiários. Neste tópico nos determos a estes dois últimos pontos, onde as entrevistadas evidenciaram ainda um *merecimento moral*, onde não é todas as famílias que merecia estar morando ali.

A crítica ao abandono e à venda das casas ficaram evidentes durante uma situação que vivi em campo, quando eu tentava fazer contato com Dona Rosa em sua casa no Residencial. Ao bater palmas na sua janela percebi que ela veio me receber meio desconfiada, e, depois que me apresentei ela me convidou para entrar e me contou do seu receio em me receber, em função das muitas visitas que ela já tinha recebido, de pessoas que queriam fazer propostas para que ela vendesse a sua casa.

Nós tamos é com três anos lutando por essas casas. Num é mole, pra agora que nós tamos aqui, pra gente vender. Tem gente que já botou dinheiro aqui. Por isso que eu só vivo com as minhas portas fechadas. Toda hora ta batendo gente nas portas, pra vender. Por isso que eu pensei que você era uma delas. Para comprar, eles querem comprar, chega com o dinheiro, jogando aí pra pessoa. Deus me livre Senhor. Tem pessoas que não merecem ganhar porque já tem, é só pra vender, que num utiliza né! (informação verbal)

Nesta falade Dona Rosa fica clara a sua percepção de que existiria as pessoas que não valorizam a luta pela casa própria, que a vendem e, por essa razão, não mereciam ganhar, pois não estariam precisando de fato. Há um valor moral em “ganhar” a casa, que seria a “recompensa” para estas famílias, em especial par a essas mulheres, pela luta que elas já passaram. A, segundo o seu ponto de vista, compreende que não é todo mundo que merece a casa própria pelo programa, mais apenas as pessoas que valorizam esta conquista, e complementa:

porque tem muita gente que necessita mesmo, que chega a fazer pena, merece

ganhar. Eu achei uma maravilha, esse projeto que o governo botou pras pessoas, porque com o tempo é da gente, tudo direitinho, tudo com calma. (informação verbal)

As filhas da Maria que estavam presentes quando eu fiz a segunda entrevista com ela, também falaram de valor moral da casa própria. Quando eu perguntei pra elas o que elas estavam achando do fato da mãe está na casa própria elas responderam que o programa era muito bom, principalmente para as pessoas que como a mãe delas vivia de casa em casa, ao contrário de muita gente que teria duas ou mais casas próprias e era beneficiária do programa³⁸. Mesma esta posse sendo legal pelo programa não é moral na visão delas, pois as pessoas que são contempladas pelo programa já sendo dono/a de outras casas, mesmo que de forma regular, não tem o direto moral de estar lá como elas ou a mãe delas (no caso das filhas de Maria).

Ana fala sobre o local da residencial, que é longe de tudo e que os comércios que abriram lá é tudo muito caro. Outra situação que dificulta a vida das famílias que já haviam mudado para o residencial é que o ônibus ainda não entrava no local, somente na rua central.³⁹ Durante a segunda entrevista com Ana ela falou dos constantes assaltos, porque ainda havia muita casa fechada, apesar da existência de uma viatura que fazia rondas de hora em hora. Sobre isso ela comenta: “aí ontem eles tentaram roubar bem aqui na casa de um vizinho do lado, aí fico morrendo de medo. Mauro Koury estuda o medo através da perspectiva de medos corriqueiros, aqueles que atuam como “forma de construção social” (2014, pág.125) onde diz (2014, pág.126):

O medo que busco compreender é bem criativo, está na base da construção de sociabilidades, não é apenas aquele que apavora, embora passe também por ele, e cada vez mais por ele (...) As emoções, incluindo o medo como emoção, não são restritas à parte psicológicas da pessoa, é a uma construção social, locada no processo da relação com outro.

O medo retrato por Tatiana, é um medo que vem da insegurança que sente, pelo residencial está do lado de um “presídio” e pelo baixo policiamento existente no local, o que é reforçado também pois neste período existia ainda muitas casas vazias, inclusive na sua quadra e o aumento das “histórias” de assaltos e furtos aumentarem constantemente, gerando muitos boatos. Os medos corriqueiros é o oposto ao medo sentido pela cultura do medo de acordo com Koury, na qual “a cultura do medo que estou falando é uma cultura construída por uma sociedade capitalista que tem

³⁸ Sobre esta questão, eu informei que muitas vezes isso acontece porque a casa própria em questão não é regularizada e não está no nome do beneficiário contemplado com o PMCMV, aí quando o CPF daquela pessoa é lançado no sistema não aparecem restrições e ela tem direito de fazer a inscrição. E que estas situações podem ser denunciadas na CAIXA.

³⁹ Atualmente esta situação já foi regularizada.

interesse para vender e estimular o medo. Esse medo que leva as pessoas para a solidão do seu íntimo, ou da sua casa, a ter medo do vizinho (...)” (2016, pág.127)

No trecho narrado abaixo, Tatiana fala um pouco de algumas situações que têm acontecido, e como ela se sente diante disso, e reforça também que é bom ter voltado a morar com o pai do seu filho, pois agora ela agora tem uma companhia masculina em casa, morando com ela e o filho e isso lhe dá mais segurança.

(Tatiana) teve um assalto, levaram o celular dela, invadiram uma casa bem aqui, invadiram a casa aqui da mulher e levaram o botijão, aí ela denunciou para os guardas, os vigilantes da rua, aí eles foram lá e pegaram o botijão dela de volta, mas o cara ameaçou ela, ameaçou ele, aí ameaçou primeiro, aí eles vieram de novo, mas ela tinha colocado uma geladeira na porta, aí a geladeira caiu ele empurrando a porta, caiu tudo, caiu pote, geladeira, tudo. Aí sei que ela não queria deixar eles entrar, mas eles cortaram os pulsos dela, cortaram os braços dela. Esses assaltantes moram aqui?

(Tatiana) não sei, por que eles estavam com um pano na cara, aí eles botaram, aí ontem eles tentaram roubar bem aqui na casa de um vizinho do lado, aí fico morrendo de medo. Quando você veio não tinha grade, agora tive que mudar por que...

Muita mudança, né?

(Tatiana) pois é mulher, minha vontade é murar, mas...

(informação verbal)

Quando perguntei se Tatiana sentia medo de morar no residencial ela diz que não, mas afirmar ficar nervosa porque ela ainda não tinha vizinho com quem ela pudesse contar “caso aconteça alguma coisa eu fico sem saber o que fazer, daqui que eu ligue (...)” com ela. E ela diz: “Mas fora essa violência, o medo... tirando isso tudo tá bom, só em a gente tá no que é da gente é bom demais.”

Para Joana, que durante a segunda entrevista já estava com uma semana morando no Residencial, o único problema é da falta de transporte no residencial que obriga os moradores a andarem até a parada final atravessando por ruas escuras que ainda estão sem a iluminação pública. De qualquer maneira, diz acreditar que com o tempo tudo vai ser resolvido, de que “vai melhorar ainda, cada vez que vai passando cada mês”.

Durante a realização da pesquisa eu também entrevistei a assessora técnica da Secretaria de Habitação que acompanhou e coordenou o processo de inscrição e seleção das famílias do Residencial. Na sua fala ela aponta algumas falhas no projeto e no próprio MCMV. Em sua opinião, o local em que foi o construído o residencial, apesar de estar na malha urbana da cidade

(exigência da CAIXA), fica muito distante aos serviços oferecidos, sendo isso também reflexo do problema de mobilidade urbana no município. Em sua opinião o programa seria melhor se estivesse sido feito no modelo do Programa Habitar Brasil Bid⁴⁰⁴², que constrói e qualifica as construções no local de origem das famílias invés de muda-las para outro local, o foco seria a regularização destas áreas (subnormais), assim não se ampliaria a malha urbana, ela seria reorganizada e adequada para a habitabilidade das famílias, preservando os laços de vizinhança e suas permanências na região de origem.

Um avanço apontado pela assessora é que através do PMCMV os residenciais acima de mil famílias são entregues com acesso ao esgotamento sanitário, ou seja, uma estação de tratamento de esgoto independente; outro diferencial do programa é a casa ser entregue com revestimento no piso, na parede e na cozinha, o que não existia em outros programas habitacionais anteriores ao MCMV. Ainda sobre o Residencial Cocais II, ela cita dois pontos delicados, o de que a mulher ser a responsável pelo contrato, não impede que a mesma sofra coerção do companheiro para a venda do imóvel, além de haver alto índice de invasão do residencial, nas casas onde as famílias originárias ainda não se mudaram ou venderam seus imóveis. Pelos invasores ou compradores não serem os beneficiários originários, o empreendimento acaba sendo descaracterizado.

Durante o trabalho que desenvolvi como técnicas nos projetos do MCMV e com a experiência que vivi e ouvi na pesquisa sobre a realidade do residencial Cocais II.

Concordo com alguns pontos identificados pela assessora técnica da prefeitura, sendo um dos maiores problemas que identifiquei não apenas sobre o Cocais II, mais sobre o programa de modo geral é que, sendo apartamento ou nas casas, em muitos casos a residência não atende as famílias extensas, pois a planta destes empreendimentos comporta 1 sala, 1 cozinha, 1 banheiro, 2, quartos, 1 quintal, então ao meu ver a casa não é realmente adaptada para a realidade destas famílias, com muitos filhos e familiares que moram juntas. Outro ponto é a mudança dos beneficiários dos seus bairros de origens, ocorrendo a quebra dos laços de vizinhança, o que impacta negativamente na dinâmica das famílias. Muitos dos antigos vizinhos olhavam ou buscavam os filhos na escola, e, dessa forma, a mudança da casa e do bairro afeta profundamente

⁴⁰ O programa Habitar Brasil (BID) incentiva a geração de renda e o desenvolvimento em assentamentos de risco ou favelas para melhorar as condições habitacionais. São promovidas, por exemplo, as seguintes ações: construção de novas moradias, implantação de infraestrutura urbana e saneamento básico, e recuperadas áreas ambientalmente degradadas. A CAIXA é o agente financeiro, técnico, operacional e responsável pela implementação do programa. In: site oficial da CAIXA, <http://www.caixa.gov.br/>.

esta dinâmica e os laços construídos. No universo destas famílias os vizinhos também são considerados amigos e parentes, onde há uma relação de reciprocidade (SARTI, 1996; FONSECA,2002,pág.22) É Algumas mulheres chegam a perder seus empregos, pois não tem mais com quem deixar seus próprios filhos para irem trabalhar, tendo em vista que na realidade dos residenciais não há creches para as crianças menores ficarem. Outro ponto é a distância, pois os residenciais em sua grande maioria localizam-se em bairros periféricos da cidade, o que faz com que muitos beneficiários desistam de ocupar seus imóveis, desistam da casa própria, pela distância do trabalho, ou da escola dos filhos, o aumento das despesas com transporte, já que não acontece automático a família conseguir escola e acesso ao posto de saúde na nova região que está indo morar.

*“O real não está na saída nem na chegada: ele se dispõe para a gente é no meio da travessia”
(João Guimarães Rosa).*

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como eu as vejo? Eu me identifico? O que eu sinto? Perguntas que me angustiaram no decorrer de toda a pesquisa. Como conseguir passar para o papel com a riqueza de detalhes o que eu vivi naqueles momentos, como me colocar? Como fazer desta etnografia uma teoria viva como nos ensina Mariza Peirano? Eu, uma pesquisadora, também mulher e moradora da cidade de Timon, aprendendo neste exercício de proximidade e distância, a construir uma relação com as interlocutoras da pesquisa, em muitos momentos eu me identifiquei com as histórias narradas e por muitas vezes pensei, na minha própria trajetória de vida, e esse momento foi marcante, em quais as casas eu já tinha morado? Lembrei que como Violeta eu também fui criada pela minha avó, pois minha mãe trabalhava durante o dia e estudava a noite, e foi tão bom, rememorar isso, lembrar desta fase da minha vida, dos cuidados de ser “minino criado pela avó”, como elas dizem, morei boa parte da minha vida em uma família extensa, em que várias gerações dividiam o mesmo teto, os espaços, e quais eram as regras de condutas presentes lá em casa. Eu na minha trajetória até aqui morei em quatro casas, sendo que destas, apenas uma não foi casa da avó. Atualmente eu moro na casa da família, uma casa que é de todos e não é de ninguém, assim qual seria o significado para mim também da casa própria. Refletir estes pontos, na construção deste trabalho aqui apresentado, me fez ter dimensão do universo *sentido e vivido* por elas e me faz compreender como eu fui afetada por esta experiência vivida.

O que seriam as considerações finais? Eu fico me perguntando se eu cheguei ao final? Pois agora começo a sentir que apenas comecei, há tanto a ser explorado, muitas perguntas sem respostas. Neste momento eu olho para traz, e vejo como esta pesquisa foi proposta inicialmente e os caminhos e as adaptações “sofridas”, porém necessárias à medida que eu ida adentrando na realidade vivenciada por estas mulheres.

A proposta inicial para realizar este trabalho antes da ida a campo buscava compreender o significado de morar em casa própria para as mulheres chefes de famílias do Residencial Cocais II, onde o embasamento teórico privilegiado seria o viés da antropologia das emoções, ou seja, identificar e compreender as emoções sentidas durante este processo, da inscrição no MCMV até a mudança para a casa própria no residencial. Porém durante o trabalho de campo o tema se

mostrou muito complexo, pois as emoções sentidas não são fáceis de serem verbalizadas, enquanto pesquisadora como “captar” a experiência do sentir? outro fato é que as mulheres sendo identificadas pelo programa enquanto mulheres chefes de família, elas não se viam enquanto tal, o que inviabilizou esta proposta. Durante a pesquisa de campo, este universo foi ampliado aparecendo categorias antes não pensadas e que foram moldando e orientando a pesquisa aqui apresentada.

Como estratégia metodológica, para partilhar deste momento vivenciado, as entrevistas foram norteadas por algumas perguntas, sendo privilegiado a narrativa das suas trajetórias de vida, e através desta relação ouvindo e narrador, onde o fio condutor foi ouvir as experiências vividas por estas nas diversas casas em que elas já moraram, assim foram aparecendo as lembranças das casas que já tinham morado e ao rememoram isto, falavam de como elas eram, sua família, as facilidades e dificuldades vivenciadas, suas experiências amorosas e decepções afetivas, a experiência em morar na *casa dos outros* e assim falaram também das suas emoções. Assim o foco da pesquisa foi centrado no significado da casa própria para este grupo de mulheres, de uma forma mais ampla, inserido em sua visão de mundo, assim perguntamos de que casa estamos falando? Ampliando a concepção da problemática inicial se tornou necessário a compressão de suas concepções socioculturais, priorizando as narrativas sobre o programa minha casa minha vida e a experiência de ser sorteada no programa e assinar o contrato no seu nome como apresentado no capítulo 1 – *Como tudo começou?*; Sobre as lembranças da infância, da vida adulta, as relações afetivas vivida em um modelo de família orientado por um padrão patriarcal apresentado no capítulo 2– *Por onde andei?* e propriamente o significado de morar em uma casa própria, em oposição as emoções sentidas quando se mora na *casa dos outros*, esta conquista de acordo com as suas trajetórias dá início ao projeto de melhorar de vida, pontuando também que nem tudo é perfeito ao sinalizar algumas falhas no programa MCMV e quem nem todos os moradores tem o *direito moral* de morar no residencial, como exposto no capítulo 3- *Um lugar para chamar de meu*.

Assim no período de 2016 e 2017, realizei muitas visitas ao residencial, durante a semana e aos finais de semana, em feriados e em dias normais. Foram realizadas 25 entrevistas e destas durante o processo de escrita 8 embasaram o referido trabalho.

Ao rever todo o percurso do trabalho volto a pergunta inicial, e com base na pesquisa realizada e no texto aqui apresentado, esboço uma possível resposta. Para o grupo das interlocutoras da pesquisa que durante toda a vida moraram em bairros periféricos seja na cidade de Timon ou Teresina e que com exceção de Joana e Luísa moraram sempre em casas que não

eram suas, mais sim de parentes, cedidas, emprestadas ou alugadas, casas estas quase sempre com estruturas físicas precárias o momento de ser sorteada no MCMV é um divisor de águas em suas vidas, é a realização de um sonho que antes não era possível, pois através de uma aquisição direta ou compra junto ao banco, este sonho não seria possível devido ao baixo poder aquisitivo de suas rendas e a falta de empregos estáveis e formais.

Acima de tudo é um momento de muita alegria, de felicidade, de sair gritando no meio da rua, e o motivo de tanta felicidade ao realizar este sonho é que isto significa sair do aluguel, não ser mais humilhada por não ter o dinheiro no dia no vencimento da parcela do aluguel, é parar de mudar de casa cada vez que se mora de aluguel e o proprietário pede o imóvel, é a possibilidade de ter um lugar que é só seu, seu canto no mundo nas palavras de Bachelard. Outro ponto importante é que esta casa não é dada de graça, ela é paga, por um valor considerado justo pelo grupo entrevistado, um valor acessível e dar para pagar até vendendo dindin como disse Tatiana. Diferente do valor pago quando se morava de aluguel levando mais de 50% da renda destas famílias. Neste contexto o programa habitacional é visto com algo muito bom ao permitir que as famílias tenham acesso a casa própria, a assinatura do contrato via priorização da titularidade feminina, mais o sonho não é perfeito, o processo da inscrição a seleção é muito demorado e a casa recebida muitas vezes não atende as expectativas, seja por que o residencial é localizado em um bairro distante, ou porque as casas não possuem a qualidade construtiva esperada por elas.

Assim no trabalho aqui apresentado em suas subdivisões, na introdução o objetivo foi uma apresentação inicial contextualizando o problema da pesquisa que está situada em uma experiência pessoal da pesquisadora em questão, em uma pesquisa antropológica de cunho etnográfico onde é privilegiado o momento do encontro etnográfico (KOFES,2009), assim a escrita aqui é baseada nas informações construídas neste momento, e o fio que conduz este encontro é direcionado pelas narrativas das trajetórias de vida das minhas interlocutoras. Trajetórias estas conduzidas pela memória que acionam as lembranças das casas em que estas já moraram, assim para além de um espaço físico a casa é um lugar simbólico, determinado por constructos culturais específicos e valores morais, que conduzem as relações sociais destas mulheres sejam enquanto crianças, filhas, netas, esposas e mães.

As percepções e narrativas sobre o MCMV, a experiência vivida e sentida de serem sorteadas no programa, e as fases subsequentes até a assinatura do contrato foi apresentado no capítulo 1 – *Como tudo começou?* Sobre as lembranças da infância, da vida adulta, as relações afetivas vividas em um modelo de família orientado por um padrão patriarcal foram apresentadas no capítulo 2 – *Por onde andei?* e propriamente o significado de morar em uma casa própria, em

oposição as emoções sentidas quando se mora na casa dos outros visto como uma conquista de acordo com as suas trajetórias e que marca um projeto de melhorar de vida, pontuando também que nem tudo é perfeito ao sinalizar algumas falhas construtivas no programa MCMV, o que frustra algumas expectativas quando se recebe sua casa própria. É evidenciado também que nem todos os moradores tem o direito moral de morar no residencial como exposto no capítulo 3- *Um lugar para chamar de meu*.

Cada capítulo é centrado em um momento específico das fases vivenciadas por Ritinha, Tatiana, Violeta, Cléo, Joana, Luísa e Dona Rosa, e em cada um destes momentos parecerem categorias principais que dão o significado a realização do sonho da casa própria, como detalhado no quadro abaixo:

Quadro 3: Emoções vivenciadas em alguns momentos pelas mulheres

<i>Sorteio</i>	<i>Entrega das chaves</i>	<i>Mudança para o Cocais II</i>	<i>Significado da casa própria</i>
1. <i>alegria;</i> 2. <i>sonho de qualquer pessoa</i> 3. <i>sair do aluguel</i> 4. <i>felicidade</i> 5. <i>segurança</i>	1. <i>um novo começo</i> 2. <i>calafrio na barriga</i> 3. <i>ansiedade</i> 4. <i>Deixar de ser humilhada por não ter o dinheiro na data quando vence o aluguel;</i> 1. <i>nervoso</i> 2. <i>eu chorei de alegria,</i> 3. <i>foi lindo</i>	1. <i>muita alegria;</i> 2. <i>muita felicidade;</i> 3. <i>alguns probleminhas construtivos (chuveiro, infiltração na parede);</i> 4. <i>poder falar e ninguém reclamar e humilhar você;</i> 5. <i>a vida vai melhorar;</i> 1. <i>a preocupação fugiu,</i> 2. <i>acabar aquele fole de tá com os cacareco na cabeça, de muda né!</i> 3. <i>Pra mim eu ia era pro céu.</i>	1. <i>significa assim, se pode dizer tudo,</i> 2. <i>O aluguel era de 280 e passou a ser 25 reais.</i> 3. <i>Sei que foi uma coisa muito boa, é uma emoção grande.</i> 4. <i>Eu nunca na minha vida eu ia poder fazer uma casa desse jeito assim, numa estrutura dessa.</i> 5. <i>um sonho realizado</i> 6. <i>um desaperrei</i> 7. <i>deixar de estar com os cacarecos na cabeça</i> 8. <i>segurança</i> 9. <i>não ser mais humilhada</i>

O sorteio é um momento de alegria, em se pode começar a sonhar que sair do aluguel é possível; No momento em que se recebe a tão sonhada chave da sua casa própria, se materializa um novo começo na vida destas oito mulheres, e chorar de alegria ao saber que neste momento, o problema de não ter o dinheiro para pagar o aluguel não será mais um problema, o que mais incomoda as entrevistadas como expresso em suas falar é morar de aluguel na condição de pobre, em que a parcela vence e o cobrador vai na porta, essa foi uma humilhação vivenciada frequentemente por elas. Depois da posse da chave, o outro momento marcante de muita felicidade é o momento de arrumar as coisas da mudança para seu novo endereço, “*Pra mim eu ia era pro céu. Risos*”, como expresso por Dona Maria. É acabar o *fole* de estar sempre se mudando, é o momento em que um endereço fixo lhes permite pensar em um projeto de melhorar de vida. Embora seja evidenciado que a casa dos sonhos não é perfeita, pois quando se efetiva a mudança algumas casas estavam com alguns “probleminhas” no chuveiro, infiltração na parede dentre outros, problemas estes que não ofuscam o momento especial vivido por cada uma das entrevistadas, como disse Joana: “Eu nunca na minha vida eu ia poder fazer uma casa desse jeito assim, numa estrutura dessa. Ela é pequena, apertadinha. Mas é muito boa, tem um defeito aqui e acolá, mais armaria, eu nunca ia conseguir, uma casa forrada, rebocada, pintada, todinha no piso, na cerâmica, eu nunca”. Na fala de Joana ela reconhece que com sua renda mensal de quinhentos

reais que recebe pelo trabalho de empregada doméstica ela nunca iria conseguir uma casa com o acabamento da casa do residencial Cocais II e que embora seja apertadinha, tem alguns defeitos é um sonho realizado. Não passam despercebido pelas entrevistadas algumas falhas no MCMV, como falhas construtivas a demora e a burocracia no processo de seleção das famílias, a localização do residencial em um bairro periférico da cidade e onde não há um fácil acesso de mobilidade urbana. Como um programa direcionado para famílias de baixa renda inseridas em um novo projeto de Política Nacional de Habitação que visa oportunizar que todos os cidadãos brasileiros tenham direito a uma moradia de qualidade. Estes pontos levam-nos a pensar qual é este tipo de qualidade? Como o MCMV ver as necessidades destas famílias? Segundo Joana é “muito difícil, demorado, divagadíssimo. A seleção e tudo. Tanto processo do sorteio, quanto o processo da entrega até hoje, muito demorado, mas... (pausa) gratificante no final”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BACHELARD, Gaston. **A Casa do porão ao sótão: O sentido da cabana**. In: A Poética do espaço. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

BARROS, Myriam Lins de. **Autoridade e Afeto: avós, filhos e netos na família brasileira**. Jorge Zahar Editora – Rio de Janeiro – 1987

BONDUKI, Nabil. **Do projeto moradia ao programa minha casa minha vida**. Teoria e Debate, v. 82, p. 8-14, 2009. Origens da Habitação Social no Brasil. Estação Liberdade, 6 ed. 2011.

_____. **Política habitacional e inclusão social no Brasil: revisão histórica e novas perspectivas no governo Lula**. Revista eletrônica de Arquitetura e Urbanismo, v. 1, p. 70-104, 2008.

CARTILHA MINHA CASA MINHA VIDA. **Moradia para as famílias: renda para os trabalhadores, Desenvolvimento para o Brasil**. CAIXA e Governo Federal, Brasil, 2003.

DAMATTA, Roberto. **O ofício do etnólogo ou como ter *anthropological blues***, In: A aventura Sociológica. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.

_____. **A casa e a Rua: espaço, cidadania, mulher e a morte no Brasil**. 5 ed.-Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

_____. **Carnavais, Malandros e Heróis – Para uma sociologia do dilema brasileiro**. 6º ed. – Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

_____. **O que faz o brasil, Brasil?** – Rio de Janeiro: Rocco, 1986.

DUBENA, Paulo, Sérgio e SÉLLOS-KNOERR, Viviane Coelho de; **Programa Minha Casa Minha Vida: Instrumento de Desenvolvimento Social e de Valorização da Mulher**, p.401-427; Revista eletrônica Direitos Sociais e Políticas Públicas III, ISBN: 978-85-68147-39-9, COMPED,2014. Disponível em: <<http://publicadireito.com.br/publicacao/ufsc/livro.php?gt=213>> Acesso em 01.06.18.

DURHAM, Eunice Ribeiro. **A Sociedade vista da periferia**, 1986. Disponível em: <http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_01/rbcs01_07.htm>. Acesso em a04.04.18.

FARAH, Marta Ferreira Santos. **Políticas públicas e gênero**. P.127-142; In: Políticas públicas e igualdade de gênero / Tatau Godinho (org.). Maria Lúcia da Silveira (org.). – São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2004. 188 p. (Cadernos da Coordenadoria Especial da Mulher, 8).

FAVRET-SAADA, Jeanne. **Ser afetado**. Cadernos de Campo, n. 13, pp. 155-161,2005.

FONSECA, Claudia. **Concepções de família e práticas de intervenção: uma contribuição antropológica; Saúde e Sociedade v.14, n.2, p.50-59, maio-ago 2005**. Acervo digital, disponível

em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-12902005000200006&script=sci_abstract&tlng=pt> Acesso em 02.06.18.

FONSECA, Cláudia. **Olhares antropológicos sobre a família contemporânea**. Congresso Internacional Pesquisando a Família, Florianópolis 24-26 de abril, 2002. Publicado In: Pesquisando a família: olhares contemporâneos (Coleta Rinaldi Althoff, Ingrid Elsen, Rosane G. Nitschke, orgs.). Florianópolis: Papa-livro editora, disponível em: <<http://files.claudialwfonseca.webnode.com.br/200000044-9db6f9e355/Olhares%20antropol%C3%B3gicos%20sobre%20a%20fam%C3%ADlia%20contempor%C3%A2nea%2C%202002.pdf>> Acesso em 01.06.18.

FORAGI, Rafael. **Uma análise do Programa Minha Casa Minha Vida**: Trabalho de conclusão de graduação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Ciências Econômicas. Curso de Ciências Econômicas – 2012; 60 págs.

GEERTZ, Clifford. **“Ethos”, Visão do Mundo e a Análise de Símbolos Sagrados**. (p.93-106) In: A interpretação das Culturas. - 1º.ed. – [Reimpr.]. – Rio de Janeiro: LTC, 2017.

_____. **Uma Descrição Densa**: Por uma Teoria Interpretativa da Cultura, (p. 3-24) In: A interpretação das Culturas. - 1º.ed. – [Reimpr.]. – Rio de Janeiro:LTC,2017;

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. 8ª ed.- Rio de Janeiro: Record, 2004.

HALBWACHS, M. **Memória Coletiva e memória individual**, p. 25-52. in: A Memória Coletiva. Vértice Editora: São Paulo, 1990.

HARTMANN, Luciana. **Tomazito, eu e as narrativas**: “Porque estoy hablando de mi vida” (p.179-206) In: Etnobiografia: subjetivação e etnografia/ Marco Antônio, Roberto Marques, Vânia Z. Cardoso (Orgs.). Rio de Janeiro:7 Lestras, 2012.

HOLZ, Sheila; MONTEIRO, Tatiana Villela de Andrade. **Política de habitação social e o direito à moradia no Brasil**: Diez años de cambios en el Mundo, en la Geografía y en las Ciencias Sociales, 1999-2008. Actas del X Coloquio Internacional de Geocrítica, Universidad de Barcelona, 26-30 de mayo de 2008. Acervo digital, disponível em <<http://www.ub.es/geocrit/xcol/158.htm>>.Acesso em 06.06.18.

HOSCHSCHILD, Arlie. **The Presentation of Emotion**. Disponível em: http://atgstg01.pineforge.com/upm-data/13293_Chapter4_Web_Byte_Arlie_Russell_Hoschild.pdf. Acesso em 02.06.18.

KOFES, Suely. **Uma trajetória em narrativas**. Campinas: Mercado de Letras, 2001.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiros. **Emoções, sociedade e cultura: a categoria emoções como objeto de investigação na sociologia**. Curitiba: Editora CRV, 2009.

_____. **Estilo de vida e individualidade**: escritos em antropologia e sociologia das emoções. Curitiba: Appris, 2014.

_____. **Quebra de confiança & conflito entre iguais**: cultura emotiva e moralidade em um bairro popular. – Recife: Bagaço. João Pessoa: GREM,2016.

LE BRETON, David. **As paixões ordinárias: antropologia das emoções**. Tradução de Luís Alberto Salton Peretti. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

_____. **Antropologia da dor**. Tradução Iraci D. Poleti. São Paulo: Fap – Unifesp, 2013.

LINDNER, Evelyn Gerda. **Humiliation and dignity: regional conflicts in the global village**. p. 146-171; Revista Brasileira de Sociologia da Emoção - RBSE Volume 4· Número 11 · Acesso Ago/2015.

LUTZ, Catherine; WHITE, Geoffrey M.; **The Anthropology of Emotions**. Revista eletrônica, Annual Review of Anthropology, Vol. 15 (1986), pp. 405-436; disponível em <<http://www.jstor.org/stable/2155767>>; Acesso em 06/11/2017.

LUTZ, Catherine. **Entrevista Antropologia com Emoção**. MANA – p.213-224 – nº. 18, ano 2012.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. **Etnografia como prática e experiência**. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 15, n. 32, p. 129-156, jul./dez. 2009. [online]. ISSN 0104- 7183. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-71832009000200006>>. Acesso em 02.04.18.

_____. **De perto e de dentro: notas etnográficas para uma antropologia urbana**. RBCS - Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 17, n. 49, jun. 2002.

MAUSS, Marcel. **As técnicas do corpo**. In: _____. Sociologia e Antropologia. São Paulo: Cosac Naify, pp. 399-422, 2003b.

MARICATO, Ermínia. **Metrópole, legislação e desigualdade**. Revista eletrônica; Universidade de São Paulo, v.17, n.48. 2003.

_____. **Conhecer para resolver a cidade ilegal**, 2005. Disponível em <<http://www.fau.usp.br/.../biblioteca/textos/maricato>>. Acesso em 03.06.18.

MATIAS – PEREIRA, José. **Curso de planejamento governamental: foco nas políticas públicas e nos indicadores sociais**. São Paulo: Atlas, 2012. Cap 3. Formulação e gestão das políticas públicas – p.33 -52.

MATOS, Marlise. **Teorias de gênero ou teorias e teorias de gênero ou teorias e gênero? Se e como os estudos de gênero? Se é como os estudos de gênero e feministas se gênero e feministas se transformaram em um transformaram em um transformaram em um campo novo para as ciências para as ciências**. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, Vol.16; nº.2, maio-agosto/2008. p. 333-358.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **De Mauss a Lévi-Strauss**. In. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1989.

PLANO NACIONAL DE HABITAÇÃO -PlanHab – Pacto Nacional de Moradia Digna 2009-2023; Ministério das Cidades; Secretaria de Habitação – Brasil, 2009.

PEIRANO, Mariza. **Etnografia, ou a teoria vivida**. Ponto Urbe [Online Revista Ponto Urbe, [online], ano 1, n. 2. Universidade de São Paulo. 2008. Disponível em <<http://journals.openedition.org/pontourbe/1890>>; DOI : 10.4000/pontourbe.1890>. Acesso em

06.04.18.

RAGO, M. **Epistemologia feminista, gênero e história**. In: PEDRO, J.M.; GROSSI, M.P. (org.) Masculino, Feminino, Plural. Florianópolis: Mulheres, 1998. p. 21-41

REZENDE, Claudia Barcellos; COELHO, Maria Claudia. **Antropologia das emoções** – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010. 136p.

_____. **Cultura e Sentimento: ensaios em antropologia das emoções**. Rio de Janeiro: Contracapa/ FAPERJ, 2011.

ROLNIK, Raquel; **direito à moradia no Brasil e no Mundo** – Entrevista por Manoel Lemes da Silva Neto; Periódicos Puc-Campinas, São Paulo, 26.08.2008, disponível em: <http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/oculum/article/viewFile/368/348>. Acesso em 05.06.18.

_____; **Quanto mais “casa própria”, menos moradia** – Reportagem no Jornal Gazeta do Povo em 17/08/2016, disponível em : <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/futuro-das-cidades/quanto-mais-casa-propria-menos-moradia-adverte-raquel-rolnik-cocyyvjn05s9vz6emcg8u3cal>. Acesso em 10.05.18.

SAFFIOTI, Heleieth, I. B: **Diferença ou indiferença: gênero, raça/etnia, classe social**; p.35-42. In: Políticas públicas e igualdade de gênero / Tatau Godinho (org.). Maria Lúcia da Silveira (org.). – São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2004. 188 p. (Cadernos da Coordenadoria Especial da Mulher, 8);

_____. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987. (Coleção polêmica). 137 p.

SANTOS, Cláudio Hamilton M; Texto para Discussão (TD) 654: **Políticas federais de habitação no Brasil: 1964-1998**; Brasília, julho de 1999. Instituto de Pesquisa Econ Aplicada (Ipea); disponível em: <<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/2814>>. Acesso em 02.06.18.

SARTI, Cynthia Anderson. **A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres**. Campinas, SP: Autores Associados, 1986.

_____. **A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres na periferia de São Paulo**. São Paulo: Autores Associados, 1996.

_____. **Família e individualidade: um problema moderno**. In: CARVALHO, M. C. B. (Org.) A família contemporânea em debate. 3.ed. São Paulo: EDUC: Cortez, 2000.

SCAVONE, Lucila. **As múltiplas faces da maternidade**. Cad. Pesq., São Paulo (54), 1985.

SCOTT, Joan Wallach. **Gênero: Uma categoria útil para análise histórica**. Revista Educação e Realidade. Porto Alegre: Mulher e Educação, 1990. Vol.15, nº2, jul./dez.

SCOTT, Russel Parry. **O Homem na matrifocalidade: gênero, percepção e experiência de domínio**. Cadernos de Pesquisa (São Paulo), 73:38-47, maio 1990.

SILVA, Jadson Pessoa. **Programa Minha Casa Minha Vida (2009-2010): Avanços e limites**

para a população de baixa renda em São Luís – MA, dissertação de mestrado, UFMA, 2013.

VELHO, Gilberto. **A utopia urbana:** um estudo de antropologia social – 2ª ed. (7ª reimpressão). Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

_____. **Observando o Familiar.** In: NUNES, Edson de Oliveira – A Aventura Sociológica, Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

_____. **Projeto e metamorfose:** Antropologia nas sociedades complexas. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

_____. **Trajetória individual e campo de possibilidades.** Memória, identidade e projeto, p.97-105, p.31-49. In: Projeto e Metamorfose: antropologia das sociedades complexas – 3.ed. – Rio de Janeiro: Zahar, 2003;

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **O Nativo Relativo** – MANA – p.113 – 148 – 2002.

ZALUAR, Alba. **A máquina e a Revolta:** As organizações populares e o significado da pobreza – 2ª edição. Ed. Brasiliense, 1995.

ANEXOS

ANEXO I

Perguntas que nortearam as entrevistas

1. Apresentação inicial

1. Nome, idade, cidade de origem, composição familiar, lembranças da primeira/as casas que morou durante a infância;

2. Juventude e vida adulta

3. Lembranças das casas que morou durante a juventude, o casamento e o sair de casa, bairros e cidades por onde morou, a moradia na casa da sogra;
4. O nascimento dos filhos, a separação;
5. As casas por onde já morou, tipo construtivo destas casas e quais eram os bairros;
6. As emoções sentidas em relembrar desta fase de suas vidas;

7. Sobre o Programa Minha Casa Minha Vida

1. Como ficou sabendo do Programa?
2. Sobre o processo da inscrição a seleção
3. O que você sentiu quando foi sorteada? O que significou para você?
4. Qual a sua opinião sobre o programa?
5. Você acha importante as casas ficarem no nome da mulher?

6. Receber as chaves e mudar para casa própria

1. O que você lembra do dia 03 de fevereiro?
2. Quando você mudou?
3. Como foi sua mudança?
4. O que você sentiu?
5. O que significa para você estar morando hoje na sua casa própria?

ANEXO II

Perfil Socioeconômico das mulheres

Nome	Idade	Cidade de Origem	Rendimentos (R\$)	Ocupação	Situação Conjugal	Nº de União	Escolaridade	Filhos	Quantidade de casas que já morou	Valor da Parcela MCMV
<i>Maria</i>	43 anos	Batalha do Piauí – PI	R\$ 400,00	Diarista	Viúva	02	Não Identificada	03	16 casas	R\$ 45,00
<i>Violeta</i>	38 anos	Timon-MA	R\$ 500,00	Bico	Divorciada	02	Até 6ª série fundamental	03	11 casas	R\$ 36,00 (valor aproximado)
<i>Ritinha</i>	26 anos	Teresina-PI	(+-) R\$ 200,00	Dona de Casa	União Estável		Ensino Médio Incompleto	04	08 casas	R\$ 25,00
<i>Joana</i>	35 anos	Timon-MA	R\$ 500,00	Doméstica	Enrolada	01	Não Identificada	04	06 casas	R\$ 25,00
<i>Luísa</i>	26 anos	União-PI	Renda do Marido – Não Informado	Dona de casa	União Estável	03	Não Identificada	06 (sendo 03 dela e 03 do marido)	07 casas	Não Identificado
<i>Dona Rosa</i>	63 anos	Campo Grande – Timon-MA	1 Salário mínimo	Aposentada	Não Identificada	Não Identificado	Não Identificada	Não Identificado	04 casas	R\$ 36,40
<i>Tatiana</i>	25 anos	Teresina-PI	1 Salário mínimo	Técnica em Enfermagem	União Estável	01	Ensino Médio Completo	01	Não Identificado	R\$ 25,00
<i>Cléo</i>	35 anos	Piauí	Dona de Casa	Dona de Casa	União Estável	01	Não Identificada	06	Não Identificado	Não Identificado

ANEXO III

Perfil socioeconômico das famílias do Residencial Cocais II

ANEXO IV

Planta baixa – Casa do Residencial Cocais II

ANEXO V

Foto da área do residencial Cocais I e II

ANEXO VI

Cartilha CAIXA – Direitos e deveres dos moradores

ANEXO IV

